



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 204 - SEXTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Shessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA A

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 29</p> <p>Líder Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do DEM - 15 José Agripino (14,19)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p>Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) - 19</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (6) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líder Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	
	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior exerceu a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdeu o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- Em 13.11.2010, o Senador José Agripino retornou ao exercício do mandato.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 203ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2010	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Leitura de requerimento	
Nº 964, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando licença para desempenho de missão no exterior nos dias 12 e 13 do corrente.	57922
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR <i>JEFFERSON PRAIA</i> – Registro da participação do Brasil, como convidado, na mais recente edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), destacando os resultados alcançados pelo País. Considerações sobre a situação da educação no Brasil, alertando para a necessidade de aumento de investimento na área. ...	57922
SENADOR <i>FERNANDO COLLOR</i> , como Líder – Homenagem aos servidores públicos pela passagem dos vinte anos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, sancionada por S. Exª na Presidência da República, destacando a necessidade de tratamento digno, moderno e atualizado à carreira pública.....	57924
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Importância da democracia para o Brasil, ressaltando como igualmente importantes as áreas de segurança, saúde e educação, que demandam atenção dos governantes e referência aos salários pagos aos profissionais desses setores.....	57925
SENADOR <i>JOSÉ NERY</i> , como Líder – Manifestação de luta contra o trabalho escravo e favorável à reforma agrária, denunciando a prática de trabalho escravo em fazendas do sul do Pará. Apelo à Câmara dos Deputados para que vote matéria que prevê a expropriação de áreas onde for comprovada a prática do crime de trabalho escravo. Registro de evento realizado, na última semana de novembro, pelo Ministério Público Federal, a Pastoral da Terra e o <i>campus</i> da Universidade Federal do Pará, em Marabá, em que foi lançada a Carta de Marabá, com diretrizes para o combate do trabalho escravo. Leitura da carta de Frei Henri des Roziers, advogado da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara, no sul do Pará, denunciando matança ocorrida na	
Fazenda Rio Cristalino, Município de Santana do Araguaia, sul do Pará.	57931
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Insatisfação com a composição ministerial da Presidente eleita Dilma Rousseff, que estaria sofrendo pressões de natureza política e influência do Presidente Lula, criticando a indicação de Alexandre Padilha para o Ministério da Saúde. Referência ao Orçamento lamentando a maneira como são utilizados os recursos públicos por meio de emendas.	57934
1.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2010 (nº 3.031/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>autoriza a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano – Unifil</i>	57936
1.2.4 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2010, lido anteriormente.	57937
1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR <i>ACIR GURGACZ</i> – Registro da participação de S. Exª na solenidade de formatura do Pró-Jovem Trabalhador, em Guajará-Mirim, Rondônia, e no Primeiro Encontro Binacional sobre Políticas de Fronteira. Destaque para a necessidade de votação da Reforma do Código Florestal Brasileiro nesta legislatura.....	57937
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> , como Líder – Críticas ao último balanço do PAC apresentado pelo governo do Presidente Lula.....	57940
SENADOR <i>JAYME CAMPOS</i> – Comentários acerca de reportagem veiculada no Jornal da Globo , que mostrou as diferentes realidades para quem planta soja nos Estados Unidos e em Mato Grosso. Apelo à presidente eleita, Dilma Rousseff, para que invista na logística e na infraestrutura de Mato Grosso.....	57941
SENADOR <i>CÉSAR BORGES</i> , como Líder – Apoio à composição ministerial da presidente eleita, Dilma Rousseff, elogiando a escolha de Alfredo Nascimento para a Pasta dos Transportes.	57943

SENADOR <i>EDUARDO SUPLYCY</i> – Apelo para que o Senado aprecie projetos de decreto legislativo que tratam do Acordo Internacional do Café e do Acordo do Mercosul Preferencial entre o Mercado Comum (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral (Sacu). Encaminhamento à Mesa de requerimento de homenagem aos compositores Noel Rosa e Adoniran Barbosa. Manifestação de apoio aos ministros escolhidos pela presidente eleita, Dilma Rousseff. Registro do crescimento da economia brasileira, segundo dados apurados pelo IBGE.	57944	nunciamento do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, a propósito dessa data; e do decreto legislativo do Congresso Nacional que aprovou o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Críticas à corrupção eleitoral que teria ocorrido em Roraima, no último pleito.	57970
1.3 – ORDEM DO DIA		SENADOR <i>GILVAM BORGES</i> – Registro da homenagem prestada ontem pelo PMDB ao Presidente Lula, pelos 8 anos na Presidência da República, agradecendo ao Presidente Lula por tudo que fez pelo Estado do Amapá, destacando a construção da ponte que unirá o Brasil à Guiana Francesa e a conclusão, em breve, das obras da BR-156. Defesa de mais investimentos para os diversos setores das Forças Armadas.	57975
1.3.1 – Item extrapauta		SENADOR <i>INÁCIO ARRUDA</i> – Solicitação à Mesa para que garanta a participação de representação brasileira no Fórum Social Mundial de 2011. Apelo ao Ministro da Educação e ao governo brasileiro para que examinem a questão de africanos que vêm estudar no Brasil a fim de que o Brasil possa apoiar esses alunos. Referência à VI Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência - “Acessibilidade está na moda”.	57979
Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2010, que <i>autoriza a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL. (Parecer nº 1.650, de 2010-PLEN). Aprovado</i> , após Parecer nº 1.650, de 2010-PLEN (Relator ad hoc: Senador Pedro Simon). À promulgação.	57945	1.4.5 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
1.3.2 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.		Nº 421, de 2010, comunicando o pedido de afastamento do Senador Gim Argello da Relatoria-Geral do Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN; e ainda a designação da Senadora Ideli Salvatti, como Relatora-Geral do projeto supracitado, conforme cópia do Ofício Pres. nº 420, de 2010.	57982
1.3.3 – Suspensa às 16 horas e 51 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 12 minutos.		1.4.6 – Comunicação	
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		Do Senador Inácio Arruda, solicitando tornar sem efeito o Requerimento nº 955, de 2010. (Ofício nº 278/2010, de 8 do corrente)	57983
1.4.1 – Discursos		1.4.7 – Pareceres	
SENADOR <i>EDUARDO AZEREDO</i> – Balanço da atuação parlamentar de S. Exª no Senado Federal, recém-eleito para uma cadeira da Câmara dos Deputados.	57959	Nºs 1.651 e 1.652, de 2010, das Comissões de Educação Cultura e Esporte; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.	57984
1.4.2 – Apreciação de matéria		Nº 1.653, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009.....	57992
Requerimento nº 964, de 2010, lido no Período do Expediente da presente sessão. Aprovado	57965	Nº 1.654, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006.....	58002
1.4.3 – Leitura de requerimento		1.4.8 – Comunicações da Presidência	
Nº 965, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, em aditamento aos Requerimentos nºs 23 e 994, de 2010, solicitando que as homenagens da Sessão Especial do dia 16 do corrente sejam estendidas também ao centenário de nascimento do compositor e cantor Adoniran Barbosa. Aprovado	57966	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº147, de 2010, da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais).....	58007
1.4.4 – Discursos (continuação)			
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Registro da celebração, amanhã, dia 10 de dezembro, do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Anúncio do recebimento de dois livros que tratam do Estatuto da Igualdade Racial, de iniciativa de S. Exª, de forma comentada, manifestando alegria por ter sido homenageado com uma placa pela Assembleia Legislativa do Amazonas em razão da autoria desse Estatuto. Questionamento sobre a impossibilidade de a Deputada Luciana Genro concorrer ao cargo de vereadora, em 2012, no Rio Grande do Sul, pelo fato de ser filha do governador eleito, Tarso Genro	57967		
SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Registro do transcurso, hoje, do Dia Internacional Contra a Corrupção, ressaltando a importância de fiscalização na área de saúde. Transcrição do pro-			

Reatuação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, como projeto de lei complementar, republicação dos avulsos sobre a matéria, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa.	58008	plementar, aos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 312, de 2005, e 580, de 2007, perante a Comissão de Assuntos Sociais.	58015
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008, que será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	58011	1.4.14 – Leitura de requerimentos	
1.4.9 – Emenda recebida da Câmara dos Deputados		Nº 966, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento da escritora Enny Guimarães de Paula.	58016
Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001-Complementar (nº 352/2002-Complementar, naquela Casa), do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	58015	Nº 967, de 2010, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.	58017
1.4.10 – Comunicações		Nº 968, de 2010, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial.	58017
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. Designação da Senadora Serys Slhessarenko, como suplente, para compor a referida Comissão. (Ofício nº 79-A/2010, de 9 do corrente)	58015	Nº 969, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2009, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.	58017
Da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, em turno único, da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2010, e a sua inclusão na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar. (Ofício nº 140/2010, de 8 do corrente)	58015	Nº 970, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, além da Comissão constante do despacho inicial.	58017
1.4.11 – Comunicação da Presidência		Nº 971, de 2010, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2003, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.	58017
Abertura do prazo para oferecimento de emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2010, perante a Comissão de Assuntos Sociais.	58015	Nº 972, de 2010, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.	58018
1.4.12 – Comunicações		Nº 973, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.	58018
Da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, em turno único, da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005; e, da Emenda nº 1-CRA/CAS (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007, e a inclusão das matérias na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar. (Ofícios nºs 141 e 145/2010, respectivamente, de 8 do corrente)	58015	Nº 974, de 2010, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.	58018
1.4.13 – Comunicação da Presidência		Nº 975, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.	58018
Abertura do prazo para oferecimento de emendas até o encerramento da discussão, no turno su-		Nº 976, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2008 (que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 316, de 2008, e 420, de 2005), seja apreciado, também, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	58018

1.4.15 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 91, de 2010 (nº 2.024/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.010/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 11/2009, do Senado Federal (TC 016.794/2009-0). 58019

Nº 92, de 2010 (nº 2.026/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.009/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 27/2009, do Senado Federal (TC 022.739/2009-3). 58019

Nº 93, de 2010 (nº 2.047/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.023/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 15/2009, do Senado Federal (TC 016.792/2009-5). 58019

Nº 94, de 2010 (nº 2.049/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.020/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 20/2009, do Senado Federal (TC 016.776/2009-1). 58019

Nº 95, de 2010 (nº 2.107/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.063/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 38/2009, do Senado Federal (TC 028.328/2009-5). 58019

Nº 96, de 2010 (nº 2.159/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.160/2010-TCU, bem como do respectivo Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 43/2009 (TC 029.586/2009-4). 58020

Nº 2.069, de 2010, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.730/2010, proferido nos autos do TC 007.671/2010-5, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 182, de 2010, do Senador Alvaro Dias. 58020

1.4.16 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o princípio da insignificância e como exclusão de tipicidade a conduta incapaz de ofender bem jurídico tutelado pela lei penal. 58020

1.4.17 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 34, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera o art. 182 da Constituição Federal, para prever o estabeleci-

mento de piso salarial nacional para os servidores públicos da área de limpeza urbana. 58023

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 9.12.2010****SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 203ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 9 de dezembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Adelmir Santana,
Jefferson Praia, Mozarildo Cavalcanti, Acir Gurgacz e Paulo Paim.*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 4 minu-
tos e encerra-se às 19 horas e 30 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

203ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/12/2010 06:57:56 até 9/12/2010 20:31:40

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
DEM	SP	ALFREDO COTAÍ	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLIÇY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PSC	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 51 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, 9 de dezembro de 2010. Estamos no Senado da República do Brasil. Represento a Mesa Diretora do Senado da República, que tem como Presidente o Senador José Sarney. Vivemos a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Hoje, 09 de dezembro de 2010, estamos nesta sessão de quinta-feira, às 14h05. Esta é a 203ª Sessão Deliberativa Ordinária. Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas. O painel do Senado da República acusa a presença de 41 Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 12 e 13 de dezembro de 2010 para participar, em Montevidéu, Uruguai, da XXVII Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mesmo período. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Fernando Collor, ex-Presidente da nossa República.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria de solicitar a V. Exª minha inscrição para falar em nome da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Dr. José Roberto, nosso Secretário Executivo, já fez a inscrição de V. Exª, representando o PTB, falando como Líder. Penso que somente Getúlio Vargas foi mais forte do que V. Exª na representatividade da grandeza desse Partido.

Pela ordem, tem a palavra o Senador José Nery, do PSOL do Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito inscrição para falar pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está sendo feita a inscrição de V. Exª pelo Dr. José Roberto.

Agora, vamos passar à lista dos oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti, e o segundo, o Senador Papaléo Paes, que não estão no plenário. Está no plenário o Senador Jefferson Praia, que convidamos para usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O Senador Jefferson Praia representa o PDT, do grandioso Estado do Amazonas. O PDT foi fruto da inspiração de Leonel Brizola, que é filho político de Getúlio Vargas, aqui representado pelo Presidente Fernando Collor.

Este é um dia em que as lideranças trabalhistas estão em sintonia com o Brasil.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já é de costume desde 2000, o Brasil participou, como convidado, da mais recente edição, de 2009, do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mais conhecida como o Clube dos Países Ricos. Aplicado de três em três anos nos 34 membros da OCDE e em mais 31 países convidados, o Pisa avalia a proficiência de jovens alunos, com 15 anos de idade, nas áreas de Matemática, Ciências e Leitura. No caso do Brasil, foram sorteados para participar 20 mil alunos de todos os Estados.

Os dados produzidos pelo Pisa a partir dos resultados das provas constituem-se indicadores comparativos de sucesso educacional ao redor do mundo e, sobretudo, um precioso insumo para a reorientação e o fortalecimento das políticas públicas na área da educação em cada País.

O melhor desempenho no Pisa/2009 ficou com a China, reflexo não apenas dos investimentos financeiros, mas também de energia, foco e prioridade em educação por parte do Estado e da sociedade do país que mais cresce no mundo atual.

Quanto aos resultados alcançados pelo Brasil, as notícias são, Sr. Presidente, positivas e negativas. Sob o aspecto positivo, o Pisa/2009 revela que a média do nosso País melhorou 33 pontos desde 2000, conseguindo agora, ultrapassar a Argentina e a Colômbia. Também fomos o terceiro país que mais cresceu na década, superados apenas pelos luxemburgueses e chilenos. Quanto aos aspectos negativos, ficamos em 53º lugar, abaixo do México, do Chile e do Uruguai,

sendo que mais da metade dos nossos estudantes tirou nota 1, a mais baixa, nas três disciplinas. Nenhum conquistou a nota mais alta, nota 6, em Ciências, e apenas 0,1% deles tirou 6 em Matemática e em Leitura. Metade só logrou tirar nota 1 nessa última disciplina, o que significa que são incapazes de encontrar mais que informações totalmente explícitas em um texto. Quase 70% não passaram da nota 1 em Matemática, isto é, estão impossibilitados de aplicar os números na sua vida cotidiana e menos ainda de se beneficiar de uma educação mais avançada.

Em suma, Sr. Presidente, mais da metade dos brasileiros não alcançou a média, como são consideradas as notas 3 e 4, e 98,27% deles não obtiveram “alto desempenho” (notas 5 e 6). No *ranking* pela média geral por Estado, o Amazonas ficou no triste 24º lugar, à frente apenas do Rio Grande do Norte, do Maranhão e de Alagoas.

Sr. Presidente, como já tive oportunidade de assinalar aqui e também na 10ª reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Parlatino, em Quito, no Equador, em julho do ano passado, nosso País preencheu uma meta importante ao universalizar a cobertura do ensino fundamental, mas ainda não conseguiu dar o salto da quantidade rumo à qualidade da educação. Ainda são elevadas as taxas de evasão e, sobretudo, de repetência.

Outra pesada dívida social nesse setor diz respeito aos jovens, pois menos da metade deles conseguiu concluir o ensino médio. Sabemos que o secundário, na sociedade atual, compreende o repertório mínimo de competências indispensáveis à integração produtiva do cidadão ao mundo do trabalho e dos direitos e deveres da cidadania.

É claro que nosso País enfrenta problemas educacionais que não estão relacionados somente ao que fazemos ou não fazemos hoje, mas, sim, Sr. Presidente, ao que deixamos de fazer por muito tempo no passado. E o maior sintoma disso é que, embora a universalização do ensino fundamental tenha interrompido o ciclo de reprodução do analfabetismo, ainda existem mais de 10% de concidadãos analfabetos entre as pessoas acima de 15 de idade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses e outros problemas, como a formação deficiente de grande parte dos professores do ensino público, as insuficiências presentes na gestão e na supervisão escolar e a baixa capacidade das escolas para estimular a participação dos pais, são desafios que, na minha avaliação, precisam ser enfrentados pelos Governos da União, dos Estados e dos Municípios, mas devem ser encarados, Sr. Presidente, igualmente, por todos os segmentos da Nação, aí incluídos, é claro, nós,

membros da classe política, detentores de mandatos populares, unidos em torno de metas e de prazos para queimar etapas e galgar aceleradamente a escala de notas do Pisa.

É fundamental, Sr. Presidente, aumentarmos o investimento na educação. Hoje, o Brasil investe 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nesse setor. Devemos caminhar no sentido de alcançarmos 7% do PIB de investimento em educação o mais brevemente possível.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, somente assim, terá o nosso País a oportunidade de ingressar na sociedade globalizada do conhecimento pela porta da frente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa Diretora recebeu a revista *Biênio da Transparência e da Cidadania*, do Senado Federal, relativa aos anos 2009/2010.

Passo a ler a mensagem do Presidente José Sarney:

Um Senado cada vez mais transparente

Assumi, pela terceira vez, a Presidência do Senado Federal sob o compromisso de mais uma vez modernizar a Casa. Foi um desafio em que contei com o apoio do corpo de funcionários – que reputo dos melhores do Brasil – e, sobretudo, com a dedicação de senadoras e senadores.

O essencial da ação do Senado Federal, como Casa do Poder Legislativo, é a feitura de leis. Preocupam-me dois riscos: o de paralisia, pelo processo de tramitação das medidas provisórias, e o de excesso legislativo, que pode levar à ineficácia das leis. O leitor verá que tivemos um grande número de leis importantes votadas, e podemos inovar propondo um novo caminho para a elaboração de novos códigos legislativos.

Devo destacar que imprimimos a todas as atividades do Senado Federal o maior grau de transparência possível. Os resultados podem ser acessados pela Internet e põem a descoberto, em especial, todas as decisões administrativas, de maneira que o escrutínio da população seja o melhor fiscal de nossas ações. Tivemos um aumento importante na eficiência da gestão da Casa, com racionalização das atividades e economia de recursos. O Senado está organizado, batendo recordes em quantidade e qualidade de seus serviços, livre de problemas funcionais, com um plano de carreira implantado e o projeto de refor-

ma administrativa em fase de aprovação. Superamos todas as dificuldades, e voltaram a autoestima dos servidores e o respeito pelo nosso trabalho.

Nesta publicação, 'Biênio da Transparência e da Cidadania', prestamos conta desses dois anos de administração, com as profundas transformações por que passou a Casa e com o que produziu o Senado Federal. Foi um trabalho difícil e árduo em que contamos com a colaboração de senadoras e senadores e funcionários, recompensado pelo resultado alcançado.

José Sarney
Presidente do Senado Federal

Peço às Senadoras e aos Senadores, aos que fazem o Congresso, aos Deputados e às Deputadas, aos funcionários e aos brasileiros que dêem uma atenção especial à revista *Biênio da Transparência e da Cidadania*, do Senado Federal, sobre suas atividades nos anos de 2009 e de 2010, da Diretoria que ora represento.

Agora, vamos chamar um Líder, e o Líder inscrito é o Senador Fernando Collor, que representa o PTB. O Senador Fernando Collor foi Prefeito de Maceió, Governador de seu Estado, Deputado Federal e Senador da República e preside, com muita competência, uma das Comissões que mais fez avançar o Brasil: a Comissão de Infraestrutura do Senado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Presidente da Mesa que conduz os trabalhos na tarde de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo dia 11 de dezembro, a administração federal e, principalmente, os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas terão a oportunidade de registrar os vinte anos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conhecida como Regime Jurídico Único ou, simplesmente, como RJU.

De minha parte, tenho a satisfação de acrescentar mais esse diploma normativo ao rol das leis que promulguei no exercício da Presidência da República e que, agora, completam duas décadas em pleno vigor, com maciça aceitação da sociedade. É o caso também, como exemplo, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – cujos vinte anos foram recentemente comemorados pelas duas Casas do Congresso –, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além das leis que regulam os crimes hediondos, a impenhorabilidade do bem de família, a extinção do cheque ao portador e a

Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo.

O Regime Jurídico Único dos servidores federais é fruto do amadurecimento do debate iniciado no processo de redemocratização do País, que culminou com Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. O resultado das discussões foi a constitucionalização da matéria com o mandamento de se instituírem, nas três esferas da Administração Pública, os respectivos regimes jurídicos e os planos de carreira de seus servidores. O objetivo maior era unificar as normas legais existentes para a categoria dos então chamados funcionários públicos.

Na classificação do mestre de Direito Administrativo Hely Lopes Meirelles, o servidor público enquadra-se, hoje, como “agente administrativo”, espécie do gênero “agente público”. Ou seja, a partir de uma nova nomenclatura para a categoria – substituindo o termo “funcionário” por “servidor” –, procurou-se evoluir o tema a partir da acepção das funções dos agentes estatutários, dando-lhes novo reconhecimento, mas também nova responsabilidade para bem servir o público.

Além disso, os ventos da abertura do País e sua definitiva inserção no mercado internacional clamavam por enterrar toda e qualquer amarra da gestão pública a um passado que já havia superado a inadequada administração patrimonialista, mas que ainda se via preso ao já ultrapassado modelo racional-burocrático do início do século passado.

Tratava-se, portanto, de uma iniciativa para atender à necessária modernização dos serviços públicos, a começar pela valorização de seu quadro de pessoal, numa época em que se inauguravam novos rumos e conceitos de gestão representados pela chamada Administração Gerencial. O instrumento passava a ser a máxima qualificação do quadro de pessoal e de sua carreira, com foco específico em relações e modelos de execução direcionados prioritariamente à obtenção de resultados, ou seja, o desempenho.

Assim, três meses após minha posse na Presidência da República, encaminhei ao Congresso Nacional a Mensagem nº 496, de 22 de junho de 1990, acompanhada do Projeto de Lei nº 5.504, de 1990. Apesar de sua rápida tramitação nas duas Casas legislativas, a proposição foi significativamente aperfeiçoada pelos parlamentares. Posteriormente, ao sancionar o Projeto, acatei a versão final em praticamente toda a sua íntegra, transformando-a na Lei nº 8.112, de 1990.

Aqui, deve-se dar o devido crédito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à proposta no mesmo sentido

enviada, em outubro de 1989, pelo então Presidente José Sarney, que, hoje, preside esta Casa e o Congresso Nacional, cujo conteúdo foi bastante utilizado pelo Congresso da nossa República quando da apreciação e melhoramento do projeto original.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no curso desses vinte anos, o RJU sofreu inúmeras mutilações, na maioria das vezes retirando direitos dos servidores. É o caso das regras da aposentadoria, da incorporação de quintos ou de anuênios, da licença-prêmio por assiduidade, entre muitas outras garantias e vantagens. Basta dizer que, nessas duas décadas de vigência, o RJU teve mais de duzentos dispositivos alterados ou simplesmente suprimidos.

Esse fato tem sido, inclusive, levantado pelos principais atores da administração, os servidores públicos, sempre que chamados a se manifestar sobre o tema. Exemplo disso foi a recente discussão promovida pela Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, por meio de um importante instrumento de sua iniciativa, o *Jornal Conversa Pessoal*. Foram várias as análises sobre a relevância da lei e, ao mesmo tempo, unânimes as críticas às profundas manifestações que ela recebeu desde sua edição.

De todo, fica claro que, se de um lado a modernização da lei torna-se imprescindível em razão da evolução das técnicas de administração e do desenvolvimento econômico do País – que criam novas demandas de gestão pública –, de outro, não se deve admitir uma desvalorização ou um enfraquecimento dos servidores mediante a supressão de direitos legalmente adquiridos e reconhecidamente consagrados. Seria a antítese da boa e moderna administração, que recomenda, antes de tudo, uma promissora, atrativa e estável carreira a seus servidores, incluindo direitos essenciais e vantagens advindas dos critérios que conjugam, por exemplo, meritocracia, experiência e qualificação.

Por tudo isso, considero justo e mais que oportuno o exame, pelo novo Governo, de uma possível atualização e uma completa revisão do RJU, de preferência através da instituição de uma comissão especial de estudos representativa dos três Poderes. O aprofundamento do tema resultante desse exame prévio serviria como diretriz e subsídio à proposta a ser apresentada pelo Executivo, já que, pela natureza da matéria, fica impossibilitada a iniciativa parlamentar por vício de origem.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que presto a homenagem aos servidores públicos pela passagem dos 20 anos de seu Regime Jurídico Único – e ainda, pelo seu dia comemorado no último 28 de outubro –, clamo também por

um tratamento digno, moderno e atualizado da carreira pública, a começar pelo resgate, ainda que readaptados, dos direitos suprimidos de seus agentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Fernando Collor, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jefferson Praia, que preside esta sessão de 9 de dezembro, quinta-feira, no Senado da República, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes no plenário do Senado da República e que nos acompanham por meio do sistema de comunicação do Senado, Presidente Collor, aqui, no Senado, acabamos de ler a mensagem da revista sobre o biênio que passamos na Mesa Diretora. Nós nos orgulhamos de ter participado. Foram dificuldades enormes, vencidas pela Mesa Diretora e, principalmente, pelo Presidente Sarney. O Senado cresceu.

Quero dizer, entretanto, que nós entendemos bem, Presidente Collor. Acabou o *L'État c'est moi*, foi o povo que dividiu o poder, que não quis o absolutismo. Os reis caíram. O bravo povo gritou nas ruas: igualdade, liberdade, fraternidade. Os reis caíram. Cem anos para que caíssem os do Brasil, mas caíram. E o povo vai aperfeiçoando esse seu regime, que Abraham Lincoln definiu: "O governo do povo, pelo povo, para o povo". E o povo, então, não quis o absolutismo, o *"L'État c'est moi"*, o rei, e dividiu o poder.

Montesquieu – e me dou ao direito de corrigir Montesquieu, épocas distintas –, eu acho que ele foi inspirado em uma vaidade, o que é humano. Eu entendo bem que Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, não; eu entendo bem que o poder é o povo. O povo é que paga esta estrutura, o povo é que trabalha, o povo é que é soberano e o povo é que decide. Esse é o meu entendimento. São instrumentos da democracia o Executivo, Legislativo e Judiciário. E isso tem que se entender e entender bem. Homens sofreram.

Lá na França, onde ela existiu... E nós somos filhos da Europa. Tudo o que tem aqui é da Europa. Até nosso Deus único é da Europa; o nosso Jesus, os europeus que nos trouxeram. A democracia é coisa da Europa, nascida na França. Essa é que é a nossa cultura. Pouco temos a ver com o Oriente, pouco de nossa formação cultural vem do Oriente. Alá não

é nosso Deus; Maomé não é nosso líder; e a nossa religião não é a dos muçulmanos, que tratam tão mal as mulheres, que nós amamos.

Então, nós queremos dizer o seguinte: o Brasil avançou muito em todos os aspectos. A democracia é difícil, muito difícil. Lá, onde ela começou, já começou com a vaidade de poder. Rolaram-se as cabeças nas guilhotinas. Aqui, não; aqui, não rolou nada; aqui, nós fomos mais sábios e avançamos.

Mas teve o antes. E até esse nosso modelo nós devemos a este Senador. E o Presidente Collor, um dos injustiçados, um dos mártires da redemocratização, dessa grandeza, ele curvou-se à grandeza da democracia, que é maior do que todos nós. Entendo ser a maior conquista da civilização. E ela tem se aperfeiçoado.

Ela começou lá na Grécia e teve um líder que conseguiu... Ela era direta, era o povo quem fazia as leis. E que confusão Péricles enfrentou para fazer a primeira Constituição, cinco séculos antes de Cristo, lá na praça, ágora! Todo mundo falando, mas ele a fez. E que bela! Olhem a página da educação que ele deixou para os gregos e para nós. Mas ela foi melhorando, melhorando e passou a ser representativa para os romanos, e é simbolizada pelo Senado romano, simbolizada por Cícero, que nos ensina, Presidente Collor: "O Senado e o povo de Roma". Nós podemos dizer: o Senado e o povo do Brasil. Nós somos o povo, filhos do voto, da democracia. E ela foi se aperfeiçoando. Tivemos regimes de perseguições – não de guilhotina –, o próprio Rui Barbosa fugiu com medo do Marechal de Ferro, Floriano. Mas foi lá que ele buscou os fundamentos da democracia, mesmo monárquica, mas bicameral.

Presidente Collor, tem que se entender que ela é tão grandiosa que, na Inglaterra, onde a democracia se aperfeiçoou mais, antes do grito, foi tendo seu crescimento independente. Um rei fechou o Congresso. Eles entraram em guerra e não tinham dinheiro, o povo não dava dinheiro para o rei, não acreditava. Então, ele foi ao Presidente do Congresso, Crow...

O Sr. Fernando Collor (PTB – AL) – Cromwell.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cromwell. O Senador Collor é professor de Inglês. Mas aí ele disse que reabriria o parlamento inglês e, confiado no povo, ele iria buscar os recursos para a Inglaterra continuar a guerra. Mas jamais, na Inglaterra, o rei seria superior ao parlamento, às leis. E aí a nossa beleza, e aí todos nós nos curvamos, todos nós nos sacrificamos pela grandeza. *Errare humanum est*.

Mas, lá na França, um homem sofrido, como o Luiz Inácio, lutou muitas vezes, o Mitterrand. O Mitterrand chegou ao segundo turno e perdeu – ficou em segundo lugar – para Giscard d'Estaing, o estadista que por

sete anos governou a França, foi discípulo de Charles de Gaulle. Ganhou a eleição no primeiro turno, mas, na final, perdeu, porque o Mitterrand, numa vivacidade, viu que o problema era o desemprego, fez uma matemática, Presidente Collor – o funcionário francês daria cinco horas, as outras três ele preencheria com novos, garantindo os empregos –, e ganhou as eleições.

Mitterrand, assim como Napoleão fez o Arco do Triunfo, fez o Arco da Defesa, Arche de la Défense. No final de sua vida, depois de quatorze anos governando a França, moribundo, com câncer, escreveu um livro. Atentai bem, Jefferson Praia, mensagem ao governante, isto eu ofereço aos governantes – Luiz Inácio já está de saída, mas outros virão: fortalecer os contrapoderes. O Executivo tem de fortalecer, não oprimir, humilhar, supervalorizar, mas fortalecer. Aí é que está o equilíbrio. Na democracia, conseguimos fazer o equilíbrio no Poder Legislativo – que tentei fazer, como fiz, com grandeza –, no Poder Executivo e no Judiciário. Nenhum é maior que o outro. Um olhando para o outro, freando. Um freia o outro. Essa é a sabedoria. É uma República nova, tem conflitos, tem confrontos, mas tem de entender. Aqui, temos de ter a grandeza de saber frear o Executivo e o Judiciário. Aqui nós estamos. Aqui estão o Mozarildo e o Presidente Collor, que continuarão neste Senado. Eu quero passar determinadas frustrações, porque aqui mesmo o Presidente Collor teve a sua maior grandeza quando se curvou a uma decisão, mesmo tendo sido injusta. Acho que foi um erro. E erram as instituições.

Justiça, baixe a bola! É uma inspiração divina. Deus entregou as leis ao seu líder, o Moisés. O Filho de Deus bradava: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". Os homens sábios, como Aristóteles, José Nery, "que a coroa da justiça brilhe mais do que a dos reis, seja mais alta do que a dos sábios". Para um sábio filósofo, Montaigne, é do pão que mais a humanidade precisa. Era inspiração divina quando o Filho de Deus disse: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". Mais adiante, ele disse: "Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos Céus". Ela é falível. Ela é feita por homens, falhos, às vezes fracos, algumas vezes corruptos.

Uma CPIzinha feita na República do Brasil por Antonio Carlos Magalhães mostrou os laláus da vida. Isso é equipotente, um igual ao outro. Instrumentos da democracia, entendendo que soberano é o povo, que o poder é o povo, e esse povo tem de ser respeitado.

Aqui, andamos e avançamos, José Nery, mas quero deixar as frustrações e entregá-las ao Presidente Collor, esse bravo. Ele se curvou à grandeza da democracia. Foi injustiçado. Nós sabemos.

E o Alvaro Dias? Quis Deus que ele adentrasse a carreira talvez mais longa do Parlamento. Novinho, brotinho, com 18 anos, as garotas casadouras lá de Londrina votaram todas nele para Vereador. Mas ele foi despertado para a política por um piauiense, Dalton Paranaguá, Prefeito de Londrina. Esta é a capacidade do Piauí: a liderança de Alvaro Dias foi descoberta pela inteligência de um bravo piauiense, hoje médico em Londrina, que foi Prefeito.

E adentra o Heráclito. Então, eu queria deixar...

Ô Alvaro Dias, V. Ex^a vai substituir o Arthur Virgílio. Não é mole! É igual ao Amarildo substituir o Pelé. Apenas o nosso Pelé aqui, o Arthur Virgílio, é loiro. Mas é complicado, Collor, porque é o Arthur Virgílio.

Mas eu queria dizer certas frustrações: segurança. Não venha com conversa comigo, não. Segurança... Ninguém gosta mais do Rio de Janeiro do que eu. Eu sou garoto da Praça Mauá, Collor. Eu me formei ali, no Hospital dos Servidores do Estado. Olhe, tanto carnaval para as Forças Armadas tomarem um morro, Collor? Ô Presidente Collor, eu sou Oficial da Reserva, eu sei o que é estratégia militar. Jamais podia perder, rapaz! A Aeronáutica – o morro é no terraço da Aeronáutica, do Galeão –, a Marinha, o Exército, as forças acessórias – Polícia, Polícia Federal – tomarem um morro? Não podiam! O País todo em uma guerra. Tomarem um morro? Ô Collor, você presidiu este País e foi firme.

Norberto Bobbio, o mais sábio, senador vitalício que morreu há pouco, dizia que o mínimo que se deve exigir de um governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Eu pergunto ao Brasilzão: lá na minha Parnaíba, cidade pacata e cristã, as casas dos ricos estão com muro alto e fio elétrico; as dos pobres, com meio muro alto e cacos de vidro. Todo mundo sente insegurança lá, na civilizada e cristã Parnaíba nossa. O Brasil todo é violento. É uma barbárie!

José Nery! Ô Alvaro Dias, para V. Ex^a que vai continuar: eu não acredito em segurança quando um policial ganha R\$1 mil, R\$1,1 mil. Eu não acredito. É mentira! Este Governo está mentindo. É como disse Goebbels, do Hitler: uma mentira repetida se torna verdade.

Olhem, soldadinhos, muitos soldados do Brasil: aqui foi aprovada a PEC nº 41, de Renan – eu presidi cinco sessões do Senado à noite e mandamos para lá. Diziam que tinha uma PEC nº 300. A do Renan dava R\$3,5 mil para um soldado – já melhoraria no Norte e no Nordeste – e a PEC nº 300 igualaria os vencimentos aos dos policiais de Brasília. Não tem. Eu não acredito em país que tenha segurança em que seus oficiais, seus soldados ganhem R\$1,1 mil. O Governo está mentindo.

E a saúde? Eu sou médico há 44 anos, e bom médico. Olha, essa saúde no Brasil é boa para quem tem dinheiro e plano de saúde. Para os pobres... O SUS é uma inspiração maravilhosa de que a saúde fosse como o sol, igual para todos. Mas tem consulta médica a R\$2,50. Atentai bem! Depois que um médico credenciado num consultório paga a enfermeira, as leis trabalhistas, a luz, a energia, a água... Os pobres não são atendidos com esse valor!

Aí estão as filas, aí está a história. Como vão fazer uma operação de grande risco, de alta complexidade por esse sistema? Não é feita. É muito boa a saúde, tecnicamente, para quem tem dinheiro ou plano de saúde. Há atendimentos por planos de saúde – aqui, o próprio Senado sustenta um – que saem por mais de dois milhões de reais para uma pessoa. E há, brasileiros e brasileiras, hospitais no meu Brasil que ganham R\$40 mil por mês. Então, na saúde é essa verdade.

Outra é a educação. Senador Alvaro Dias, não acreditamos num país... Fazer uma lei é bicho complicado. Presidente Collor, o senhor nunca fez parte não, mas já foi Presidente da República e já viu muita história. O seu pai era político; o seu avô era Ministro do Presidente da República Getúlio Vargas, Lindolfo Collor. Eu não sei a ligação médica, mas eu fiz muito parto. Olha, fazer lei é muito mais complicado, Heráclito! Fazer lei demora muito: vai para as comissões, não sei o quê, de madrugada, audiência, volta aqui, vai para a Câmara, não votam, o Presidente veta, não sai. Negócio de lei é muito difícil! Um parto não, a gente faz com fórceps, mete um ferro ou faz uma cesariana, que é o que eu fazia mais, é ligeirinho. Em dez minutos, em cinco até, puxo o menino pelo pé e costuro. É ligeiro! Mas uma lei?

Olha, fez-se uma lei da educação. Cristovam Buarque reviveu Pedro Calmon, João Calmon, Darcy Ribeiro e foi arrumar um piso, um salário mínimo para as professoras. Foi muita confusão. Esse Cristovam passou oito anos aí, a gente de madrugada, audiência, vai para Câmara... E o Presidente Luiz Inácio – e aí eu sou justo – sancionou, porque ainda tem este final: o sancionar. Novecentos e sessenta reais, e a Justiça inventa uma liminar e obstrui isso.

As professoras do Brasil, Presidente Collor! O senhor foi um presidente firme, eu fui prefeitinho quando o senhor foi governador. O senhor teve autoridade, não ia permitir isso não, tendo sancionado. Aí é que é potente! O Presidente Luiz Inácio devia ter enquadrado a Justiça. Aí, sim. Que negócio é esse? Depois de feita a lei, no seu trâmite normal, a lei com decência, sancionada...

Heráclito, tem professorinha no meu Brasil ganhando R\$400,00 R\$500,00! Paga-se quanto quiser

a uma professora. Essa lei não vale, essa lei não pegou. Que negócio é esse? Isso não está direito, ô Alvaro Dias!

Alvaro Dias, essa é a sua missão, só isso aqui. E o Governo somos nós, instrumentos da democracia. Aí o Judiciário, aí o Presidente da República devia enquadrar o Judiciário, chamar a atenção, mostrar para o povo, que é soberano, que é o patrão, que é o poder, onde está o erro. Eu não vi nenhuma bravura do Executivo, nem nossa! Ô Alvaro Dias, nem nossa! Nem nossa, Presidente Collor!

O Presidente Collor exerceu com autoridade. Ele não ia permitir, depois de ter sancionado isso aqui. Ele ia botar advogado para derrubar esse negócio. Isso é uma imoralidade! É uma vergonha, mas o Boris Casoy não pode mais falar.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, nós vivemos no País das contradições. Infelizmente, é isso. O Senador Collor, quando Presidente da República, deu um exemplo que, infelizmente, não foi seguido por alguns Presidentes: fez viagens internacionais usando voo de carreira. As companhias faziam voo, naquela época, para os Estados Unidos. Fez os voos e ninguém arrancou um pedaço do Presidente da República. Isola-se uma área e o Presidente viaja. De repente – o Senador Nery não está gostando, porque ele é um governista assim, meio incrustado, mas é uma verdade, Senador Nery –, passou-se a ter um avião modesto para uso internacional. V. Ex^a já pegou esse avião: era um 737 comprado pelo Geisel. O Presidente Lula comprou o Aerolula, que é um avião moderno. Só que o avião comprado é um avião inadaptado para o que ele desejava. E, agora, anuncia a compra de um Airbus 330. Veja bem, compra agora para receber daqui a três anos e meio. Por que diabo será que ele quer comprar esse avião para daqui a dois anos e meio? Não é para servir a Presidente Dilma, não! Será que é para servir o próximo Presidente, o sucessor? É uma visão de estadista, mas a questão não é essa. A questão é que temos aí as companhias aéreas com aviões de percurso internacional. O governo pode alugá-los, eventualmente, toda vez que precisar. Vários Presidentes da República fizeram isso. Investir uma fortuna dessa num avião, sendo que o povo brasileiro tem necessidade básica de educação, de saúde, é uma coisa inaceitável. Aí vem o segundo ponto: o atual Ministro da Previdência anuncia, lá na festa de premiação dos atletas brasileiros, não a criação de um fundo de pensão; anuncia que o Fundo de Pensão da Petrobras (Petros) vai abrigar a aposentadoria dos atletas, dos jogadores brasileiros. Eu não sou contra, não. Pelo contrário, acho que tem que fazer

isso mesmo. Mas que se crie um fundo específico. O que não pode é você pegar um fundo de pensão tão sacrificado por outras causas, como o da Petrobras, e se colocar para ser beneficiário dele, Presidente Collor, quem nunca contribuiu. Se você abre o jornal e vê, por exemplo, os Correios tendo que injetar dinheiro num fundo de pensão dele, o Postalís, exatamente porque há um rombo. Isso é uma coisa inaceitável para o Ministro da Previdência anunciar. E mais grave, Senador Nery: por que atender aos atletas deste fundo e deixar os servidores – e o Senador Alvaro Dias tem sido um lutador desta causa, juntamente com o Senador Paulo Paim – sem solução, no que diz respeito ao fundo da Varig e ao fundo da Vasp? Os servidores contribuíram a vida inteira para aqueles dois fundos, o Aeros e o Aerus, e até hoje não houve uma solução para esse pessoal. Onde é que está esse Ministro da Previdência, que não apresenta uma solução para um caso sério, em que há pessoas passando fome, em que há famílias prejudicadas? É um fundo que faliu, na pior das hipóteses, por falta de fiscalização do Governo, e ele é o responsável por isso. Não! Deixa os pobres dos trabalhadores, que têm direito e que fazem jus ao benefício, a ver navios, e se anuncia a criação de um fundo para os atletas. Vamos encontrar um outro mecanismo; vamos tirar da renda dos Estados um percentual; da venda do passe dos jogadores um percentual para esse fundo, Presidente. Agora, não é justo que se pegue o fundo... Não tenho procuração de servidor da Petrobras, não tenho parente nem aderente funcionário da Petrobras, Senador Alvaro Dias, mas esses fatos são revoltantes. É preciso parar com essa brincadeira de se fazer carnaval com dinheiro alheio. É insensato! Um Presidente da República preocupado com o país teria puxado as orelhas dele. Não é possível. Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, criar-se uma expectativa dessa natureza. Quero crer que os funcionários da Petrobras estejam preocupados em ver o perigo que eles correrão, porque a descapitalização de um fundo é danosa para quem contribuiu, para quem investiu a vida inteira. Portanto, Senador Mão Santa, eu me congratulo com V. Ex^a pela advertência que faz, mas estamos vivendo neste País, o País do contraste: não tem dinheiro para saneamento, mas tem dinheiro para comprar um avião cinco anos depois de ter recebido um novinho. Porque o único defeito que o Aerolula tem é cheiro de cigarro ou de charuto. Será que alguém fuma dentro do Aerolula? Não é proibido? Pelo menos o cidadão brasileiro comum não pode fumar. As pessoas que entraram nele – eu nunca entrei – dizem que há cheiro de fumo, de charuto, não sei, de cigarro, sei lá! Não resta dúvida: faz-se uma limpeza, e o avião está novinho. Faça este registro, Senador Mão Santa,

para que o Brasil fique atento para esse tipo de farra que se está fazendo no Brasil com o dinheiro público. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Senador Heráclito Fortes, incorporo ao meu pronunciamento todas as suas palavras.

V. Ex^a me inspira o seguinte: eu e o José Nery fomos, agorinha, ô Alvaro Dias, ao México. No México, ninguém vê moto. Por quê? Não tem mototáxi. Sabe por quê? Porque a gasolina é barata. A gente anda de táxi. É como o mototáxi lá no meu Piauí. A gasolina é quatro vezes mais barata do que no Brasil. O custo de vida é seis vezes mais barato do que no Brasil. Isso tudo porque é Petrobras, que o Heráclito, sabiamente, foi buscar nesse quadro, que vale por dez mil palavras. Aí a irresponsabilidade deste Governo de tirar dinheiro da Petrobras.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, satisfaça-me só uma dúvida – não sei se ouvi direito: V. Ex^a esteve no México, e o Senador Nery o acompanhou?

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Foi.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Viajadorzinho que tá danado esse Senador do PSOL! Parabéns!

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Sim, mas aí é coisa. Então, nós...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Deixe-me responder à provocação do Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é provocação, é elogio!

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Não tanto quanto V. Ex^a, com toda certeza. É só conferir.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É elogio.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Senador Alvaro Dias, quero lhe passar tudo isto: a segurança, a saúde, a educação de que estamos falando, o piso da professora. Agora, ele entrou, o Heráclito, que é nosso companheiro – eu e o Heráclito aqui somos do Piauí. Ele engrandece meu documento, mostrando a advertência sobre os gastos irresponsáveis da Petrobras, que tornam o combustível que usamos o mais caro do mundo.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, primeiro, quero agradecer a V. Ex^a, sempre generoso, e digo que vamos sentir muito a sua falta aqui. V. Ex^a vai fazer muita falta. Tem sido um companheiro presente, um grande amigo, mas, acima de tudo, um Parlamentar muito preocupado com as coisas sérias do Brasil e com a coragem necessária para denunciar. O País é infeliz quando não tem oposição corajosa, que denuncia, que fiscaliza, e V. Ex^a fez parte aqui, como dissidente do PMDB, num primeiro momento,

e, depois, no PSC, fez parte da oposição a um governo que consideramos perdulário e que agora deseja, na continuidade – muda o Presidente, mas o modelo não muda –, comprar um avião de mais de R\$400 milhões. Fizemos a conta rapidamente, há poucos dias, aqui – eu e o Mozarildo Cavalcanti –, e chegamos à conclusão de que, com o dinheiro desse avião, daria para construir 12 mil casas no Programa Minha Casa, Minha Vida. O avião vai atender à Presidente eleita e, certamente, à sua equipe, mas atenderíamos 12 mil famílias com esse dinheiro. Como a reforma do Palácio do Planalto, uma reforma que vai ser reformada agora, custou R\$111 milhões? É mais do que uma vergonha, Senador Heráclito, isso é uma afronta à pobreza do País! Eu até diria, Senador Mão Santa, que devemos incluir entre as atrações turísticas de Brasília, agora, o superfaturamento do Palácio do Planalto. É só passar em frente e ficar indignado: onde jogaram R\$111 milhões ali?! Quem conhece o palácio por dentro sabe que é impossível gastar R\$111 milhões numa reforma; e numa reforma malsucedida, que tem que ser reformada antes de ser inaugurada. Portanto, estamos estarecidos. O Senador Heráclito citou o caso dos aposentados da Vasp, da Varig e da Transbrasil. Com o dinheiro desses aviões, poder-se-ia resolver o problema de todas essas famílias, e ainda sobraria. Creio que bastaria o dinheiro gasto no Palácio do Planalto com a reforma, para se resolver a situação de todas essas famílias. Então, não há critério de prioridade. Não há. O Governo diz que está difícil, que tem que arrochar, que não pode dar aumento para policiais, que a PEC nº 300 não pode ser aprovada, que o salário mínimo não pode ser reajustado para R\$600, que os aposentados não podem ter um reajuste melhor, os aposentados da Varig, Vasp e Transbrasil não podem receber aquilo a que têm direito, no entanto, o Governo tem dinheiro para jogar fora em uma reforma exagerada e, evidentemente, na compra de um avião absolutamente desnecessário. Quantos países possuem um avião tão deslumbrante quanto o Aerolula? O que vão fazer com o Aerolula? É essa a pergunta, Mão Santa. Nós estamos, realmente, vivendo um final de festa infeliz, com o Governo Lula, nos seus últimos momentos, em seus estertores, apresentando toda a sua contradição interna, com um discurso popular e uma ação perdulária de gastos desnecessário, deixando uma herança maldita para a sua sucessora Dilma Rousseff.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Eu agradeço e incorporo as palavras de V. Ex.

Agora, fico muito frustrado: e o Piauí, Presidente Collor? V. Ex^a se lembra da discussão sobre o porto do Piauí, Luiz Correia, na Comissão de Infraestrutura.

Com 50 milhões, Heráclito Fortes, estaria concluído o sonho de Eptácio Pessoa. Aí, falam em 400 milhões para um avião, 110 milhões para uma reforminha... E o Brasil e o Piauí? Por isso, nós estamos nas oposições. É por isso, só por isso.

Presidente Collor, o senhor foi injustiçado. Não por aqui. Aqui, eu tenho, eu posso! Eu fui prefeitinho em seu Governo.

Eu me lembro do seguinte: Presidente Collor, no seu Governo, eu me lembro que a Adalgisa via uma menina na rua, queria criar uma creche e criava. Tinha. No seu Governo, funcionou. O senhor foi fiel à Constituição. O senhor transferiu aos Prefeitos o que manda a Carta Constitucional.

A Carta Constitucional diz que o bolo da riqueza tem de ser dividido assim: 22,5% para os Prefeitos do Brasil; 21,5% para os Governadores dos Estados e Distrito Federal; 53% para o Presidente da República – era com quanto V. Ex^a ficava –; e 3% era para os fundos constitucionais. O FNDE e a Sudene funcionavam. Eu fui lá.

Então, quanto às creches, eu só faria uma pergunta para enaltecê-lo: quantas creches existiam no Governo do Presidente Collor? Fui Prefeito na época. Hoje, não tem mais creches. O Governo acabou com tudo. Os Prefeitos estão com a cuia nas mãos, aqui, porque garfaram: eles baixaram de 22,5 para 14. Nós demos 1% e levou três anos para isso chegar aos cofres.

Então, eu só faria uma pergunta: o antes? Para as crianças – olhem, eu era Prefeito –, tinha umas 50 creches, que a Adalgisa criou, no maior Município do Piauí. Hoje, não tem mais nenhuma, porque acabou a LBA. Acabou.

Agora, entro no item dos aposentados, Alvaro Dias. Aquela luta de nada valeu. Eu não acredito num País que desrespeita os velhos. Não acredito.

V. Ex^a, Collor, teve o exemplo de Lindolfo Collor. Como um avô funciona.

Barack Obama, que é o maior líder, do país mais forte, diz: “Eu não sou maconheiro porque fui educado pelos meus avós”.

Os avós são importantes na estrutura da instituição mais importante, que não é o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, mas a família, instituição criada por Deus. Essa sim, atentai bem.

Deus não desgarrou seu filho, mas o botou numa família, na Sagrada Família de Jesus. No entanto, a família está desmoronando, porque o Governo capou o dinheiro dos aposentados. Esse fator previdenciário não existe, isso é uma imoralidade, isso é uma indignidade! Tiram 40%. Que me entendam: aqueles que deveriam ganhar R\$1 mil, estão ganhando R\$600;

aqueles que deveriam ganhar, que são a maioria, R\$ 2 mil estão ganhando mil e duzentos.

Agora, eu direi a verdade. Eu repito Cristo: “De verdade em verdade, eu vos digo que eu sou a verdade, o caminho e a vida”. Por isso eu fui procurado, fui cassado. Há 48 horas, eu era Senador; depois, a maior quadrilha, um “Alexandre Quadrilha”, lá foi lá para assaltar, para cassar o Mão Santa, mas eu sou povo a partir de 2 de janeiro, um povo de vergonha, um povo de dignidade. Eu sou, Collor, aquele povo que gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Eu sou esse povo. Eu digo que o poder é o povo, que é soberano e decide. Eu sou esse povo, Presidente Collor.

Ô José Nery, saia daqui e ensine no Pará, no seu PSOL, da sua Heloisa Helena, que o Luiz Inácio não paga a aposentadoria de ninguém; que Ministro não paga a de ninguém. O meu amigo Garibaldi não vai pagar a aposentadoria de ninguém. Ele vai para lá e é meu amigo. Eu pago a minha. Cada um paga a sua. É mentira esse negócio. Presidente e Ministro não pagam aposentadoria. Aposentadoria é o seguinte: pelas nossas leis, podemos trabalhar a partir dos 16 anos e nos aposentar, via de regra, com 70 anos.

São 54 anos de trabalho, via de regra, Acir Guracz. V. Ex^a fica aqui. V. Ex^a tem a honra do seu pai e dos seus avós para defender os aposentados. Atentai bem!

Cinquenta e quatro anos de trabalho, Jayme Campos, 40, 30... Fez um contrato com o Governo, que desconta a aposentadoria. Aquilo é um cálculo matemático, atuarial, para devolver. Se são 2 salários, são 2 salários; se são 10 salários, são 10 salários; 20 salários... O Presidente Luiz Inácio nunca pagou a um aposentado, nem um Ministro. Cada um paga a sua, essa é a verdade. Então, fazem um contrato.

Presidente Collor, por que o País está assim? Porque os nossos avós, corretos, decentes...

Alvaro Dias, V. Ex^a é avô? Sou melhor avô do que pai, porque, como pai, eu trabalhava muito e não via os meninos, só ficava operando. Avô pega aquele dinheirinho e dá para pagar a faculdade, dá para um livro, ajuda uma filha que casou. Então, o que há na nossa sociedade? Os avós, que fizeram um contrato para ter as suas aposentadorias, se comprometeram e não podem cumprir, porque o Governo capou. E o neto, o filho: “Vovô me enganou! Meu pai me enganou!” Não enganou nada. Ele está sendo enganado pelo Governo. Ele foi capado em 40%, e com um agravante, Presidente Collor.

Presidente Collor, Abraham Lincoln disse: “Não baseie a sua prosperidade com dinheiro emprestado”.

Inventaram o empréstimo consignado. Ô José Nery, você já leu o contrato? Eu li. O senhor operou a visão agora, mas não lê. As letrinhas são tão pequenas que enganaram os velhinhos do meu Brasil. Dizem que 40% dos empréstimos tiram-se na boca do caixa. É o melhor negócio para os bancos, porque, antes de receberem, já tiraram. Então, não tem inadimplência.

Inventaram os empréstimos consignados, mais uma deficiência para os velhinhos. Então, nossos aposentados estão ruins. Nunca antes, Presidente, suicidaram-se tantos velhos, idosos, por esse problema. Eu quero lhe dizer: os 40% mais o empréstimo consignado. E aí está.

Alvaro Dias, continue a luta pelos aposentados.

Presidente Collor, lembre-se de Lindolfo Collor, do seu pai e tal, dos que são importantes na construção de uma família: os avós.

Para terminar, é o seguinte: sei que o nosso Presidente fez caridade. Esse negócio de Bolsa Família é uma caridade. Não podemos ser contra a caridade. A Apóstolo Paulo disse: “Fé, esperança e caridade”. Caridade é amor. Ninguém é contra. Ninguém é contra a caridade. Ele pode ter sido o pai dos pobres, mas é a mãe dos banqueiros.

Aqui, termino o último item para entregar ao Alvaro Dias. Está aqui a **Folha de S. Paulo**: “Lula entrou e vai sair com os maiores juro do mundo”. Lula, a mãe dos banqueiros! Digo ao Heráclito para pesquisar qual a dificuldade.

Lá na Inglaterra, o Primeiro-Ministro ajudou os bancos, e o povo já botou ele pra fora. O Barack Obama ainda hoje está sofrendo as consequências. Eu vi, na Espanha, o Santander fechando, em dificuldade, falindo. Aqui, os bancos se ajustam. Está aqui. Luiz Inácio pode ter sido o “pai dos pobres”, título dado a Getúlio Vargas, mas ele sai mesmo como a “mãe dos banqueiros”.

Então, entrego isto à oposição. Vou entregar ao Alvaro Dias. Ah, o Jayme Campos está aqui, herói, um nome extraordinário do DEM aqui. Está aí, Heráclito, um Presidente bom para o DEM. Não é bom não, é o melhor para a oposição. Quero passar a V. Ex^a este documento – porque saímos frustrados – para a oposição continuar a defender esses itens, somando-se a eles a Petrobras, que o Heráclito citou.

Então, essas são as nossas palavras.

Que saímos daqui como uma Oposição, não raiosa, como fomos acusados, mas como a Oposição feita por Rui Barbosa. Rui Barbosa não é tido como raioso. Por 32 anos nesta Casa, ele foi mais tempo oposicionista do que governo. Certa feita, até quiseram que ele continuasse no governo. Um militar, Presidente Deodoro; o segundo, Floriano, iam meter o terceiro,

aí ele discordou. Ofereceram-lhe a chave do cofre, o Ministério da Fazenda de novo. Ele disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. É isso que os partidos políticos estão fazendo. Mas nós confiamos que vai haver oposição, porque não há democracia sem oposição. Esta foi a oposição que fizemos, não contra ninguém, mas para salvaguardar a democracia, que é a maior riqueza construída pela humanidade civilizada.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Jefferson Praia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, alternando oradores inscritos e lideranças, ao Senador José Nery, do PSOL do Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde abordo, desta tribuna, dois problemas que tenho tratado de maneira quase que constante, porque parte da triste realidade brasileira e, talvez, de problemas estruturais, como é a questão da luta pela verdadeira reforma agrária e a luta pelo fim, pela extinção do trabalho escravo no Brasil, a luta contra a violência no campo, que aqui tenho denunciado à exaustão e cobrado do Governo, das autoridades que têm responsabilidade de tomar providência, para colocar o Brasil num outro patamar de desenvolvimento, não para poucos, mas desenvolvimento para todos.

Quando, apesar de tantos problemas, a discussão sobre a utilização de avião por parte do Presidente da República passa a ser questão central neste plenário, talvez seja porque não tenha muito a dizer sobre o que propor para que o País realmente realize as mudanças necessárias, para garantir a todos os brasileiros e brasileiras as condições mínimas e decentes de sobrevivência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse, vou tratar da luta contra o trabalho escravo, da luta pela reforma agrária, denunciando a violência no campo. Faço aqui um relato de dois fatos envolvendo a prática de trabalho escravo contemporâneo em duas fazendas no sul do Pará, nos Municípios de Itupiranga e Brejo Grande do Araguaia. E faço esses relatos, mais uma vez, para tentar sensibilizar e convencer aos que têm responsabilidade de decidir, e neste caso cabe ao Congresso Nacional tomar medidas, votar projetos e tornar mais efetiva a luta contra o trabalho escravo contemporâneo.

O relato feito pela ONG Repórter Brasil, de autoria da repórter Bárbara Vidal, tratando da violência da escravidão contemporânea, em dois Municípios do Estado no sul do Pará, reverbera aqui para ver se é possível convencer da necessidade de que decisões sejam tomadas, no sentido de ajudarem o Brasil a avançar no combate a essa prática.

Um pé de manga era o alojamento de trabalhadores rurais encontrados em situação de trabalho escravo. Eles faziam parte dos 32 libertados da Fazenda Riacho Doce (antiga Fazenda Lago Azul), em Itupiranga (PA). Entre as vítimas, havia uma mulher e seis jovens com menos de 18 anos.

Como não havia abrigo para todos, pessoas dormiam em redes, sob uma precária cobertura de telha e também sob uma mangueira, confirma o Procurador do Trabalho Rosivaldo da Cunha Oliveira. Ele participou da comitiva do grupo móvel de fiscalização que esteve no local. A operação foi coordenada pelo Auditor Fiscal do Trabalho Benedito de Lima e Silva Filho.

Os empregados laboravam há aproximadamente um mês e foram aliciados no próprio Município. Foram contratadas, em sua maioria, para fazer a limpeza do terreno – serviço conhecido como “roço de juquirá” – para a criação de gado. Outras derrubavam a mata com motosserras.

Para que pudessem trabalhar, adolescentes portavam documentos com a data de nascimento alterada. Segundo a fiscalização, a alteração teria sido feita antes da empreitada na Fazenda Riacho Doce. Os seis jovens, que tinham na realidade entre 15 e 16 anos de idade, receberam seus direitos trabalhistas na presença das mães. As fichas de cada um deles foram enviadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), para as providências necessárias à inclusão de suas famílias em programas sociais.

A jornada era de oito horas diárias, mas não possuíam qualquer tipo de equipamento de proteção individual (EPI) – como, botas, chapéus, óculos, luvas e roupas especiais para desenvolverem a atividade. Além disso, utilizavam o mato como banheiro. A única instalação sanitária se encontrava na casa em que o “gato” (aliciador de mão de obra) residia. A fazenda está iniciando a atividade pecuária e ainda não possui sede.

A alimentação dos trabalhadores era escassa. Comumente se alimentavam de café com farofa, fornecidos pelo empregador, e consumiam água sem tratamento algum de um córrego próximo à propriedade.

De acordo com o Procurador Rosivaldo, quando o grupo móvel chegou ao local, cerca de dez pessoas voltavam a pé para as suas residências no núcleo urbano de Itupiranga (PA), a 120 quilômetros da fazenda. “Talvez pegassem uma carona na estrada, pois eles não tinham dinheiro para o transporte. Estavam inclusive sem comer desde o dia anterior”, relata.

Mesmo sem sinais de flagrantes ameaças, as vítimas não tinham condições físicas de ir embora sem receber o pagamento. “O gato [o empreiteiro] buscou os trabalhadores quando os aliciou na cidade, deveriam fornecer o dinheiro ou alguma condução para que fossem embora” [conforme afirma o Procurador Rosivaldo]

Os salários dos trabalhadores que receberiam por produção não estavam sendo pagos em dia. Quando a fiscalização chegou, eles estavam sem receber há 28 dias. O “gato” mantinha uma conta pessoal em um comércio próximo à propriedade rural onde o que comprava para os empregados era descontado posteriormente daquilo que efetivamente recebiam. Ele levava os trabalhadores para esse comércio e pagava bebidas alcoólicas como forma de adiantamento para amenizar a insatisfação de alguns deles. Foram apreendidas duas espingardas na área, usadas para caça, de acordo com o proprietário [daquele imóvel].

Agentes da Polícia Federal que integravam o grupo móvel identificaram crime ambiental devido ao desmatamento ilegal. A denúncia foi levada ao Ibama por meio de relatório.

Foram lavrados 17 autos de infração à Fazenda Riacho Doce, de propriedade de Edson de Souza Ribeiro. O valor de R\$50 mil das verbas rescisórias foi quitado durante a fiscalização por representante do dono do imóvel rural. A indenização por danos morais coletivos foi fixada em R\$200 mil e os danos morais individuais aos adolescentes em R\$10 mil para cada um. Uma ação civil pública deve ser protocolada contra os responsáveis.

Outro fato de escravidão, ocorrido na Fazenda Rainha do Araguaia, em Brejo Grande do Araguaia, aponta que nessa fazenda os trabalhadores compravam

a própria comida e os equipamentos de proteção individual (EPI). Eles usavam botas rasgadas, em péssimo estado, no desmatamento de área que seria destinada a pastagem e criação de gado.

Esses fatos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mostram...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, esses fatos aqui relatados em reportagem da ONG Repórter Brasil, como disse, especializada em denunciar fatos de violência contra trabalhadores rurais em condições análogas às de escravo, ou mesmo na área urbana, demonstram o quanto são urgentes as providências, as medidas que efetivamente possam coibir a prática de trabalho escravo no Brasil, entre elas a realização de efetiva reforma agrária e a garantia de educação de qualidade a todas as pessoas.

De outra forma, é importante assinalar que o Congresso pode fazer muito para combater o trabalho escravo, especialmente a Câmara dos Deputados, que guarda na gaveta, há exatos quatro anos, a Proposta de Emenda à Constituição nº 438, que prevê a expropriação de áreas, de propriedades onde for comprovado crime de trabalho escravo.

Infelizmente, a bancada ruralista tem feito de tudo para impedir, com a conivência de alguns partidos e líderes, que se possa avançar para a aprovação de uma matéria tão importante.

Por isso, queremos, mais uma vez, dizer à Câmara dos Deputados que chegou a hora de saudar essa dívida com a luta em defesa da dignidade humana. E não é compreensível, Sr. Presidente, que esta Legislatura encerre suas atividades sem que votem, aprove a PEC nº 438, que é fruto do desejo de milhões de lutadores sociais e dos direitos humanos, para que possamos, enfim, ter um instrumento que, no nosso entendimento, se equivale a uma segunda abolição – a lei que vai confiscar, se aprovada, bens, propriedades daqueles que se envolvam com a prática criminosa de trabalho escravo.

Queria fazer referência ainda ao encontro realizado pelo Ministério Público Federal, pela Pastoral da Terra e pelo *campus* da UFPA, em Marabá, que lançou, na última semana de novembro, a Carta de Marabá, divulgando diretrizes para combater o trabalho escravo, no esforço para que as instituições públicas e a sociedade participem efetivamente da luta contra uma chaga social. Muitos de nós aprendemos que foi extinta a prática criminosa do trabalho escravo há 122 anos.

Portanto, ao renovar aqui a cobrança pela aprovação da chamada PEC contra o trabalho escravo, re-

afirmamos o compromisso nessa luta para ver o Brasil livre de violências. O Brasil precisa de instrumentos eficazes, e a PEC nº 438 se inscreve como um desses instrumentos fundamentais para avançar na luta contra o trabalho escravo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria tornar pública a carta de Frei Henri des Roziers, advogado da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara, no sul do Pará, denunciando a matança na Fazenda Rio Cristalino, Município de Santana do Araguaia, no sul do Pará.

Diz a carta de Frei Henri:

De maio a outubro de 2010, quatro trabalhadores rurais, cujos nomes constariam numa lista de marcados para morrer, foram assassinados na área ainda não desapropriada da Fazenda Cristalino, ocupada por cerca de seiscentas famílias desde 2008. As vítimas foram: o lavrador Paulo Roberto Paim, morador do Retiro 5, pai de dois filhos menores, assassinado em 28.5.2010, na estrada do Retiro 5; José Jacinto Gomes, conhecido como Zé Pretinho, posseiro do Retiro 7, encontrado morto na sua própria roça, em 26.6.10, com diversos hematomas no corpo; em 22.10.10 foi a vez de Givaldo Vieira Lopes, pai de 3 filhos menores, morto por dois tiros na estrada do Lote 04, quando estava andando sozinho, de motocicleta, teve o corpo muito machucado; por fim, Lourival Coimbra Gomes, também conhecido por “Baiano”, cujo corpo foi encontrado no dia 24.10.10 na sua própria casa, com a cabeça decepada, a qual [até hoje] não foi encontrada.

A ocupação foi feita em 2008 pela FETRAF, numa área não desapropriada de 50.000ha da Fazenda Rio Cristalino (ex-Fazenda Volkswagen). A partir de 2009, muitas dessas famílias se desligaram da FETRAF e criaram a “Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais dos Retiros 1 ao 15” da Fazenda Cristalino, devido a pressão de um grupo que se diz representante da entidade e que extorque dinheiro das famílias, ameaçando-as para sair dos lotes que já tinham pago à entidade. Esse grupo persegue as lideranças da nova Associação, cujos nomes constariam, entre outros, numa lista de marcados para morrer.

Os nomes de todos os acusados constam nas diversas ocorrências policiais registradas pelos trabalhadores na Polícia Civil de Santana do Araguaia, na Delegacia de Conflitos Agrá-

rios de Redenção (DECA), na Polícia Federal e junto ao Ministério Público Estadual.

Diante disso, questiona-se:

Até quando as famílias da Fazenda Rio Cristalino vão ter que esperar pela prisão dos membros do grupo de extermínio?

Quem será a próxima vítima da “lista” dos marcados para morrer:...

Eis, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a denúncia, o apelo e a cobrança de Frei Henri des Roziers, que tem 80 anos de idade, Senador Mozarildo, e se dedica à causa da reforma agrária, da garantia do direito à terra aos que precisam para dela tirarem seu sustento, morar e trabalhar.

Faço minhas as palavras de Frei Henri para cobrar das autoridades policiais, da Justiça, sobretudo no caso dos assassinatos já denunciados, providências imediatas para que a impunidade não consiga fazer mais vítimas nessa verdadeira matança que ocorre na Fazenda Rio Cristalino, no sul do Pará.

Esse apelo e essa cobrança esperamos ver respondidos pelas autoridades do Estado do Pará, porque é impossível continuar convivendo num clima de tanta tensão e violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após as palavras do Senador José Nery, do PSOL do Pará, que falou pela Liderança, intercalando, vou chamar um orador inscrito.

Chamo o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Acir Gurgacz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conta-gotas, estamos começando a tomar conhecimento do Ministério do Governo Lula 3. Porque, na verdade, o que o Senhor Lula está fazendo é terceirizar mais um mandato ou a prorrogação do Lula 2, como diz o Senador Pedro Simon.

Se formos ver a escolha ministerial, temos a sensação exata de que Sua Excelência foi quem marcou, de maneira forte, a ocupação desses Ministérios, com pessoas da sua mais restrita confiança, a tal ponto, Senador César Borges, que o Ministro Mantega, já como Ministro escolhido para o próximo Governo, levou um pito dele agora por decisões que o Sr. Mantega anunciou que tomará a partir de janeiro.

Senador Pedro Simon, há um fato curioso nesse novo Ministério e nessas escolhas. Ninguém está se preocupando com os reais problemas do Brasil, mas se nós prestarmos atenção, a disputa a tapa tem sido para a ocupação de ministérios que têm polpudas verbas

do Orçamento e que dão acesso ao uso das famosas emendas de bancada ou emendas parlamentares.

O Ministério da Cultura, com o qual ninguém se preocupava e para o qual não havia nenhuma corrida para a sua ocupação, agora está sendo disputado porque, através dele, você pode financiar *shows*, carnavais fora de época e outras coisas mais. O mesmo está ocorrendo com o Ministério do Turismo. As denúncias de mau uso de recursos nesse Ministério têm sido gritantes no Brasil inteiro. Daí porque, Senador Jayme Campos, vê-se disputas localizadas para a ocupação desses postos.

Outra guerra surda que está acontecendo é com o Ministério da Saúde. E V. Ex^a, Sr. Presidente, que é médico, deve estar vendo isso. Imagine que estão querendo tirar da articulação política o Sr. Padilha para colocá-lo no Ministério da Saúde. Ele, que fatiou, na função que ocupa até hoje, os cargos, a distribuição de verbas, de recursos, ao ocupar o Ministério da Saúde, vai transformar uma área que é prioritária para o Brasil num verdadeiro banco de trocas. É um desrespeito, é uma desatenção para com a saúde no Brasil.

Deixe o Padilha continuar prometendo verbas, distribuindo verbas, que é a sua especialidade, mas deixe que a saúde do Brasil seja administrada por homens competentes e da área. O fato de ele ser médico sanitário pouco importa. O Serra é economista e foi o melhor Ministro da Saúde do País. O problema é que o Sr. Padilha não tem isenção para ser técnico nesse Ministério, até porque a badalação do seu nome está sendo feita de maneira política, o que, com certeza, irá comprometer-lo quando do exercício, se vier a ser escolhido, desse cargo.

Para se ter uma ideia, no Piauí, entre o primeiro e o segundo turno, o atual Prefeito deu uma declaração com todas as letras: “Não posso acompanhar o candidato do PSDB [de quem o atual Prefeito havia sido Vice-Prefeito] porque o Padilha se comprometeu a mandar R\$105 milhões de verbas para Teresina”. Isso foi noticiado fartamente pela imprensa.

Já pensou, Senador Adelmir Santana, fazer esse loteamento no Ministério da Saúde, trocando-se vacinas, seringas, camisinhas, seja lá que diabo for, por apoio político?! É inaceitável.

Eu acho que a Ministra Dilma dará o passo mais errado na sua carreira, ainda não começada, como Presidente da República, se promover essa escolha, aceitando pressões de natureza política.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Heráclito, permita-me uma interrupção rápida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para registrar a presença nas galerias de um grupo de professores de várias cidades do noroeste do Estado de Minas Gerais. Portanto...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Da cidade de?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Do noroeste do Estado de Minas Gerais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Noroeste do Estado de Minas Gerais. Que esta visita a este Plenário, a esta Casa seja proveitosa e que levem para Minas Gerais o abraço dos Senadores brasileiros.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui vivendo o momento da discussão e da votação do Orçamento. Se quiserem, Senador Alvaro Dias, comprovar o que digo, é só examinarem, nos Ministérios que aqui falei, a verdadeira corrida para a colocação de verbas, dessas verbas de responsabilidade dos Parlamentares.

Há um relator setorial que vê a grande corrida dos Parlamentares – é o mesmo relator –: educação e cultura. Para a educação, são poucas as emendas. E as emendas para a cultura, agora, transformaram-se, Senador Pedro Simon, em uma verdadeira corrida, porque as verbas vão e depois são transformadas nos famosos carnavais fora de época – no interior de Minas já deve ter havido isso –, que são patrocinados geralmente por um parlamentar à custa do dinheiro público, geralmente com os *shows* superfaturados. E, ao lado da rua onde o *show* acontece, não há esgoto, a luz é deficiente; a cidade não tem hospital, a saúde é precária, e esse dinheiro é torrado de maneira inescrupulosa, geralmente com a conivência e a participação até de funcionários dos Ministérios.

Ao falar em Orçamento, não poderia deixar de registrar meu desapontamento, mais uma vez, com o tratamento que é dado ao meu querido Estado do Piauí. Como Senador da oposição, pouco posso fazer, porque o peso, o rolo compressor da base do Governo limita os nossos passos. É triste ver que, mais uma vez, o Piauí não tem um tratamento justo, se o comparamos a outros Estados. Aliás, a grande esperança que tenho é a de que o Governo Lula acabe, que o Governo Dilma comece e que se inicie uma atenção ao Piauí, que não tivemos durante os oito anos.

Senador Simon, quanto a esse Ministério da Dilma que é escolhido pelo Lula, lá no Piauí está uma euforia danada. Apontaram seis Ministros, seis piauienses para os Ministérios. Seis! Até agora, nenhum. O Maranhão, caladinho, já fez dois: Edison Lobão e Pedro Novais.

O Piauí... Deixe-me lembrar bem aqui dos nomes. Wellington Dias, Governador; João Vicente Claudino, Senador; Ciro Nogueira, Senador eleito; Frank

Aguiar, que é piauiense, mas é cantor em São Paulo e foi anunciado para o Ministério da Cultura. Está faltando! Há mais. Bom, e aí o Sr. Padilha, que embora não seja piauiense, é casado com uma piauiense. E o Moreira Franco. Há mais: o Zé Pimentel, que embora seja Deputado do Ceará, é piauiense. Carnaval! Os jornais todo dia noticiando. Até agora, ninguém. O Maranhão tem dois.

É sempre assim. O Piauí vive de promessa. O Presidente da República anunciou que vai inaugurar o hospital universitário. Anunciou na campanha, naquele discurso em que falou mal de mim e do Mão Santa. E disse que ainda iria três vezes ao Piauí. Iria a Guariabas, a não sei aonde. E olho no calendário, já estamos no dia 9 de dezembro, e não vejo essa preparação de viagem de Sua Excelência para o Piauí. Seria ótimo que fosse inaugurar o que prometeu.

Senador Jayme Campos, com o maior prazer.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador, V. Ex^a tem toda a razão. Tenho certeza de que toda a sociedade brasileira está preocupadíssima com a escolha dos Ministros, que está sendo feita pela Dilma Rousseff. Particularmente, acho que ela não indicou ninguém. A pressão é grande dos partidos que foram aliados na sua campanha, bem como do próprio Presidente Lula. Tudo leva a crer – imagino – que ela não teve autoridade suficiente para indicar alguns Ministros da sua própria confiança. Até é verdade, quase nada mudou: alguns foram indicados partidariamente, e outros, por alguns grupos interessados, naturalmente, no Poder Executivo. V. Ex^a cita aqui essa farra do boi em relação às emendas que faziam para os carnavais fora de época, para os eventos em cidades brasileiras: isso tinha de parar. Chegou a hora de o Brasil ver que esse dinheiro que se arrecada para o Governo Federal é muito pouco diante da necessidade que temos – existe a questão do esgotamento sanitário, da habitação, das estradas etc., etc. Então, acho que o Brasil tem de rever o conceito no que diz respeito à aplicação do dinheiro público e sobretudo exigir que se aplique nas áreas mais importantes. E não aconteceu só no Estado do Piauí, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a diz aqui que o provável Ministro da Saúde – que hoje trabalha no ministério institucional, o Padilha – prometeu 105 milhões para um Prefeito do PSDB. Imagina-se que poucos Prefeitos deste País não tenham sido assediados. No Mato Grosso, foi prometido mundos e fundos, mesmo assim ganhamos a eleição lá: Serra ganhou no primeiro e no segundo turno. Mas, se V. Ex^a vir o tanto de promessas que foram feitas lá, acho que quatro anos de Dilma Rousseff seriam muito pouco, diante dos compromissos que fizeram. Se dois, três Orçamentos da União forem destinados só para Mato

Grosso, eles serão insuficientes para atender, naturalmente, às promessas: ferrovias, hidrovias, duplicação de rodovias, construção dos hospitais, etc., etc. Mas aos poucos a sociedade já está começando a ver que nada daquilo vai ser concretizado. Hoje davam uma entrevista a uma rádio, no interior do Estado, lá na região do Baixo Araguaia – um simples e modesto repórter de emissora de rádio já perdeu a crença, já perdeu a esperança naquilo que prometeram. Foi o Ministro de Transportes atual, foi o Diretor-Geral do Dnit. Prometeram dinheiro para fazer uma ferrovia de 1,6 mil quilômetros, demandando-se de Goiás, indo-se a Lucas do Rio Verde, e uma outra variante, para Vilhena. Então, o povo já caiu na real. Tudo que prometeram não vai acontecer. V. Exª fala da mestria que tem o atual Ministro Padilha na distribuição dos recursos na sua Pasta: imagine lá no Ministério da Saúde, que é um Ministério hoje... Lamentavelmente a saúde pública no Brasil é precária. Em termos de saúde pública, temos vergonha de dizer que somos brasileiros. Portanto, V. Exª, quando vem aqui fazer essas observações, tem toda a razão. E acho que qualquer cidadão lúcido, em sã consciência, que mora neste País, sabe perfeitamente que aquilo que V. Exª está falando aqui retrata a verdade e é o sentimento do povo brasileiro. Muito obrigado e parabéns, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª e vou encerrar, até porque assumi um compromisso com os companheiros de ser breve. Mas quero dizer que isso tudo é lamentável.

Esse Sr. Padilha, na campanha eleitoral, foi ao Piauí. Ele vai quase todo fim de semana para lá. É justo, é uma questão de vida privada, não tenho nada com isso, o Piauí agradece.

Havia a inauguração de uma TV digital, Adelmir. V. Exª imagine: a TV Rádio Clube, fundada pelo Valter Alencar. V. Exª conhece a história do Piauí. E ele foi convidado. Sendo convidado, falou. O discurso dele era como se aquela inauguração, a transformação de TV analógica para digital fosse obra do Governo. Fez um discurso que parecia que era o Governo que estava inaugurando a televisão privada, porque o Banco do Nordeste emprestou. Desde quando empréstimo bancário, ao juro que se paga, é dádiva?

Mas é isso, é esse o homem que está distribuindo o currículo pelos gabinetes e forçando para ser Ministro da Saúde. E é capaz, principalmente por esse discurso aqui, feito por um opositor, contra o Governo, e que o Governo não gosta, que ele seja consagrado Ministro da Saúde, exatamente por esses fatos. E o pobre do Brasil é quem vai pagar o pato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Acir Gurgacz, e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias, quero comunicar que a Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2010** (nº 3.031/2010, na Câmara dos Deputados), que *autoriza a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)*.

É o seguinte o Projeto:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 682, DE 2010**

(Nº 3.031/2010, na Câmara dos Deputados)

**Autoriza a participação brasileira na
Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos da Mensagem nº 671, de 2 de dezembro de 2010, e correspondente Exposição de Motivos, a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido ajuste ou que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 671, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, relativa à participação brasileira na Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Brasília, 1º de dezembro de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EMI nº 474 MRE/MD

Brasília, 12 de novembro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Como é do conhecimento de Vossa Excelência, as Nações Unidas têm atuado na redução das tensões entre Líbano e Israel. A manutenção da paz entre os dois países é realizada pela Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL, operação estabelecida em 1978, pela resolução 425 do Conselho de Segurança.

2. O mandato original da Unifil previa a certificação da retirada das tropas de Israel do Líbano, o auxílio na extensão da autoridade estatal libanesa; e a garantia da paz e da segurança no sul do Líbano. A resolução nº 1.701 (2006), adotada após o ataque israelense ao Líbano, acrescentou ao mandato de Missão os deveres de monitorar a cessação de hostilidades, acompanhar e apoiar as forças libanesas, inclusive ao longo da fronteira em disputa, e apoiar o acesso de assistência humanitária à população civil e o retorno de populações deslocadas.

3. A Unifil conta, atualmente, com contingentes da Alemanha, Bangladesh, Bélgica, Brunei, Catar, China, Chipre, Croácia, Dinamarca, El Salvador, Eslovênia, Espanha, França, Gana, Grécia, Guatemala, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Macedônia, Malásia, Nepal, Nigéria, Portugal, República da Coreia, Serra Leoa, Tanzânia e Turquia, totalizando 11.504 militares e policiais e 981 funcionários civis. O atual Comandante é o General espanhol Alberto Asarta Cuervas. O orçamento anual da Missão é de US\$519 milhões.

4. A Unifil é uma força de interposição, no sentido clássico, entre o Líbano e Israel. Sua presença é essencial para a manutenção de ambiente estável na região e, por esse motivo, ambos os lados têm demonstrado forte interesse na contínua renovação da Missão. A situação mantém-se calma no sul do Líbano, apesar de incidentes esporádicos. A interlocução entre o Exército Libanês, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e a Unifil tem ocorrido de maneira constante por meio de reuniões de coordenação, realizadas sob a presidência do Comandante Militar da Missão, para superar incidentes e problemas em sua área de atuação.

5. O Brasil tem participado ativamente de operações de manutenção da paz. Graças à nossa importante e reconhecida contribuição à Missão no Haiti (MINUSTAH) que elevou o País a 12º maior contribuinte de tropas (agosto/2010), o Brasil vem sendo procurado para eventualmente contribuir com pessoal e equipamento para a Unifil. Informalmente, o Comandante da Unifil manifestou entusiasmo com a possível participação do Brasil, em função da credibilidade das Forças Armadas brasileiras e dos laços históricos que unem Brasil e Líbano, o que facilitaria a atuação dos militares brasileiros junto à comunidade local. Representante do Departamento das Nações Unidas de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) consultou informalmente a Missão Permanente do Brasil junto as Nações Unidas em Nova York sobre o interesse no preenchimento de 13 postos no Estado-Maior da UNIFIL, inclusive o de Comandante da Força Tarefa

Marítima (MFT), vislumbrando a sua ocupação por oficiais e praças brasileiros.

6. Eventual participação do Brasil na UNIFIL poderia reforçar nossas credenciais como ator capaz de contribuir positivamente para a promoção da paz e da segurança na região. Tal participação seria percebida favoravelmente pelo Líbano e por Israel. A iniciativa contribuiria ademais, para o esforço de Vossa Excelência de aumentar a presença brasileira nos termos relativos ao processo de paz no Oriente Médio. Ao ajudar a preservar um clima de paz no Sul do Líbano condição necessária para favorecer a retomada do diálogo entre os principais atores, a participação na UNIFIL, ampliaria a ação internacional do País na manutenção da paz e da segurança internacionais e contribuiria para diversificar a experiência das Forças Armadas brasileiras no exterior.

7. Consideramos que eventual participação brasileira poderia dar-se por meio de envio de 1 oficial general, 4 oficiais superiores e 4 praças todos da Marinha do Brasil, a fim de integrar o componente naval do Estado-Maior da UNIFIL.

8. Em vista do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência minuta de Mensagem ao Congresso Nacional que autoriza participação brasileira na Força Interna das Nações Unidas do Líbano.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**,
– **Nelson Azevedo Jobim**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2010, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas, durante cinco dias úteis, nos termos do art. 376 do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no tema que me traz aqui hoje, faço o registro de dois eventos dos quais participei na região da fronteira Brasil-Bolívia, mais exatamente nas cidades irmãs de Guajará-mirim e Guayaramerin, uma de cada lado do rio Mamoré, que separa o Brasil da Bolívia.

No sábado, dia 4 de dezembro, participei da formatura de 500 alunos do Pró-Jovem Trabalhador, concluído em Guajará-Mirim, com resultado espetacular. Cerca de 40% dos alunos chegaram ao final do curso já empregados, inseridos no mercado de trabalho local. Esse resultado é mais do que positivo, pois supera a média de resultado normalmente estipulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que gira em torno de 30%.

Portanto, Guajará-Mirim está realmente de parabéns. Estiveram presentes o Prefeito Atalábio José Pegorini; o Presidente da Associação Comercial, Márcio Badra; secretários municipais; Rodrigo Mello, Superintendente Regional do Trabalho; vereadores e demais representantes da sociedade organizada de Guajará-Mirim e de Rondônia.

Foi realmente um grande evento que, se Deus quiser, será repetido mais vezes não só em Guajará-Mirim, mas em várias cidades do Estado de Rondônia e em várias cidades brasileiras.

Quero cumprimentar o nosso Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e toda a equipe do Ministério pelo seu trabalho, pelo desempenho do Ministério do Trabalho, Ministério do nosso Partido, o PDT.

Do lado boliviano, participamos do Primeiro Encontro Binacional sobre Políticas de Fronteiras, que teve dois dias de duração, começando no domingo e se estendendo até a segunda-feira. Na ocasião, participamos como mediador dos debates que giraram em torno de temas como a situação social, cultural e econômica de nossas nações.

Discutimos a construção da ponte binacional que ligará o Brasil à Bolívia. Também pusemos em pauta os estudos de impactos para a construção da hidrelétrica de Ribeirão, assim como os temas sobre corredor bioceânico (ligando o Atlântico ao Pacífico), saúde, educação, zona franca e meio ambiente.

Estiveram presentes autoridades do Brasil e da Bolívia. Do lado brasileiro, junto comigo, o Senador da República Valdir Raupp; o prefeito Atalábio Pegorini, de Guajará-Mirim; o Presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, Célio Targuing; a Deputada Federal Marinha Raupp; o Superintendente do Dnit de Rondônia, José Ribamar da Cruz Oliveira, e Rodrigo Melo, do Ministério do Trabalho. Do lado boliviano, estiveram presentes autoridades nacionais e do município de Guayaramerin, como os Deputados Juan Carlos, Miguel Ruiz; o Cônsul da Bolívia em Guajará-Mirim, Marco Antonio Ayala; o Alcaide de Riberalta, Mauro Cambero; o Alcaide municipal de Guayaramerin, José Alexander Gusmán Maldonado; o Presidente do Conselho Municipal Juan Carlos Buendía Antenaza, além de Jéssica Jordan, Diretora da Ademaf, representando o governo boliviano.

Visitamos as obras da rodovia, do lado boliviano, que ligará aquele país com o Brasil. Em seguida, arrematamos o encontro com a assinatura de uma carta de intenções selando compromissos em prol dos dois países. Por fim, recebemos homenagem de cidadão de Hóspede de Honra Brasileiro em Guayaramerin.

Quero aproveitar este momento também para falar de um tema de extrema importância para o País e que

precisa estar na pauta do Congresso Nacional urgentemente. Não podemos deixar que sua votação fique para o ano que vem. Estou falando aqui da reforma do Código Florestal Brasileiro, o PL nº 1.876/99, já aprovada na Comissão Especial da Câmara e que agora precisa ir para a votação no plenário daquela Casa.

O mais complicado é que este assunto já está sendo discutido há mais de dez anos no Congresso e não avança justamente por conta de interpretações repletas de interesses individuais ou simplesmente pela falta de conhecimento da matéria e também da falta de contato com a realidade ambiental e rural brasileira.

É conhecido por todo mundo que o Brasil tem as melhores condições do planeta para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento do agronegócio de forma sustentável. Basta dizer que, em duas décadas, nossas áreas protegidas duplicaram, chegando hoje a 175 milhões de hectares. Nesse período, a produtividade total da agricultura brasileira, ao invés de cair, cresceu 5% ao ano, quando, nos maiores produtores agrícolas, incluindo os Estados Unidos, a atividade agrícola cresceu menos de 2% com todas as suas áreas já degradadas.

Portanto, Sr. Presidente, está na hora de definirmos um marco legal consistente para conciliarmos a conservação ambiental, a proteção das unidades de conservação, da biodiversidade e o desenvolvimento do agronegócio. Essas duas funções essenciais para a sobrevivência do homem – a proteção ambiental e a produção de alimentos – precisam caminhar juntas, e não vivendo em conflito, como assim preferem as entidades ligadas ao ambientalismo internacional.

Precisamos incluir o homem no debate ambiental e respeitar todas as formas de vida, sem radicalismo, para que possamos concentrar esforços na produção e na exportação agrícola combinadas com conservação e restauração de florestas, aproveitando ao máximo nosso potencial ambiental e agrícola.

Essa união é perfeitamente viável e suas premissas estão presentes nas inovações apresentadas no relatório do Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, de São Paulo, aprovado na Comissão Especial e que precisa ir para votação urgente no plenário da Câmara Federal. A demora, a indefinição e as interpretações equivocadas não interessam à Nação brasileira e estão gerando grande insegurança no campo, sem conseguir induzir a preservação ambiental. Portanto, todos estão perdendo com essa disputa irracional entre radicais, falsos ambientalistas, ruralistas e produtores rurais.

Quem lê o texto do relatório da proposta de reforma do Código Florestal de forma objetiva, racional e com um pouco de conhecimento da realidade ambiental e agrícola do Brasil percebe que ele avança em

questões fundamentais para a adoção de um modelo de agropecuária com conservação ambiental.

Premissas como a compensação das reservas legais, que se referem à obrigação de recompor a vegetação nativa em 20% da área de cada propriedade agrícola na maioria do território nacional, 35% nos cerrados da Amazônia Legal e 80% na Floresta Amazônica, uma exigência que não encontra paralelo em nenhum país, estão presentes no relatório.

Sem entrar no mérito, de que o novo Código Florestal torna o Brasil a nação mais conservacionista do Planeta, a questão que se coloca é se não faz mais sentido formar grandes aglomerações florestais, em vez de se buscar a tarefa irracional de recompor “ilhas desconectadas” de vegetação em cada propriedade. Essa alternativa criaria incentivos econômicos que trariam ganhos efetivos ao meio ambiente, gerando renda para a floresta “em pé”, desenvolvendo um mercado eficiente de compensações ambientais e reduzindo o custo para os produtores rurais. É o caso da Cota de Reserva Ambiental e dos mecanismos de servidão florestal, ambos negociáveis no mercado, que poderiam gerar uma verdadeira revolução ambiental no País, especialmente após a indicação das áreas prioritárias de conservação pelo poder público.

O texto também estabelece regras para restauração das Áreas de Preservação Permanente, as APPs. Trata-se do princípio da restauração plena das matas ciliares e outras APPs, definidas pela geografia de cada propriedade. Essa restauração seria incentivada pela possibilidade do cômputo das APPs na área de reserva legal e pela remuneração dos serviços ambientais, desde que elas fossem devidamente recuperadas e que isso não permitisse novos desmatamentos. Claro que essa solução também deveria respeitar casos clássicos de ocupação sustentável, como o café e a maçã no topo das encostas dos morros, o arroz irrigado de várzea e o boi pantaneiro, entre outros.

Parece desnecessário, mas é sempre preciso reafirmar, como tem feito, de forma incansável, a Senadora Kátia Abreu, do DEM de Tocantins e Presidente da Confederação Nacional da Agroindústria, CNA, sobre o princípio constitucional de que a lei não pode retroagir no tempo, ou seja, não se pode obrigar alguém a recuperar algo que foi removido quando era permitido ou mesmo estimulado por lei. Foi exatamente isso que ocorreu no meu Estado de Rondônia, onde milhares de colonos receberam terras da reforma agrária nas décadas de 60, 70 e 80, com a ordem expressa do Governo de desmatar pelo menos 50% da propriedade.

Essa interpretação do Código Florestal pode ser comparada a uma norma absurda que obrigasse todos os prédios urbanos já construídos na cidade de São

Paulo a terem, no máximo, cinco andares, cabendo unicamente aos proprietários atingidos adequarem-se à lei, sem nenhuma indenização. Portanto, era necessária uma reformulação desse entendimento.

Creio que a discussão já foi feita amplamente com a sociedade brasileira, e é do interesse de todos que os agricultores possam trabalhar de forma integrada com o meio ambiente, produzindo alimento de forma sadia para a mesa dos brasileiros e para alimentar outras nações do mundo que não possuem as mesmas condições ambientais e climáticas, extremamente favoráveis para uma agropecuária sustentável.

Portanto, faço aqui o apelo para que o Governo e o Congresso entendam que não é mais possível adiar a votação de uma questão que já está madura, que já foi amplamente discutida com a sociedade e que é de fundamental importância para o desenvolvimento autônomo da Nação brasileira. O Congresso Nacional tem autonomia para colocar a matéria em votação. Deixar de votar o relatório este ano significa um novo retorno à estaca zero com a nova legislatura, agravando a confusão e os conflitos no campo e nas florestas brasileiras em 2011, com insegurança jurídica, disputas judiciais e desmatamento descontrolado. Não quero ser responsável por essa insegurança, por esse atraso, e por isso reforço o apelo para que a matéria seja votada no plenário da Câmara e do Senado o mais rápido possível.

Encerro a minha participação hoje lamentando notícia veiculada esta semana, de que o Banco do Brasil vai deixar de oferecer crédito a produtores de soja que plantem em áreas desmatadas na Amazônia.

A decisão foi tomada nesta semana como resultado da adesão do Banco à Moratória da Soja, lançada em 2006, com o objetivo de não comercializar soja produzida em áreas desmatadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – É preciso ficar claro que não dá para generalizar essa situação. Muitas áreas de plantio de soja na Amazônia eram originariamente de campos, onde não havia florestas. Muitas outras áreas foram desmatadas porque assim exigia o Governo Federal na época dos anos 70 e 80. Somente obedecendo às normas do Governo é que o produtor tinha direito à posse da terra.

Eu mesmo tenho um projeto tramitando nesta Casa, o de nº 144, de 2010, para fazer justiça a esses produtores rurais, muitas vezes pequenos produtores que se encontram hoje impossibilitados de fazer esse reflorestamento para a cobertura de 80% da mata. Isso porque eles vão simplesmente quebrar e são considerados ilegais.

Por isso, eu digo que cada caso é um caso e que o Banco do Brasil, que é hoje o maior financiador rural do País, deve olhar...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – O Banco do Brasil, que é hoje o maior financiador rural do País, deve olhar com muita atenção para essa medida, para que sejam evitadas injustiças. Somos contra o desmatamento criminoso, mas é preciso fazer justiça com os colonos que atenderam ao chamado do Governo Federal e que hoje são considerados ilegais.

Era isso o que tinha para colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns, Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra, pela Liderança do PSDB do Paraná, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, hoje, o Governo anunciou o último balanço do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), da gestão do Presidente Lula. Lamentavelmente, tenho de dizer aquilo que penso: se o Governo maquiou todos os balanços, por que não haveria de maquiar o último deles? Mas, apesar da maquiagem, o balanço revela o fracasso e, sobretudo, demonstra que o Governo sempre foi espetaculoso ao anunciar e medíocre ao executar. É um Governo competente no anúncio e incompetente na execução.

É por essa razão que, todos os anos, tomamos conhecimento de que Ministros devolvem dinheiro ao Tesouro Nacional, porque não conseguiram aplicá-lo. E é por essa razão que verificamos um desempenho pífio, apesar de o Governo usar números da execução orçamentária, não da execução física. Uma coisa é execução orçamentária, é o que se gastou; outra coisa é execução física, o que se executou do total da obra prometida. Se consideramos a execução física especialmente de setores essenciais para a população, como saneamento básico e habitação, é deplorável afirmar, mas a execução é claudicante.

Sr. Presidente, o PAC é uma sigla. As obras que são consideradas um programa são obras existentes naturalmente em qualquer governo. A sigla foi utilizada para o *marketing*, para a publicidade. O que é preciso dizer é que há um superfaturamento revoltante em boa parte das obras do PAC, especialmente naquelas situadas no âmbito da administração da Petrobras, so-

bretudo duas delas: a Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco, e a Getúlio Vargas, no Paraná. Uma delas, a de Pernambuco, tem um superfaturamento previsto de US\$2 bilhões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2010, apenas 23,8% das obras do PAC foram efetivamente pagas, e esse valor inclui os chamados “restos a pagar de anos anteriores”. Vejam que não dizem respeito ao ano anterior, mas a três anos anteriores. E, agora, anuncia-se que R\$40 bilhões do PAC-1 ficarão para a Presidente Dilma Rousseff pagar. É uma herança maldita do PAC que se transfere à nova Presidente, que foi antes denominada “Mãe do PAC”.

O Ministro da Fazenda anunciou que ocorreriam cortes no PAC a partir do próximo ano, e o Presidente Lula não gostou. O Presidente Lula puxou as orelhas do Ministro Mantega. A frase de Lula é a seguinte: “Vocês acham que estou com cara de que será cortado um centavo do PAC?”. Fica a indagação: o Presidente Lula continua Presidente em 2011? O Ministro Mantega, depois, voltou atrás e disse que não era bem aquilo que havia dito, que o PAC continuaria, que apenas obras novas seriam adiadas, que as obras em execução teriam continuidade.

Portanto, Sr. Presidente, o que estamos verificando na leitura do último balanço do PAC é que houve a geração de falsa expectativa e, como decorrência, uma enorme frustração de resultados. Esse não é o resultado prometido pelo Presidente Lula.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, se eu tiver um terço do tempo que foi usado pelo Mão Santa, já estará bom para mim! Mas vou concluir rapidamente.

O que o Presidente anunciou não foi isso, foi muito mais do que isso. Aquilo de que o Brasil necessita em termos de obras não é apenas isso, é muito mais do que isso. Obras de infraestrutura exigem, segundo especialistas, US\$30 bilhões por ano de investimentos. O Governo investiu, nos últimos anos, em média, menos de R\$10 bilhões em obras de infraestrutura. Estamos plantando um apagão logístico de médio e longo prazo.

Por que isso ocorre, se há recursos? No setor aeroviário, por exemplo, a Infraero dispõe de recursos. Por que não há execução de obras? Por que o desempenho é deplorável, porque há incompetência administrativa, e isso começa na composição do Ministério. Veja o modelo adotado para a escolha de Ministros. Os critérios da competência, da qualificação técnica e profissional, da eficiência de gerenciamento e da probidade passam ao largo do modelo adotado pelo Gover-

no Lula e, agora, pelo Governo Dilma Rousseff para a composição do Ministério. E me perdoem aqueles que eventualmente possam ter a exigida competência para exercer a função, mas, de modo geral, o Ministério que se compõe e se anuncia não é o Ministério dos sonhos dos brasileiros; ao contrário, é um Ministério fraco. Infelizmente, nós temos de afirmar que é um Ministério fraco, que atende a interesses político-partidários e não guarda nenhuma relação com as aspirações da sociedade de eleger alguém que escolha bem, constitua e organize um governo de eficiência técnica, de qualificação profissional e de resultados objetivos. O Ministério é fraco, eu repito.

Concedo um aparte, com a permissão do Presidente, ao nosso Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias, eu também queria chamar a atenção do Senador Pedro Simon pra este fato aqui. Eu tive a curiosidade de acessar aqui, na *Internet*, um *site* chamado Controller, Senador Jayme Campos. Prestem atenção! Controller é um site que mostra o mercado de aviões usados no mundo. O Brasil está comprando um avião por US\$550 milhões. E aqui, Senador, você tem um avião, um Airbus 340, que pode fazer o que o Lula quer: vôos transcontinentais. Ele vai para onde ele quiser nesse avião – estou lendo aqui aleatoriamente. É um avião de 1997, novo, por US\$35 milhões de dólares. Há vários. Eu estou citando este porque dão o preço, é um avião VIP. Mas nós vamos comprar um avião de US\$ 500 milhões. Você pega um avião desses, manda para a fábrica, que faz a sua resselagem e o adapta aos caprichos e às vaidades do governante, e o avião está aí. Mas o Brasil quer comprar um por US\$550 milhões, Sr. Presidente. Eu tive a curiosidade de fazer a pesquisa e aproveitei o gancho do discurso de V. Ex^a para fazer o registro. Se ele não quiser Airbus, se ele quiser Boeing, tem também! Era só para ficar o registro, Senador Alvaro Dias. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Heráclito, pelo oportuno registro que faz V. Ex^a. Realmente, nós estamos vivendo um momento de desperdício. O Governo é perdulário, gastador, é um Governo que inchou, cresceu, engordou, promoveu a superposição de ações e paralelismos desnecessários para abrigar aqueles que oferecem apoio intransigentemente ao Governo, mesmo quando ele erra, mesmo quando as falcatruas se apresentam. Mesmo quando se instala a imoralidade na Administração Pública, o apoio é recorrente...

(Interrupção no som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... porque há moeda de troca, Sr. Presidente.

Eu vou concluir, atendendo aos apelos da campanha, porque agora a campanha se tornou rigorosa. Nem sempre ela é rigorosa. Para alguns, ela é rigorosa; para outros, não é rigorosa. Neste momento, a campanha está eficiente, está sendo acionada constantemente. Mas eu vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Alvaro Dias, levando em conta que o senhor fala pela Liderança, eu segui aqui, regimentalmente, o que me foi explicado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato, mas o Regimento já foi esquecido há muito tempo aqui na Casa em matéria de discursos da tribuna. Todos os horários são todos os horários e o tempo é interminável. Nós ficamos ali, pacientemente, ouvindo. Coincidentemente, eu estou aqui, agora, ouvindo a campanha tocar insistentemente. Mas não há problema. Nós vamos encerrar o nosso pronunciamento dizendo que é deplorável esse modelo...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ainda bem que agora V. Ex^a está a caminho da Liderança. Agora, o Congresso é seu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está certo, Senador. O Senador Pedro Simon é daqueles que, desta tribuna, falam mais do que o Fidel Castro. Já houve discurso do Senador Pedro Simon aqui que bateu o recorde do Fidel Castro, embora o discurso do Senador Pedro Simon seja um discurso que eu aplauda mais.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que é uma afronta ao povo brasileiro, um deboche, a constituição do Ministério sem levar em conta os critérios da competência, da qualificação técnica e profissional e da probidade. Lastimavelmente, o modelo que se praticou antes é o que se pratica hoje, e se repete, inclusive, nos governos estaduais. Isso significa puxar para baixo a qualidade da Administração Pública em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Seguindo a ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. Em seguida, pela Liderança do PR, ao Senador César Borges.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar um pouco sobre meu querido Estado do Mato Grosso nesta oportunidade.

Quando a fertilidade da terra resolve premiar o esforço e a obstinação do homem, o resultado é sempre a fartura e o progresso. Desde tempos imemoriais, as colheitas generosas impulsionavam os avanços

econômicos e sociais da civilização. A escassez, ao contrário, representava a guerra e a miséria.

Para plantar e comercializar de forma célere e profissional, a humanidade aprimorou a técnica e a logística de produção até alcançar métodos sofisticados de controle das lavouras e da criação de animais, da conservação e do transporte destes gêneros.

Portanto, a boa colheita é sempre motivo de gozijo e satisfação coletiva. Ela proclamava, Senador Gilvam Borges, tempos venturosos e preconizava a supremacia de um povo. O mundo mudou, mas a safra continua sendo o principal indicador do desenvolvimento de uma comunidade.

Por isso mesmo, ao anunciar a descoberta do torrão brasileiro, Pero Vaz de Caminha, em missiva ao rei de Portugal, já se mostrava otimista com a fecundidade de nossas terras. “Em aqui se plantando, tudo dá”, escrevia ele, de forma profética, nos idos de 1500.

Pois bem, nosso solo é fértil e abundante; nossa gente é destemida e laboriosa; mas faltam-nos visão estratégica e investimentos em infraestrutura. Isto foi o que apurou reportagem exibida, segunda-feira, no Jornal da Globo. Os jornalistas Flavio Fachel e Jonas Campos mostraram as diferentes realidades para quem planta soja nos Estados Unidos e em Mato Grosso.

Se aqui o grão atinge uma produtividade espetacular, em média 11% superiores ao conseguido nas plantações norte-americanas, lá a lucratividade é que pesa a favor deles. A equação é simples: no Brasil, a perda de rentabilidade ocorre na deficiência da logística do transporte e na armazenagem.

Segundo explica a reportagem, a tonelada de soja tem preço fixado em pregão internacional, portanto ela vale US\$480 tanto em nosso País quanto na América do Norte. Porém, ao chegar ao seu destino final, o produtor mato-grossense apura o lucro de US\$328 por tonelada, enquanto o sojicultor ianque obtém renda de US\$458 pelo mesmo produto. Ou seja, nosso agricultor deixa US\$130 pelo caminho.

Mesmo estando no Meio Oeste, a soja americana anda no máximo 50 quilômetros de caminhão até chegar aos elevadores das barcas que a escoarão por via fluvial até os portos do Atlântico, na região sul do país.

Da Fazenda Joanildes, em Nova Ubiratan, em meu Estado do Mato Grosso, onde a reportagem foi produzida, até o terminal ferroviário de Alto Araguaia, na divisa com Goiás, nossos grãos viajam cerca de mil quilômetros.

Neste percurso extenuante e perigoso, ao longo da BR-163, o caminhão que foi recarregado no Município de Sorriso cruzou buracos, acidentes e uma fila interminável de carretas. Dezoito horas depois, chegou

a sua paragem. Embarcada na composição, a soja leva mais três dias e meio até chegar ao porto de Santos.

Mas, Sr. Presidente, as terras mato-grossenses oferecem sua produtividade ímpar ao agricultor, porém a logística, deficitária e atrasada, subtrai a sua lucratividade. Sem hidrovias, ferrovias e meios de armazenagem condizentes com nossa importância no cenário agrícola internacional, os espetaculares resultados de nossas safras vão perder o viço econômico.

Mesmo assim, relatam os repórteres da **TV Globo**, há um crescente interesse dos lavradores americanos na produtividade local, tanto que alguns deles visitam e até adquirem terras em Mato Grosso.

Nossa pujança está atraindo a cobiça internacional, mas nossos governantes ainda estão adormecidos em berço esplendido, negando-se a enxergar o valor econômico e social dos cerrados brasileiros, de onde brota ouro em grão, de onde sai o superávit da balança comercial do País e para onde uma nação produtiva caminha.

Mato Grosso precisa ser contemplado com investimentos maciços em sua infraestrutura econômica, principalmente nos corredores de exportação de sua exuberante produção agropastoril. Precisa que os trilhos da Ferronorte prossigam até Rondonópolis, depois Cuiabá, caminhando para o médio norte do Estado do Mato Grosso. A Ferrovia Centro-Leste precisa sair do papel.

Por outro lado, a pavimentação asfáltica da BR-163 deve ser concluída no trecho entre Mato Grosso e o porto de Santarém, no Estado do Pará. Assim, uma nova rota se abre para o escoamento de nossa colheita para os países asiáticos e a Europa.

Outra alternativa é a ligação rodoviária entre nossos campos produtivos e os portos do Pacífico, com o trajeto sendo feito através de Cáceres, que é um Município da região oeste do Estado, San Mathias, até o litoral chileno, em Arica, e o peruano, em Ilo.

Além disso, a experiência americana com as hidrovias deve ser introduzida no País. Temos, por exemplo, a hidrovia Teles Pires–Juruena–Tapajós, que irá reduzir os custos de transporte e a tensão sobre as rodovias, sempre congestionadas e esburacadas.

Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar meu entusiasmo com a correção das informações e a firmeza da linha editorial impressa nesta e em tantas outras reportagens do Jornal da Globo, requerendo à Mesa Diretora da Casa que sejam enviados votos de congratulações do Senado à direção de jornalismo da **TV Globo**, aos apresentadores e editores-executivos do telejornal noturno da emissora, Christiane Pelajo e William Waack, e aos repórteres Flavio Fachel e Jonas Campos.

Produzir um país justo e próspero começa justamente com a compreensão das nossas deficiências estruturais e o relato corajoso dos exemplos de superação e de crença no trabalho como ferramentas para construção de uma sociedade fraterna e progressista.

Se nosso solo é bom, nossa gente é especial. Então, nada nos falta para semear um futuro melhor.

E quero concluir, Sr. Presidente, dizendo da importância do Governo investir em infraestrutura. Mato Grosso tem dado uma contribuição enorme para o Governo Federal, sobretudo para a nossa balança comercial. Todavia, é muito precária a questão da logística e da infraestrutura, tendo em vista que, lamentavelmente, transportamos nossa produção por quase 1.600 ou 1.700 quilômetros até que se atinja os grandes portos: o porto de Paranaguá ou o porto de Santos.

Senador Adelmir Santana, que é um brilhante e operoso Senador da República, como os demais Senadores aqui presentes, espero que revejamos os conceitos das concessões dos serviços elétricos, ou seja, para a construção das usinas hidrelétricas no Brasil, tendo em vista que os grandes potenciais hidráulicos que podemos explorar de forma racional e auto-sustentável, as nossas hidrovias.

Agora mesmo estão sendo licitadas cinco concessões no rio Teles Pires, ou seja, Juruena-Teles Pires-Tapajós e, lamentavelmente, Senador César Borges, não está prevista nenhuma das eclusas. Após a conclusão da obra, a implantação de eclusas fica muito oneroso, Senador João Durval, como foi o caso de Tucuruí. Passaram-se 20 anos... Aquela obra que, se fosse construída no início, custaria, no máximo, R\$100 milhões, custou, para os cofres públicos, R\$2 bilhões. E atravancou e atrasou o desenvolvimento dessa região do Brasil.

Portanto, nós temos de, obrigatoriamente, aqui, fazer um projeto de lei exigindo que em qualquer implantação de usinas neste Brasil, desde que os leitos dos rios permitam explorar sua navegabilidade, o Governo Federal entre com as eclusas e, naturalmente, aquele que ganhar a concessão, faça as usinas hidrelétricas nos leitos dos rios de nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo que faço à futura Presidente da República, Dilma Rousseff, é no sentido de melhorar a logística, não só de Mato Grosso, mas do Brasil; sobretudo a de Mato Grosso, porque temos suficientes cargas para exportar e, mais ainda, precisamos de um transporte intermodal condizente com nossa realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Jayme Campos, sua solicitação de co-

municação à **TV Globo**, ao Sistema Globo, será feita na forma do Regimento. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Pela Liderança do PR, concedo a palavra ao Senador César Borges, representante da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Adelmir Santana, nobres Senadores, o País vive na expectativa de um novo governo a partir de 1º de janeiro de 2011, governo que foi eleito democraticamente pela maioria dos votos da população, dos eleitores brasileiros.

A eleição da Presidente Dilma Rousseff se deu numa disputa democrática em que os partidos organizados do nosso País posicionaram-se, inclusive numa eleição que foi ao segundo turno, e todos os candidatos se compunham em alianças, em coligações. A coligação vitoriosa foi a da Presidente eleita, Dilma Rousseff, e se deu num conjunto de partidos.

Então, Sr. Presidente, nada mais correto, mais justo – e nós vivermos numa democracia, num regime é presidencialista – que nós nos aproximemos um pouco do sistema parlamentarista, em que normalmente os Ministros são indicados pelos partidos. São os políticos que exercem os diversos Ministérios; é o Parlamento que forma o governo. Técnico é técnico, está ali para assessorar, para dar informações, mas a decisão, essencialmente, em qualquer governo, é uma decisão política. Então, não vejo absolutamente nada de mais – até porque eu faço parte da classe política, Senador Gilvam – que a escolha se dê prestigiando os partidos políticos que compuseram a aliança vitoriosa. E eu confio nos políticos, não poderia ser de outra forma.

Eu acho uma distorção e um desserviço à democracia quando se critica a escolha de políticos para compor um Ministério. O político, necessariamente, tem que ser um homem de ampla visão e conhecimento, que possa desempenhar qualquer função dentro do Executivo. Não é porque eu sou engenheiro que só posso desempenhar funções de engenharia; não é porque eu sou médico que só posso desempenhar funções ligadas ao setor médico. No momento em que eu sou político, preciso ter uma visão global, universal da máquina pública.

Então, eu quero aqui, *data venia*, discordar daqueles que vêm criticar um Ministério, que está em formação, onde se prestigia a classe política e os partidos políticos.

Daí porque, Sr. Presidente, venho a esta tribuna, hoje, para parabenizar a Presidente Dilma pela escolha

do Ministro dos Transportes, na figura do nosso colega, político, Senador, ex-Prefeito de Manaus, candidato a Governador do Amazonas, Alfredo Nascimento, que foi escolhido – e confirmado ontem – para assumir a Pasta dos Transportes.

E não apenas está ali o Ministro Alfredo Nascimento como Presidente que é, hoje, do PR, Senador da República, eleito pelo Estado do Amazonas, político competente que é, mas também está um ex-Ministro dos Transportes do Governo Lula, que mostrou competência à frente do Ministério, recuperando a grande malha rodoviária federal brasileira.

Eu cito o exemplo da Bahia. Eu fui para o PR exatamente pelas mãos de Alfredo Nascimento e tive oportunidade, junto com a bancada de Deputados Federais do PR do Estado da Bahia, e, graças à responsabilidade e generosidade do Governo Federal com o nosso Estado e do Ministro Alfredo Nascimento, de recebermos dotações de mais de R\$3,6 milhões para recuperar os 3,5 mil quilômetros de estradas no Estado da Bahia, de processos de êxito, como, por exemplo, a concessão das BRs 116 e 324, que está em curso – e as melhorias já estão sendo vistas –, tanto que, dentro em breve, teremos funcionamento a contento dessa rodovia importantíssima que é a BR-116 na Bahia.

E, amanhã, o Presidente Lula estará na Bahia dando ordem de serviço para o início de uma obra importantíssima para o meu Estado e para a o Brasil, uma obra estruturante, a chamada FIOL – Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que vai rasgar todo o Estado da Bahia, do Oceano Atlântico até o interior do País, ligando o Porto Sul, que será construído no Estado da Bahia, até a cidade de Figueirópolis, no entroncamento da Norte-Sul.

Então, Sr. Presidente – e V. Ex^a já assinalou que usei o meu tempo –, eu queria aqui, pela Liderança do PR, saudar a indicação, mais uma vez, do competente Senador...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. *Intervenção fora do microfone.*) – (...) e político amazonense, Alfredo Nascimento, para dirigir as ações do futuro Governo da Presidente Dilma com relação a essa área tão importante da infraestrutura do nosso País, em especial a infraestrutura ligada ao setor rodoviário e ao setor ferroviário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns, Ministro... Senador César Borges. Já o vejo no Poder Executivo, com um discurso tão brilhante e tão vibrante.

Pela ordem dos oradores inscritos, Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente Senador Adelmir Santana, quero aqui assumir um compromisso com o Senador Eduardo Azeredo. Quero assumir o compromisso com V. Ex^a de que falarei apenas por cinco minutos, pela atenção que tenho com V. Ex^a.

Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, requerer – e espero que todos os Senadores estejam de acordo – que possamos também agora, além do acordo com respeito à Marinha, considerar o PDS nº 627, de 2010, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café, de 2007, assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008, e o PDS nº 628, de 2010, que aprova o texto do Acordo do Mercosul Preferencial entre o Mercado Comum (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral (Sacu), integrada pela República da África do Sul e Botswana, Reino do Lesoto, República da Namíbia, Reino da Suazilândia, assinado pelos Estados partes do Mercosul em Salvador em 2008 e pelos Estados membros do Sacu também, este em abril de 2009. Ambos se encontram prontos para serem apreciados.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa também um requerimento assinado por pelo menos seis Senadores. Inclusive, a proposta original é que façamos uma sessão especial de homenagem, no dia 16 do corrente, quinta-feira próxima, ao centenário de Noel Rosa e, na mesma sessão, a homenagem ao nascimento do compositor e cantor Adoniran Barbosa, pois ambos são esteios da Música Popular Brasileira. Inclusive, fui informado ontem de que o próprio Coral do Senado aqui estará presente para conosco homenagear tanto Noel Rosa quanto Adoniran Barbosa.

Trata-se de uma iniciativa do Senador Inácio Arruda, mas, quando eu soube, avalei que seria importante também homenagearmos o autor de tantas músicas cantadas pelo povo brasileiro, a exemplo de Saudosa Maloca, Samba do Arnesto e tantas outras que poderemos aqui todos cantar juntos na próxima quinta-feira.

Acredito que já está em suas mãos, Presidente, o requerimento assinado pelos Senadores presentes.

Com respeito às observações dos diversos Senadores, como o Heráclito Fortes e o Alvaro Dias, que fizeram uma avaliação crítica da designação até agora dos Ministros e Ministras escolhidos pela Presidente Dilma Rousseff, eu quero, diferentemente deles, anunciar o meu contentamento e admiração que tenho pelas pessoas designadas. Todas até agora correspondem a valores de excepcional qualidade, e tenho convicção de que a Presidente Dilma Rousseff está fazendo

uma escolha com a maior tranquilidade, dignidade e com o apoio dos 56 milhões de brasileiros que deram seus votos a ela.

Inclusive, Sr. Presidente, quero aqui registrar, hoje, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informou – e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou essa notícia no seu diálogo hoje com as bancadas de Deputados Federais e Senadores, ali no Palácio do Planalto – que a economia brasileira, este ano, está tendo um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem de 7,5%. É uma notícia alvissareira. Significa que o Brasil, de fato, saiu muito bem da crise econômica, e com extraordinário vigor. Felizmente estamos sentindo isso por toda parte, inclusive, por exemplo, no Ceará, onde o Senador Tasso Jereissati ontem avaliou que as coisas não estavam tão bem. Mas são os números que dizem. É o crescimento da economia a taxa de 7,5%, é o coeficiente de Gini que está diminuindo para 0,53, para 0,52, quando estava em 0,59 no início da década.

São notícias muito alvissareiras. Aqui digo do entusiasmo do Presidente Lula com o Programa Luz para Todos, quando ele disse hoje, no lançamento do PAC: – Quando a Dilma me fez a proposta do Programa Luz para Todos, nós trabalhávamos com os números do IBGE de que havia dois milhões de residências no Brasil que não tinham energia elétrica. Nós nos propusemos a fazer dois milhões. Quando nós atingimos os dois milhões, em 2009, os nossos companheiros que tinham entrado em campo para fazer o Luz para Todos descobriram que o IBGE estava defasado, que os números do IBGE, que não eram mais dois milhões, eram dois milhões e novecentos e poucos mil. Fui a Recife, e nós assumimos o compromisso de fazermos mais 900 mil. Agora, eles foram em campo para fazer as 900 mil e descobriram mais 500 mil, o que significa que o que eram dois milhões estão virando praticamente 3,9 milhões. Mas nós já cumprimos a primeira fase. Agora, 2.655.352 casas, e já está defasado, porque hoje já devem ter feito algumas. Este número aqui já tem alguns dias. Pois bem, já atendemos 13.276.760 pessoas com o Luz para Todos. O objetivo eram 10 milhões e, portanto, foi ultrapassado.

Assim, Sr. Presidente, quero também agradecer a atenção e responsabilidade do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, com respeito às providências que está tomando junto ao Embaixador de Cuba com respeito à solicitação que foi feita para que a Sr^a Yoani Sánchez, blogueira do Generación Y, possa fazer uma visita ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Os requerimentos de V. Ex^a já estão sobre a

mesa, e a Presidência já tomou conhecimentos deles, que certamente serão apreciados.

O Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 682, DE 2010

Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2010 (nº 3.031/2010, na Câmara dos Deputados), que *autoriza a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL.*

Peço ao Senador Eduardo Azeredo que aceite ser Relator da matéria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, sugeri que fosse o Senador Pedro Simon – eu já havia pedido a ele. Se V. Ex^a puder designar o Senador Pedro Simon, pela ligação com o Líbano que o Senador tem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pois não. Senador Pedro Simon, como Relator da matéria.

PARECER Nº 1.650, DE 2010 – PLEN

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, aprova o texto do Projeto de Decreto Legislativo relativo à participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano.

Relatório.

A Câmara dos Deputados aprovou e remeteu para análise do Senado Federal o projeto de decreto legislativo ora em análise oriundo da Mensagem nº 671, de 2 de dezembro de 2010, relativa à participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano.

O parágrafo único do primeiro artigo pretende sujeitar à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da aludida autorização.

Na exposição de motivos, o Exm^o Sr. Ministro das Relações Exteriores e o Sr. Ministro da Defesa afirmam que eventual participação do Brasil na Unifil poderia reforçar nossas credenciais como ator capaz de contribuir positivamente para a promoção de paz e de segurança na região. Tal garantia, por si só, garante o mérito do presente projeto de decreto legislativo.

Conforme determina o Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifestar-se sobre acordo e tratados internacionais e o encaminhamento das tropas ao exterior.

Em face dessa atribuição, manifestamo-nos acerca do projeto de decreto legislativo oriundo da Mensagem nº 671. Sob o prisma da constitucionalidade formal, a matéria insere-se na competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o referido Projeto de Decreto Legislativo a proposição adequada, conforme se desprende do Dispositivo 49 da Carta Política.

Quanto à constitucionalidade material, verifica-se que a proporção guarda consonância com os preceitos esculpidos na Constituição, que consagram, respectivamente, dentre os princípios regentes, as relações internacionais na República Federativa do Brasil: a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

No que concerne à juridicidade, constata-se que o projeto atende ao disposto na Lei nº 2.953, que fixa normas para a remessa de tropas brasileiras para o exterior.

A técnica legislativa não merece reparo.

Pelas considerações acima aduzidas, manifesto meu voto pela aprovação do referido projeto de decreto legislativo.

Esta matéria chegou, com urgência, à Casa, aprovada, com urgência, na Câmara, e o Sr. Presidente solicita, por nosso intermédio, que, se fosse possível, seja aprovada agora.

Trata-se de uma matéria importante, significativa, com relação à participação do Brasil numa remessa um pouco simbólica, um pouco relativa, nas Forças de Paz que, no Líbano, vem atuando ao longo do tempo. Seria por parte da Marinha que essa prestação seria feita.

Eu sou totalmente favorável, e, com muita simpatia, vejo o Brasil estender a mão para tentar com as suas Forças, no que for possível, a pacificação naquela região, que todos nós desejamos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O parecer é favorável.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em face de a Câmara dos Deputados ter suspenso a sua sessão para realizar a sessão do Congresso e, de acordo com as Lideranças da Casa, nós também

vamos adotar a mesma medida. Vamos encerrar a Ordem do Dia, para que o Congresso possa se reunir e votar as matérias que lá estão pendentes, para termos o Orçamento da República votado ainda este ano.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2010

(*Proveniente da Medida Provisória nº 500, de 2010*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2010, que *autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único, a aquisição, alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital, a cessão de alocação prioritária de ações em ofertas públicas ou a cessão do direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital; autoriza a União a se abster de adquirir ações em aumentos de capital de empresas em que possua participação acionária; altera a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 500, de 2010).*

(Lido no Senado Federal no dia 07.12.2010) Relator revisor: Senador Valdir Raupp (Sobrestando a pauta a partir de: 15.10.2010) Prazo final prorrogado: 07.02.2011

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3**PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

Pareceres sob nºs 191, de 2007, e 360, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4-Plen): favorável.

4**PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

5**PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6**PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

7**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e de outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 1.477, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, que oferece a redação do vencido. (Relator no turno único: Senador Mão Santa)

8**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.476, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido. (Relator no turno único: "ad hoc" Senador Cícero Lucena, CI)

9**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.478, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido. (Relator no turno único: "ad hoc" Senador Flávio Arns, CAS)

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

-da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

-de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Pau-

lo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 -Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera

a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 -Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Esta-

do, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder

Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a deci-

são que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas

de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2008 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 84, DE 2008 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 184, DE 2008 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea "g" do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecurável do órgão competente para

rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos

que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições fi-

nanceiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

-de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 -COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Se-

nador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

56

REQUERIMENTO Nº 834, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 834, de 2010, do Senador Francisco Dornelles, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, a fim de que tenham tramitação autônoma.

57

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 51 minutos; a sessão é reaberta às 17 horas e 12 minutos, sob a presidência do Senador Acir Gurgacz.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, nos próximos dias concluirei o mandato de Senador da República, mandato este que me foi confiado em 2002, pelos mais de quatro milhões de mineiros e mineiras, a quem acredito ter honrado nesses oito anos de trabalho em defesa de Minas Gerais e do Brasil.

O povo de Minas Gerais, mais uma vez, confiando no meu trabalho, na minha biografia, me concedeu a honra de ser seu representante na Câmara dos Deputados.

Eu quero fazer aqui, em respeito aos meus eleitores, Sr. Presidente, um breve registro da atuação nesse período. Creio que uma das marcas mais importantes tenha sido a busca por uma sociedade mais justa, assim foi que, junto com outros companheiros, em especial o Senador Flávio Arns, inauguramos, no Senado, a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, ainda em 2004.

Por meio dessa subcomissão foi possível debater nesta Casa leis e ações que permitem a acessibilidade e a inclusão dos cidadãos com necessidades especiais. Nesse particular, sempre disse que temos no Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo, mas ainda precisamos de ações públicas e particulares, em parcerias efetivas com o terceiro setor, capazes de dar às pessoas com deficiência mais oportunidades de trabalho, lazer e convivência.

A saúde, caros colegas, continuará sendo, na Câmara dos Deputados, uma de minhas lutas mais incansáveis. Desde o início do meu mandato, sou membro da Frente Parlamentar da Saúde, trabalhando entre outras questões pela regulamentação da Emenda 29, que assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços do setor.

Tive a honra de ser relator, nesta Casa, do projeto que instituiu os consórcios de saúde, a exemplo do que fizemos em Minas Gerais, e o Deputado Rafael Guerra, autor da proposta, ocupava, naquela época, a Secretaria de Saúde do Governo que tive a honra de dirigir.

Essa é uma iniciativa criativa, que permite, em esquema de consórcio, que todos os Municípios e Estados prestem serviços de saúde mais eficientes. O sistema de consórcios já hoje alcança o número de 5.100 consórcios no País, consórcios intermunicipais, se expandiu muito para a área do meio ambiente, em especial, para o tratamento do lixo, o tratamento do esgoto, e na própria questão da saúde. É uma busca de multiplicação de recursos, de otimização de recursos.

No que diz respeito ao desenvolvimento social, Sr. Presidente, procuramos atuar ativamente nas comissões, debatendo e buscando soluções para as questões relativas à educação, à cultura, à segurança pública, ao meio ambiente, ao trabalho, ao emprego e à Previdência Social.

Vale lembrar aqui que esses intensos debates deram origem a teses importantes que pude apresentar, entre elas a PEC que aumenta de 25 para 30% os recursos constitucionalmente vinculados à educação e o projeto que institui a carteira de estudante padronizada e de abrangência nacional sem as notórias falsificações.

Sr. Presidente, nobres colegas, nesta tribuna também estive inúmeras vezes, defendendo mais recursos para a infraestrutura e o transporte, como forma de garantir o desenvolvimento econômico pleno de nosso país. O Governo Federal deve adotar soluções rápidas para modificar o estado da verdadeira insuficiência em que se encontram nossas rodovias; essas soluções incluem o uso efetivo dos recursos da Cide, a conclusão dos processos de concessão e a utilização das parcerias público-privadas. O objetivo é que a iniciativa privada possa preencher a lacuna deixada pelo poder público, investindo nas melhorias necessárias.

Tenho dito sempre que o atual governo não faz e nem deixa fazer nesse setor de infraestrutura, um cenário que precisa ser modificado com extrema urgência. Ouvimos com preocupação as declarações do Ministro Mantega de que o PAC terá atrasos. Se já vinha atrasado, agora terá mais atrasos ainda, ou seja, a situação da infraestrutura continuará como está. As estradas que precisam ser duplicadas continuarão sendo estradas perigosas e com acidentes diários.

Por minha iniciativa, Sr. Presidente, o Ministro das Cidades também aqui esteve por várias vezes para debater a questão do transporte público urbano, em especial o transporte sobre trilhos.

Sou, e continuarei sendo, um defensor dos metrô e trens metropolitanos. Não há solução mais inteligente para as grandes cidades, algumas, lembro, futuras sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Belo Horizonte é um exemplo triste da inércia do governo

no que diz respeito aos metrô. Desde que o PT assumiu a Administração Pública Federal, nenhum metro de trilho foi construído na Capital de Minas Gerais no seu sistema de metrô.

E, pior, a estrutura existente para que novas estações fossem instaladas, se deteriorou ao longo dos anos, causando prejuízo ao erário e, sobretudo, aos cidadãos.

Essa, tenho certeza, deverá ser uma frente de trabalho para todos nós para que a situação das pessoas que gastam uma, duas horas no transporte urbano das grandes cidades seja alterada. O metrô é, sem dúvida alguma, quase que a única solução.

Temos insistido em soluções com os ônibus, que, às vezes, são paliativos, melhoram temporariamente, mas não conseguem resolver a questão do transporte urbano.

Audiências públicas para debater a exploração de gás natural especialmente no noroeste de Minas e na bacia do São Francisco foram também aqui realizadas com o objetivo de acelerar a prospecção nessa região, trazendo o desenvolvimento para os Municípios produtores e, com certeza, dando ao País a auto-suficiência na produção de gás.

O subsolo mineiro é capaz de livrar o Brasil da dependência do gás boliviano e, como consequência, das intempéries de um Governo que inclusive já agrediu empresas brasileiras, como é o caso da Petrobras.

Também não poderia deixar de destacar a atuação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que presido desde o início de 2009. Essa atuação foi marcada por debates em torno de situação de suma importância para o Brasil, como é caso da adesão da Venezuela ao Mercosul.

Foram cinco audiências públicas com especialistas, diplomatas e atores políticos favoráveis e contrários a essa adesão. Na próxima terça-feira, às 14h30min, com a presença do Presidente Sarney e do Ministro Celso Amorim, haverá o lançamento do livro que registra essa sequência de audiências públicas.

Pessoalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumi posição contrária à adesão da Venezuela ao Mercosul por verificar que sob Hugo Chávez, temos uma permanente ameaça à harmonia no mercado comum.

Todos conhecem, embora nem todos admitam, o viés ditatorial do Presidente venezuelano, que assume uma postura não condizente com as cláusulas democráticas do Mercosul.

Aliás, na condição de Presidente da CRE e como cidadão, sempre adotei posição crítica à aproximação do Brasil com Estados que não primam pela democracia, como é o caso do Irã e da própria Venezuela.

Creio que esta tenha sido a grande falha da política externa brasileira nos últimos anos, somada a uma espécie de duplo comando. Esses são pontos que não gostaria de ver repetidos pela Presidente eleita.

Ainda como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, tive oportunidade de liderar missões internacionais importantes, seja por seu cunho econômico, como foram as viagens à China, seja por seu valor essencialmente social, como foi a visita ao Haiti, onde foi possível conhecer o bellissimo trabalho da Missão de Paz da ONU, liderado por soldados do Exército Brasileiro, cuja presença no país caribenho é essencial na garantia da segurança dos haitianos e cujo trabalho tem sido, inclusive, utilizado no combate à violência no Rio de Janeiro. Lá se utiliza o trabalho de soldados brasileiros que foram treinados para desempenhar missão de paz no Haiti.

Em oito anos de trabalho parlamentar, pude apresentar e relatar proposições importantes, que, depois de aprovadas, farão ou fizeram, sem dúvida alguma, diferença na vida das pessoas e na condução do País.

Eu gostaria de destacar algumas delas, que foram sancionadas e são hoje leis:

– a chamada Lei do Air Bag tornou esse equipamento item de série obrigatório para os novos modelos de carros produzidos no Brasil. O projeto, de minha autoria, deu origem à Lei nº 11.910, de 2009, que é a favor da vida e, por sua relevância social, recebeu o Prêmio Mérito Legislador de 2008;

– a já mencionada Lei dos Consórcios de Saúde, da qual fui relator e recebeu o nº 11.107, de 2005;

– a lei que permite a utilização do Fundo de Garantia para compra de lotes urbanos, beneficiando as famílias de menor renda;

– a chamada Minirreforma Eleitoral, de que tive a honra de ser co-relator, ao lado do grande colega Marco Maciel. Admito que não foi a reforma eleitoral desejada, mas as regras que aprovamos aqui, no Congresso, tiveram grande impacto no processo eleitoral deste ano, como foi percebido, por exemplo, por meio do amplo uso da *internet* por candidatos, eleitores e a própria mídia;

– a lei que instituiu o registro digital do voto, permitindo que as auditorias, por parte de partidos, coligações e candidatos, possam ser feitas digitalmente, evitando fraudes;

– a Lei nº 12.082, de 2009, que deu o nome de Rodovia Guimarães Rosa ao trecho da BR-135, entre as cidades de Curvelo e Januária, em Minas Gerais. Trata-se da região tão

bem retratada pelo escritor mineiro em *Grande Sertão: Veredas*. A proposta foi uma homenagem ao centenário de Guimarães Rosa, que marca a cultura do nosso Estado e do País.

Cito ainda, Sr. Senadores, propostas que ainda não foram aprovadas, mas que pretendo retomar assim que assumir o meu mandato de Deputado Federal:

– o projeto que permite o uso de Fundo de Garantia para o pagamento de parcelas de anuidade escolar do ensino superior do trabalhador e seus dependentes até 21 anos. Aprovada aqui, no Senado, em 2004, essa proposta vai beneficiar milhares de pessoas. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, ela está paralisada na Câmara, aguardando, desde então, o parecer da Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul, que vai, agora, pela informação, participar do Governo Federal. Espero que, no Governo Federal, ela não demore seis anos para tomar decisões, como fez em relação a esse projeto do Fundo de Garantia para as faculdades;

– o projeto que aumenta para seis meses a licença-maternidade para mães de prematuros, múltiplos e crianças com má formação ou doença grave. É, também, uma proposta que foi aprovada por nós e aguarda essa aprovação dos Srs. Deputados;

– a proposta de combate aos crimes digitais, que tantas vezes me trouxe a esta tribuna. Trata-se de um texto que construímos democraticamente e que modifica e amplia leis brasileiras, no sentido de modernizá-las e de tipificar treze novos delitos cometidos com o uso das tecnologias da informação.

Esse debate é de suma importância. Os delitos cibernéticos crescem exponencialmente no Brasil e no mundo, e a questão precisa ser tratada com seriedade sem histrionismos, sem redução do debate ao nível do baixar músicas ou de falsa ideia de censura. Já basta. Vamos retomar esse assunto da forma séria como ele merece.

Estamos vendo aí, agora, do ponto de vista internacional, os *hackers* invadindo os *sites* da Mastercard e da Visa. No Brasil, hoje, já existe uma utilização em massa de cartões de crédito. Estamos todos vulneráveis aos *hackers*, que não podem ser punidos porque o Brasil não tem tipificação de crimes cibernéticos.

Nós já fizemos a nossa obrigação aqui no Senado, já aprovamos o projeto, mas ele também permanece pendente de uma decisão da Câmara, com interpretações errôneas e que são, como eu gosto de

dizer, de um nível que não compete, que não pode ser aceito, pois se diz que vai se criminalizar a questão de baixar música, quando não existe nada em relação a isso no projeto. E esse assunto já é tratado na Lei de Direitos Autorais.

Já caminho para terminar e gostaria, depois, de ouvir o Senador Mozarildo.

São também propostas minhas a PEC da Educação, que aumenta de 25% para 30% os recursos vinculados para o setor e o projeto que permite a dedução, no Imposto de Renda, dos gastos com medicamentos de uso contínuo, que se encontra tramitando aqui no Senado.

Nesse período de oito anos, tive também a honra de presidir a Executiva Nacional do meu Partido, o PSDB. O Partido, que, por escolha democrática, passou à personagem de oposição, o fez e continuará fazendo de forma responsável, pensando sempre no que é melhor para o Brasil e para os brasileiros.

O PSDB não adotou posturas raivosas, das quais, por vezes, foi vítima. Não militou na expectativa do “quanto pior, melhor”. Pelo contrário, o PSDB sempre ofereceu ao País um trabalho sério, em benefício do desenvolvimento sustentado, real, um caminho de diálogo aberto com os mais diversos atores.

Colegas, para aqueles que aqui continuarão e para os que, como eu, serão Deputados, espero continuar sendo um parceiro atuante e aberto ao diálogo. Assim também pretendo ser para aqueles que ocuparão cargos no Executivo, pois acredito que devemos trabalhar juntos por um país melhor.

Foi assim que, já em Minas Gerais, tivemos sempre em consonância com os Governadores Aécio Neves, para quem tenho a honra de deixar a minha cadeira neste Senado, e Antônio Anastasia, que assume novo mandato em janeiro.

Há muito ainda a ser feito. O País demanda as reformas tributária, da previdência e política, esta talvez a mais importante delas, porque dela se originam as demais. Também demanda urgência o sistema de infraestrutura do País, obras estruturantes, que não podem ficar à mercê de interesses menores.

Por fim, quero ainda, neste registro que faço de alguns dos pontos que pude trabalhar neste período, agradecer a confiança que o povo de Minas Gerais sempre depositou em mim.

Aqui não se trata de uma despedida, porque ainda estarei aqui na semana que vem, presidindo reuniões da Comissão de Relações Exteriores e também estarei nesta própria tribuna, mas quero fazer este registro de que estarei na Câmara, se Deus quiser, ocupando a cadeira que foi de meu pai, Renato Azeredo, por seis mandatos consecutivos. E tendo meu pai como exemplo

maior, estou certo de que continuarei honrando meu Estado e seus cidadãos com muito trabalho e com ética no trato da coisa pública.

Sr. Presidente, era isto que eu queria trazer: um registro, um resumo desse período como Senador.

A Sra. Marisa Serrano (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite, Senador?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ouço, com muita honra, o Senador Mozarildo e, em seguida, a Senadora Marisa Serrano.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Eduardo, quero dizer a V. Ex^a que, se Minas perde com sua saída do Senado, ganha com a sua presença na Câmara dos Deputados. V. Ex^a, por onde passa, só abrilhanta a sua atividade política e, portanto, honra o Estado que representa. Quero dar um testemunho, como membro da Comissão de Relações Exteriores, do trabalho de V. Ex^a, um trabalho seguro, sério, com independência, sem nenhum tipo de paixão. Testemunho, inclusive, a questão do debate com relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Embora tenha claramente adotado uma posição, como eu, contrária ao ingresso da Venezuela nos termos que estavam lá colocados, sem nenhum tipo de observância aos tratados já estabelecidos, V. Ex^a soube conduzir com bastante tranquilidade os debates. Também quero dizer que justamente na sua Presidência tivemos oportunidade de criar uma subcomissão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, inicialmente uma Subcomissão da Amazônia, depois ampliada para Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Entendo que é uma área muito importante da Comissão que V. Ex^a preside, porque pensar em defesa nacional e mesmo em relações exteriores sem prestar atenção na extensa fronteira territorial que temos, de 17.500 quilômetros, uma fronteira com dez países, que nem sempre têm uma relação tão tranquila com o Brasil... Com certeza, a obra que V. Ex^a fez na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já daria para justificar plenamente o seu mandato. Como V. Ex^a elencou, ele não se limitou apenas a essa parte, mas só ela já o justificaria. Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que fico muito feliz em termos sido colegas esse tempo. Tenho certeza de que dentro em pouco V. Ex^a voltará para cá ou, quem sabe, para dirigir Minas Gerais. Parabéns!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Agradeço a V. Ex^a a presença, sempre dedicada, lá na Comissão de Relações Exteriores. Realmente, a questão das relações externas cresce de importância cada vez mais no Brasil e deve ser cada vez mais discutida aqui por nós no Senado Federal.

Senadora Marisa Serrano.

A Sra. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Senador. Eu gostaria também de seguir as palavras do Senador Mozarildo e dizer que, nestes quatro anos em que estivemos juntos nesta Casa, eu aprendi a conhecê-lo melhor e, principalmente, a ver a sua determinação e a sua dedicação a esta Casa, seja na Comissão de Relações Exteriores, onde V. Ex^a fez um belíssimo trabalho e está fazendo como Presidente, discutindo as questões maiores da política externa brasileira, às vezes nem sempre no rumo que gostaríamos que tomasse... V. Ex^a sempre foi uma voz firme em defesa da soberania nacional. Isso é fundamental para nós, para todos aqueles que amamos este País. Quero dizer ainda que, como companheiros no Mercosul, tivemos a oportunidade de trabalhar pela integração latino-americana, que nos é tão cara, principalmente quando se trata de fazer com que países irmãos troquem experiências e compactuem naquilo que é possível pactuar para crescermos juntos, com diretrizes melhores no Cone Sul. Quero dizer a V. Ex^a que esta Casa não terá o mesmo brilho sem a presença de V. Ex^a aqui conosco. Nós vamos sentir muito a sua falta. E eu espero que o tapete verde, o tapete azul não sejam empecilhos para nós continuarmos sempre juntos trabalhando por aquilo em que nós acreditamos para um País melhor.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Marisa. O Senador Sérgio Guerra e eu estaremos sempre presentes aqui também, tomando um cafezinho, voltando lá da Câmara para cá.

Sr. Senador Cristovam Buarque, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Meu caro Eduardo Azeredo, deixe-me chamá-lo assim.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É claro, é um amigo de longa data.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu quero dizer que, nestes últimos dias, a gente tem tido sessões deste tipo aqui. E o que está me deixando preocupado é que eu estou vendo que são os melhores que estão saindo. Não quero dizer que haja algum que eu preferisse que saísse, de jeito nenhum. Mas, no seu caso, especialmente, toca-me a sua mudança de Casa, daqui para a Câmara, pela nossa convivência desde o tempo em que fomos Governadores simultaneamente, apesar de partidos diferentes, mais do que diferentes, que se opunham nacionalmente. Fizemos campanhas juntos no entorno de Brasília, campanha pela sua reeleição em Minas Gerais, e a minha aqui. E, nestes oito anos, tivemos uma convivência que, eu diria, vai além do coleguismo e que, eu posso dizer, foi uma relação fraterna. Por isso, eu lamento muito, pes-

soalmente, não o ter aqui conosco, embora creia que o seu trabalho na Câmara Federal vai ser igualmente produtivo para o Brasil. Lamento também que, mesmo estando na Câmara, deixe de dar a contribuição que este Senado precisa tanto e que vai precisar tanto, eu acho, no próximo ano, porque o senhor representou aqui um trabalho que eu resumiria, pelo menos, numa palavra, que é “qualidade”: qualidade nos discursos, nas reflexões; qualidade nas posições. Obviamente posso dar a palavra “coerência”, que foi uma característica sua todo este tempo. Posso dar a palavra “coragem” nos momentos certos. Posso usar a palavra “respeito”. Mesmo quando se tratava do Governo, o senhor sendo Oposição, nunca deixou de tratar com respeito, mesmo quando fazia as críticas que considerasse corretas. Então, por todas essas qualidades, nós vamos sentir sua falta. Mas o Brasil não vai sentir, porque o senhor vai estar na Câmara, que é o espaço igualmente positivo para desenvolver o trabalho legislativo em prol do Brasil, e o senhor continuará a fazê-lo. E concluo, dizendo: parabéns a gente costuma dar quando a pessoa ganha a eleição; eu creio que parabéns a gente deve dar quando a pessoa termina o mandato. E o senhor, além de merecer parabéns por ter ganho a eleição para a Câmara dos Deputados, merece aqui especialmente os parabéns pela conclusão de um mandato que certamente orgulhou Minas Gerais. Parabéns para o senhor! Parabéns para Minas Gerais!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Cristovam. Seu testemunho é importante. Estivemos juntos na época de Governadores. Aqui estamos juntos na Comissão de Relações Exteriores, assim como estou junto com a Senadora Marisa no Mercosul. Ainda temos uma última reunião no Mercosul. Então, vou ter que viajar mais uma vez, Senador Sérgio Guerra. Vou ter que viajar mais uma vez ainda.

Senador Cristovam, agradeço-lhe as suas palavras. Realmente, nós temos que conseguir aprovar aquela questão ligada à representação de brasileiros no exterior, que é um ponto também da maior importância. Refiro-me àquela PEC que teve uma primeira votação e que trata da representação.

Senadora Lúcia Vânia.

Ouçõ, depois, o Senador nosso Presidente, Sérgio Guerra.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Azeredo, lamentando a sua saída aqui do Senado, acho que o nosso Partido, o PSDB, acaba perdendo um grande nome nesta Casa. V. Ex^a foi sempre brilhante em tudo o que se propôs a fazer aqui. Eu tenho uma admiração muito grande pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu aqui em relação à pessoa portadora de deficiência, com

tenacidade e com persistência, conseguindo grandes avanços nessa área. V. Ex^a também, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, pôde conduzir aquela Comissão com muita sobriedade, com muita responsabilidade, honrando o seu Estado, Minas Gerais, e honrando especialmente o nosso País e o nosso Partido, o PSDB. Portanto, eu quero dizer a V. Ex^a que estes momentos, os momentos que desfrutamos juntos aqui, durante estes anos, serão marcados nas nossas vidas como momentos de alegria e de satisfação, de conhecer uma pessoa sensível, uma pessoa humana, que, acima de tudo, guarda consigo uma lealdade muito grande. Portanto, eu desejo a V. Ex^a que tenha muito sucesso na Câmara dos Deputados e que leve para lá essa sua sabedoria, essa sua tenacidade, que vai, sem dúvida nenhuma, engrandecer o Congresso Nacional. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Essa convivência com a senhora foi realmente muito boa aqui nessas questões da Comissão de Assuntos Sociais, no dia a dia do nosso Partido. Eu lhe desejo muito sucesso aqui, no novo mandato que se inicia agora.

Como eu disse antes, eu vou entregar a minha cadeira para Aécio Neves. Então, eu acho que, como Senador, vou ficar bem substituído.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Eduardo, eu estava brincando aqui com a Senadora Marisa Serrano, dizendo que não apenas o Senado vai perder um grande Senador e um grande companheiro, nem o PSDB também do Senado, mas o mundo. Nos próximos meses, o senhor não será encontrado por aí. Vai ter que ficar um pouco mais entre nós. Mas o fato real é o seguinte: eu conheci o Senador Azeredo antes. Foi, eu diria, entre todos os nossos companheiros, insuperável na sua cordialidade. Extremamente cordial. É impossível alguém ser mais conciliador do que o Senador Azeredo. Impossível ser mais companheiro do que ele. Em todas as ações que desenvolveu, não ficou na superfície, sempre foi ao conteúdo e se aprofundou. Fez um excelente mandato, com a marca da discrição, da moderação, que é a sua marca, que este Senado reconhece, elogia com grande entusiasmo. Foi sempre um fator de unidade, um fator de convergência, um fator de agregação do Senado, de afirmação do Senado no seu jeito cordial de ser, mas nunca foi capaz de produzir concessões, não concessões comprometedoras; sempre alianças, entendimentos, negociações no sentido mais positivo e mais parlamentar e republicano da palavra. Um grande Senador, como foi um grande Governador e um grande amigo. Num dado momento, V. Ex^a precisou da solidariedade deste

Senado. Teve de todos. Ninguém teve aqui a coragem de deixar de reconhecer o seu valor, a sua integridade, a sua honestidade, o seu espírito público.

E começa o mandato como terminou: com o apoio de todos e com o orgulho do dever cumprido. É um excelente pai de família, um excelente companheiro. Eu diria que o Senador Eduardo Azeredo, seguramente, foi das melhores amizades que consolidei no Senado e que espero perpetuar pela vida inteira. V. Ex^a orgulha o PSDB e vai continuar orgulhando, porque estamos agora em um outro caminho; como disse aqui a Marisa, em um outro tapete. Mas não serão os tapetes que nos vão dividir. Pelo contrário; vamos trabalhar juntos com os Senadores, com o PSDB, com o Congresso, para ele ficar maior e melhor. E um Congresso maior e melhor passa sempre pela sua participação política. Então, um grande abraço como amigo, como companheiro que vai estar, daqui a alguns dias, seguramente, sentado ao seu lado lá numa cadeira de Deputado Federal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, nosso Presidente do PSDB, um Presidente habilidoso, um Presidente que se impôs ao nosso Partido, ao País como um todo.

Uma das questões que me dá realmente mais entusiasmo de ir para a Câmara é ter a sua companhia lá, sem nenhum exagero. Acho que estaremos juntos lá na Câmara, com os colegas meus de Minas Gerais. São Deputados com os quais trabalhei na época de Governador, e alguns outros são novatos. Mas o fato é que essa é uma outra trincheira da luta política e partidária, a Câmara dos Deputados, que eu nunca ocupei. De maneira que lhe agradeço as suas palavras, o seu incentivo, a sua amizade permanente aqui no Senado Federal.

Senador João Tenório, muito obrigado pelo seu aparte também, já de antemão.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Eduardo, ninguém pode ser mais mineiro do que V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu me orgulho muito disso. É ótimo!

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – E o importante é que V. Ex^a usa sua mineirice na intenção do bem, de juntar, de conciliar, de convencer, de “seduzir” no bom sentido. Isso foi muito importante em nosso Partido, como diz nosso Presidente. V. Ex^a sempre teve uma posição de conciliação e de cuidado nas relações, colocando o algodãozinho entre os copos de cristal para evitar que coisas viessem a deteriorar as relações no Partido. V. Ex^a teve um trabalho magnífico. Mas algo sobretudo se destaca: V. Ex^a foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores em um momento crítico. Foi um momento crítico, porque tivemos um reboliço,

digamos assim, nas relações brasileiras com alguns países, sobretudo nas nossas vizinhanças, quando realmente se estressaram muito essas relações. V. Ex^a administrou algumas sessões em que, de fato, o estresse estava muito presente e o fez com o brilhantismo e a mineirice que caracterizam sua personalidade e marcam, de maneira absolutamente visível, seu DNA. Tive o imenso prazer e a imensa satisfação de me tornar seu amigo e seu profundo admirador. Estamos aqui todos acompanhando a palavra do Presidente, dizendo como foi bom tê-lo conosco aqui neste período e desejando sucesso a V. Ex^a, o que – tenho certeza – acontecerá nos próximos passos que dará na vida política e como ser humano maravilhoso que realmente é. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado Senador, João Tenório, ainda recentemente, pudemos ter uma convivência mais próxima na missão que fizemos à China, e nessa missão pudemos conversar muito sobre os rumos do Brasil. E aqui elenquei alguns dos projetos que pude apresentar, que pude relatar ou que pude defender. Acredito que nós temos muito ainda por avançar no Brasil. É inegável que o País avança, desde o início do Plano Real, em especial, mas tem muito por fazer, e nisso é importante a atuação de todos nós. V. Ex^a também continue participando da vida política e partidária para que nós tenhamos horizontes cada vez melhores.

Muito obrigado pela sua amizade permanente aqui no Senado Federal.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Azeredo, sou o único Parlamentar do PT no plenário, mas sei que falo pela Bancada. O respeito por V. Ex^a é muito grande. V. Ex^a é daqueles Parlamentares que faz o seu papel no campo da oposição com uma diplomacia impecável. V. Ex^a faz a crítica firme, clara, dura e respeitosa. E isso é bom. Não entendo uma democracia sem uma oposição forte, firme e que tenha o trato que V. Ex^a tem com a atividade política. V. Ex^a relatou diversos projetos de minha autoria, em ampla maioria deu parecer favorável, mas, mesmo quando não podia, por suas convicções, dar o parecer favorável, nos chamava e explicava: Paim, darei o parecer a esse projeto devido a isso e àquilo. E eu normalmente concordei com V. Ex^a. V. Ex^a tinha razão; o outro projeto era mais amplo e significava mais para os trabalhadores. Enfim, eu só quero agradecer. Sei que V. Ex^a, ao longo desses oito anos, passou aqui por momentos difíceis, como todos nós passamos – em circunstâncias diferentes, mas passamos –, e eu tive a alegria de ficar sempre ao seu lado, e não me arrependo. V. Ex^a o sabe, porque conversamos muito. Também que-

ro, a exemplo dos outros Senadores, dizer que tenho orgulho de dizer que me considero seu amigo. V. Ex^a é meu amigo. Um abraço a V. Ex^a e a toda a sua família. Sei que fará um excelente mandato também como Deputado Federal, com a mesma convicção e com a mesma firmeza com que atuou aqui como Senador da República. Meus eternos respeitos. Um abraço.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Paim. Eu é que agradeço por tê-lo como amigo aqui realmente e por falar aqui em nome do PT.

Procurei sempre ter, realmente, essa relação de respeito com o seu Partido, com o próprio Presidente da República. Não acredito que posições extremadas possam levar ao sucesso. A vivência que tive como Governador, como Prefeito, me fez aprender muito; e aprendi exatamente que este é o caminho: nós podemos e devemos divergir, quando necessário, mas mantendo sempre os caminhos do diálogo abertos. E V. Ex^a sempre teve realmente uma participação fundamental nessas questões sociais, em especial junto à defesa das pessoas com deficiência, como sempre tivemos juntos aqui. Quero dizer que pretendo e quero continuar lutando da mesma maneira.

E faço questão de continuar com a sua amizade. V. Ex^a lembrou aqui momentos difíceis da minha vida, em que V. Ex^a realmente esteve a meu lado. Muito obrigado.

Quero aqui agradecer mais uma vez, então, a oportunidade, Sr. Presidente, de poder aqui fazer um registro. Repito que não se trata de uma despedida; trata-se de um registro das atividades como Senador, já que ainda estarei por aqui e, no ano que vem, estarei na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Senador Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Ouvimos o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, sempre muito coerente. Tenho certeza de que sua passagem por aqui ficará na história, assim como sua passagem no Governo de Minas, e assim o será na Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos, Senador Azeredo.

Temos algumas votações ainda para fazermos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Votação do **Requerimento nº 964, de 2010**, do Senador Eduardo Azeredo, lido no Período do Expediente da presente sessão, solicitando licença dos trabalhos da Casa a fim de participar da XXVII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevídeu, Uruguai.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)
– Votação do **Requerimento nº 965, de 2010**, que passo a ler.

A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez que os Requerimentos nºs 23 e 944, de 2010, tratam de homenagem a ser realizada no Período do Expediente, recebe o Requerimento nº 965, de 2010, que adita os anteriores, também como homenagem a ser realizada no Período do Expediente.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2010

Requeremos, em aditamento aos requerimentos nºs 23 e 994, de 2010, nos termos dos artigos 160 e 199, § 1º, do Regimento Interno, que as homenagens da Sessão Especial do dia 16 do corrente, sejam estendidas também ao centenário de nascimento do compositor e cantor Adoniran Barbosa.

Justificação

Adoniran Barbosa, um dos apelidos de João Rubinato, nasceu em 6 de agosto de 1910, em Valinhos, SP. Noel Rosa nasceu no mesmo ano só que em dezembro, e no Rio de Janeiro. Em comum, além do ano de nascimento, os dois tinham o samba e a música nas veias. Sendo assim, nada mais justo que aproveitemos a oportunidade para homenagear também este grande músico paulista.

Colecionador de apelidos, João Rubinato, ou melhor, Adoniran Barbosa, transformava cada situação por ele vivida em um novo personagem, uma nova história, uma nova música.

Por meio de suas músicas ele contou as passagens da sua vida, um típico paulistano, filho de imigrantes italianos, e a sobrevivência do paulistano comum numa metrópole que corre, range e solta fumaça por suas ventas. Ele juntava o paradoxo do bom humor/realidade para mostrar as passagens dessa vida sofrida, miserável. E justificativa – *para quê lamurias?*

Tirou de seu dia a dia a idéia e os personagens de suas músicas. Iracema nasceu de uma notícia de jornal – quando uma mulher havia sido atropelada na Avenida São João.

...Iracema, eu sempre dizia

Cuidado ao atravessar essas rua...

Eu falava, mas você não me escuitava não

Iracema você travessô contramão.

E hoje ela vive lá no céu,

E ela vive bem juntinho de Nosso Sinhô...

De lembrança guardo somente suas meias e seus sapatos...

Iracema, eu perdi o seu retrato...

Adoniran nasceu e morreu pobre – Todo o dinheiro que ganhou gastou ajudando ou comemorando sucessos com os amigos – seu combustível era a realidade – por que então querer viver fora dela?

Foi um grande colecionador de amigos, com seu jeito simples de fala rouca, contador nato de histórias, conquistava o pessoal do bairro, dos frequentadores dos botecos onde se sentava para compor o que os cariocas reverenciaram como o único verdadeiro samba de São Paulo. Mais do que sambista, Adoniran foi o cantor da integridade.

Aproveitando-se da linguagem popular paulistana – de resto do próprio país – as músicas dele são o retrato exato desta linguagem e, como a linguagem determina o próprio discurso, os tipos humanos que surgem deste discurso representam um dos painéis mais importantes da cidadania brasileira. Os despejados das favelas, os engraxates, a mulher submissa que se revolta e abandona a casa, o homem solitário, social e existencialmente solitário, estão intactos nas criações de Adoniran, no humor com que descreve as cenas do cotidiano. A tragédia da exclusão social dos sambistas se revela como a tragicômica cena de um país que subtrai de seus cidadãos a dignidade.

O sucesso de *Saudosa Maloca*, o primeiro do compositor, já trouxe inscritas suas marcas:

Se o sinhô não tá lembrado

Dá licença de contá

Que aqui onde agora está

Esse edirfiço arto

Era uma casa véia

Um palacete assobrado.

Foi aqui seu moço,

Que eu Mato Grosso e o Joça

Construímos nossa maloca,

Mas um dia nós nem pode se alembra

Veio os home co'as ferramenta

O dono mandou derrubá.

Peguemos todas nossas coisas

E fumos pro meio da rua

Preciá a demolição

Que tristeza que nós sentia

Cada táuba que caía

Duíá no coração...

Mato Grosso quis gritá,

Mas em cima eu falei;

“os home ta co'a razão nós arranja outro lugá.”

Só se conformemos quando Joça falô:

“Deus dá o frio conforme o cubertô.”

E hoje nós pega paia nas grammas do jardim

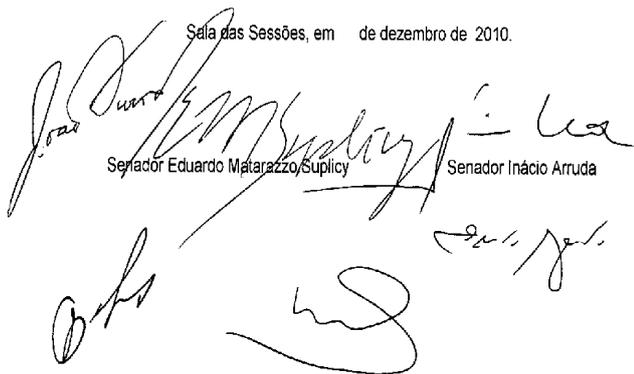
E pra esquecê nós cantemos anssim:

Saudosa maloca, maloca querida
 Onde nós passemos
 Os dias felizes de nossas vidas.

Outra música, até hoje cantada por todos nós, é
 O Samba do Amesto:

O Amesto nos convidou pra um samba,
 ele mora no Brás
 Nós fumos não encontremos ninguém
 Nós voltermos com uma baita de uma
 reiva
 Da outra vez nós num vai mais
 Nós não semos tatu!
 No outro dia encontremo com o Amesto
 Que pediu desculpas mais nós não acei-
 tamos
 Isso não se faz. Amesto, nós não se im-
 porta
 Mas você devia ter pnhado um recado
 na porta
 Um recado assim oi: "Oi, turma, num deu
 pra esperá
 Aduvido que isso, num faz mar, num tem
 importância,
 Assinado em cruz porque não sei es-
 crever"

Sala das Sessões, em de dezembro de 2010.



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy Senador Inácio Arruda

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)
 – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quei-
 ram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, do PT do
 Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o
 seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador
 Acir, que preside a sessão, Senadores e Senadoras,
 amanhã, dez de dezembro, nós festejamos o Dia In-
 ternacional dos Direitos Humanos, data que foi criada
 pela ONU em 1948.

Sr. Presidente, com trinta e três artigos, a De-
 claração Universal dos Direitos Humanos traz, com
 certeza, uma forte mensagem em seu preâmbulo, que
 simboliza os interesses e a vida digna de todos os ho-
 mens e mulheres do universo.

Faço questão de citá-lo aqui:

Considerando que o reconhecimento da
 dignidade inerente a todos os membros da
 família humana e de seus direitos iguais e
 inalienáveis é o fundamento da liberdade, da
 justiça e da paz do mundo;

Considerando que o desprezo e o des-
 respeito pelos direitos humanos resultaram em
 atos bárbaros que ultrajaram a consciência da
 Humanidade e que o advento de um mundo
 em que os homens gozem de liberdade [liber-
 dade total] de palavra, [de ir e vir] de crença e
 da liberdade de viverem a salvo do temor e da
 necessidade foi proclamado com a mais alta
 inspiração do homem comum;

Considerando essencial que os direitos
 humanos sejam protegidos pelo Estado de
 direito para que o homem não seja compeli-
 do, como último recurso, à rebelião contra a
 tirania e a opressão;

Considerando essencial promover o de-
 desenvolvimento de relações amistosas entre
 as nações;

Considerando que os povos das Nações
 Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos di-
 reitos humanos fundamentais, na dignidade
 e no valor da pessoa humana e na igualdade
 de direitos dos homens e das mulheres, e que
 decidiram promover o progresso social e me-
 lhores condições de vida em [nome de] uma
 liberdade mais ampla [cada vez mais ampla];

Considerando que os Estados-Membros
 se comprometeram a desenvolver, em coo-
 peração com as Nações Unidas, o respeito
 universal aos direitos humanos e liberdades
 fundamentais e a observância desses direitos
 [que sintetiza na palavra liberdade];

Considerando que uma compreensão
 comum desses direitos e liberdades é da mais
 alta importância para o pleno cumprimento
 desse compromisso[...].

Sr. Presidente, tenho certeza de que os direitos
 humanos estão relacionados diretamente com o com-
 bate às injustiças, com o combate às discriminações,
 passando pela discussão dos direitos civis, políticos,
 sociais, econômicos e culturais.

Por isso, nesta data, a esperança se renova e faço questão de prestar homenagem aos arautos da cidadania, que dedicaram as suas vidas em prol da luta dos discriminados e excluídos. São eles, os defensores dos direitos humanos, que atuam em suas mais diversas formas. Eles estão, Sr. Presidente, em todas as partes do mundo. Em tempo de paz ou de guerra, lá está um militante dos direitos humanos, em Estados democráticos ou não. Mesmo nas ditaduras, estão lá, sofrendo, aqueles que lutam pelos direitos humanos. Em países ricos ou pobres, lá estão os militantes dos direitos humanos. Eles procuram sempre proteger os direitos humanos, nos mais variados contextos. São indivíduos, grupos, associações, políticos ou não, líderes mundiais e anônimos, que fazem da luta pelos direitos humanos a sua vida.

Assim, nestes 62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, faço questão de presentear os defensores dos direitos humanos, a sociedade, e todos aqueles que lutam diariamente por essa grande causa.

E como é que eu faço esse presente, Sr. Presidente? Creio que ao ler aqui a música, em português, naturalmente, porque o meu inglês, o senhor conhece, que leva o nome de “Nós Somos o Mundo”, de Michael Jackson, criada para ajudar a combater a Aids e a fome na África e que simboliza a caminhada de todos nós, além de fazer um chamado para a responsabilidade de cada indivíduo.

A música, Sr. Presidente, que tem letra original em inglês, em português, diz:

Nós somos o mundo.
 Haverá um tempo em que ouviremos um chamado
 Quando o mundo deverá se juntar como um só
 Há pessoas morrendo
 E é tempo de emprestar uma mão para salvar vidas
 Esse é o melhor presente e maior de todos
 Nós não podemos continuar fingindo todos os dias
 Que alguém, em algum lugar, irá em breve fazer a diferença.
 Nós somos todos parte da grande família de Deus
 É a verdade,
 Você sabe, amor é tudo o que precisamos
 Nós somos o mundo, nós somos as crianças
 [Nós somos os idosos, nós somos as pessoas com deficiência]

Nós somos aqueles que criamos um dia mais brilhante

Então vamos começar

É uma escolha que estamos fazendo

Estamos salvando nossas próprias vidas.

Isso é o que diz a letra, Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, aqui aproveito para deixá-la nos Anais da Casa neste dia em que lembro a luta internacional pelos direitos humanos.

Mas, quero também registrar aqui dois livros que recebi, Sr. Presidente, que tratam, de forma comentada, do *Estatuto da Igualdade Racial*, de que tive a alegria de ser o autor e que esta Casa e a Câmara aprovaram e que o Presidente Lula sancionou no dia 20 de julho.

O primeiro é: *Estatuto da Igualdade Racial – Comentários Doutrinários*, Edição 2011, 476 páginas, publicado pela Editora JH Mizuno.

O livro foi coordenado por Calil Simão e traz como autores Adib Kassouf Sad, Douglas Martins de Souza, Eder Bomfim Rodrigues, Eduardo Azadinho Ramia, Paula Carmo Name, este que vos fala, Paulo Renato Paim, Thiago Thobias, que trabalha na minha assessoria, Rafael Calil Tannus e Tatiana Stroppa.

O segundo é: *Estatuto da Igualdade Racial – Comentado*, Edição 2010, 294 páginas, publicado pela Editora Edijur. Organizado por Élcio D'Angelo com a participação de Alex de Oliveira Gonçalves, Ilkia Bumbieris, Kristiam Gomes Simões, Suzi D'Angelo, Fábio Trad e Marcos Trad.

Os autores apresentaram um histórico do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e estudos comentados sobre conceitos e teorias aplicáveis; sobre os direitos à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, ao trabalho; sobre a liberdade de consciência, de crença e de culto; sobre o acesso à terra, à moradia; sobre o direito à igualdade de trabalho; sobre o direito do mesmo espaço nos meios de comunicação; sobre o sistema nacional responsável por articular políticas afirmativas; sobre o serviço destinado a superar a desigualdade étnico-racial; sobre o acesso à Justiça e sobre as políticas de financiamento das iniciativas de promoção da igualdade que fazem parte do Estatuto.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo da minha alegria pela singela homenagem que recebi da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, por ter sido o autor do Estatuto da Igualdade Racial. Recebi a mais bela placa que chegou ao meu gabinete até hoje. A placa diz:

A Assembleia festeja e aplaude a existência do Senador Paim, na passagem do Dia da Consciência Negra, em reconhecimento ao

compromisso assumido pela luta contra o racismo e pela consciência de que somos todos responsáveis pela edificação de uma Nação de Liberdade e Bem-Estar.

Muito obrigado ao povo do Amazonas por essa placa que se refere principalmente ao meu trabalho em relação ao Estatuto da Igualdade Racial. Quero agradecer com muito carinho, Sr. Presidente, não só à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, mas também à Deputada Vanessa Grazziotin, que me encaminhou essa pequena homenagem, e à sua assessoria, que foi quem me representou no evento lá na Assembléia, no Estado do Amazonas.

Por fim, Sr. Presidente, aproveitando o tempo que me resta, quero aqui me justificar a uma grande amiga minha, a Deputada Federal Luciana Genro. Luciana fez mais de 150 mil votos e, infelizmente, não foi reeleita porque o seu Partido não atingiu o número de votos necessários para eleger um Deputado Federal no Rio Grande do Sul.

Quero aqui me justificar porque Luciana, além de minha amiga, realizou, na segunda-feira, um grande ato político em Porto Alegre para garantir o direito de concorrer a Vereadora em 2012. Luciana é filha do Governador eleito Tarso Genro. Eu não pude estar presente, então o discurso que eu faria lá estou registrando aqui da tribuna do Senado.

A argumentação jurídica alega que a Deputada não pode ser candidata, tendo em vista o fato de ela ser filha do Governador eleito para o Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Neste caso, ela está sendo cassada. Ela perde os direitos políticos, não podendo sequer concorrer a Vereadora em 2012.

A Deputada Luciana Genro é detentora de conhecida carreira política, e não pode, no meu entendimento, ficar fora do mundo político por entender que, infelizmente, Sr. Presidente, a Constituição lhe barra o direito de ser votada, alegando laços consangüíneos.

A Deputada é conhecida não só no Rio Grande como nacionalmente, por defender todos – negros, brancos, índios, deficientes, idosos –, ter uma visão do social na política brasileira. Portanto, no meu entendimento, será uma perda para o Rio Grande e para o Brasil se a nobre e querida Deputada Luciana Genro, hoje, não puder mais concorrer a Vereadora ou mesmo a Deputada, no futuro.

Quero, aqui, lembrar que Luciana Genro começou a sua carreira política militando aos 14 anos como estudante. Ela atuava junto ao Sindicato dos Trabalhadores, mas a vontade política a levou ao Parlamento como Deputada Estadual e Federal.

Luciana Genro representa uma grande parcela não só da população gaúcha, mas também da popu-

lação brasileira. Não podemos esquecer que ela foi a segunda Parlamentar mais votada em Porto Alegre.

Por esse motivo, afirma o seu desejo de seguir representando grande parte do povo gaúcho e do povo brasileiro.

Luciana Genro não abre mão de legislar em busca da justiça social e batalha por causas difíceis, para muitos consideradas impossíveis. Mas com a sua raça, com a sua fibra, com o seu espírito de justiça, ela nunca vacilou. Por isso, eu quero aqui render as minhas homenagens a Luciana Genro.

Tenho certeza de que o ato realizado na Assembleia, em Porto Alegre, nesta segunda-feira, que teve a participação de diversas personalidades da sociedade gaúcha, vai comover a Justiça Eleitoral, vai sensibilizá-la para garantir que Luciana Genro possa ser candidata no próximo pleito.

Termino dizendo: minha amiga Luciana Genro, eu estou ao seu lado, hoje e sempre. A política, com certeza, perderá grande parte de seu brilho. Se você não concorrer, a política vai perder uma das suas maiores estrelas.

Minha homenagem à Deputada Luciana Genro.

Quero dizer, Sr. Presidente, para concluir minha fala, que tive uma bela votação no Senado. Fiz cerca de quatro milhões de votos num universo de seis milhões e duzentos votantes. Mas, como eu não me dou bem com pesquisas, houve um momento na pesquisa em que me jogaram para terceiro lugar – veja bem –, e eu fiquei em primeiro lugar e fiz cerca de quatro milhões de votos em seis milhões e duzentos. Mas a Luciana liderou o movimento para que o seu Partido retirasse um dos candidatos, a fim de que votassem no seu candidato e, no segundo voto, votassem em nós. Isso é um gesto nobre que somente a Luciana e o seu Partido, P-SOL, poderiam fazer e que ajudou muito para que eu voltasse ao Senado para continuar o nosso trabalho aqui.

Então, Luciana, um beijo no coração. Que Deus te ilumine! Tenho certeza de que você voltará para a vida política e pública com uma enorme votação e terá o carinho do povo gaúcho e do povo brasileiro.

Um abraço, Luciana. Um abraço a todo o seu Partido.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora para usar da palavra o representante do Estado de Roraima e do PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Paulo Paim, que assume a direção dos trabalhos neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é o Dia Internacional contra a Corrupção, de combate à corrupção.

O Dia Internacional contra a Corrupção, comemorado hoje, é uma referência à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que ocorreu na cidade mexicana de Mérida. Em 9 de dezembro de 2003, mais de 110 países assinaram a Convenção, que entrou em vigor, internacionalmente, no dia 14 de dezembro de 2005.

No Brasil, o Congresso Nacional aprovou o texto em maio de 2005, e, no dia 31 de janeiro de 2006, a Convenção foi promulgada, passando a vigorar no País com força de lei.

A Convenção da ONU contra a Corrupção é o mais completo e abrangente instrumento internacional, juridicamente vinculante – portanto que obriga o seu cumprimento – e prevê a cooperação para recuperar somas de dinheiro desviadas dos países, rastrear, bloquear e devolver os bens, e a criminalização do suborno, a lavagem de dinheiro e outros atos criminosos ligados à corrupção.

Senador Paim, portanto, essa data em que internacionalmente se comemora o dia contra a corrupção é um momento para refletirmos.

Eu tenho sempre falado que a corrupção, às vezes, é um mal que começa dentro de casa, na escola. É uma criança que está na escola e fura a fila, aplica uma jogada para pegar a merenda antes dos outros, o professor vê e não diz nada, os coleguinhas acham que isso é correto e começam a fazer também. Ou então essa criança chega em casa, com um lápis, com um apontador que não é dele, o pai vê e não procura indagar nem tomar nenhuma providência. Aí, vai se acostumando. Eu sempre digo que o combate à corrupção de fato tem que começar dentro de casa, tem que prosseguir na escola. Tem que haver um envolvimento de toda a sociedade contra este verdadeiro câncer que é a corrupção, que prejudica não apenas uma área, mas todas as áreas de uma nação.

Então, muitas vezes, de tanto ver a corrupção ser comum, generalizada, de tanto ver que aqueles que são denunciados ou pegos praticando a corrupção não sofrem nada, a própria sociedade acha isso normal.

Ontem, eu estava assistindo a uma reportagem em que guardas de trânsito do Paraguai estavam cobrando propina para fazer com que brasileiros pudessem furar a fila de espera no trânsito caótico de lá. E as pessoas dão, para poder efetivamente ter uma coisa mais rapidamente feita.

E pior: no ano passado, o Instituto Datafolha publicou uma pesquisa, feita em todo o Brasil, com eleitores de todas as regiões, e algumas constatações são estarrecedoras.

Primeiro, 75% dos eleitores entrevistados acham que não é possível fazer política sem algum grau de corrupção. Ora, se 75% acham isso, é um prato cheio para aqueles que são corruptos, para a pessoa ser incentivada a fazer corrupção. E pior: desses entrevistados, 65% admitiram que trocaram o voto por alguma coisa, ou por um favor, ou por dinheiro, ou por um material. Enfim, algum negócio eles fizeram para dar o voto. Com isso, sedimenta-se, consolida-se na cabeça das pessoas que não adianta lutar contra essa situação, que isso é uma coisa normal, que não dá para mudar. E, portanto, entram no jogo.

Ora, só há corrupção se houver dois personagens: o corruptor, aquele que vai lá propor um ato de corrupção, e o corrompido, que aceita o jogo. Se não houvesse os dois polos funcionando, não haveria corrupção.

E há quem diga: “Mas há corrupção desde o início do mundo.” Na história mais recente, Judas, discípulo de Cristo, se corrompeu e pegou o dinheiro para entregar Jesus para ser crucificado. Então, é um relato bíblico mais recente e muito forte, que mostra como realmente o poder do dinheiro e da autoridade é capaz de corromper as pessoas. Mas não se pode achar que isso é normal ou simplesmente dizer que isso existe em todo lugar – nas igrejas, nas associações de classe, nas ONGs.

Como disse Rui Barbosa – que está aí imortalizado no seu busto –, num pronunciamento no Senado, como Senador, em 1914: “De tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem honesto chega a desanimar de ser honesto, a rir-se da virtude”.

Isso foi em 1914, mas, se olharmos a história do Brasil, a corrupção começou muito antes. Na verdade, foi trazida. E não vamos dizer também que os que estavam aqui, os índios, não tinham algum tipo de conduta não recomendável. O importante é que não adianta ficar olhando no retrovisor. Temos de olhar para frente e ver o que podemos fazer a partir de agora para, efetivamente, se não extirpar, pelo menos reduzir a um grau pequeno a corrupção.

Eu tenho ouvido aqui depoimento de Senadores de vários Estados do Brasil, e as denúncias de corrupção eleitoral são absurdas e as mais variadas possíveis. Nesse particular, infelizmente, eu acho que o meu Estado levou o título de campeão, porque o que foi feito de corrupção nos dois turnos da eleição para

governador, eu, como diz o Presidente Lula, “nunca antes”, na história do meu Estado, tinha visto.

E, por sinal, hoje, o jornal *Folha de Boa Vista* traz uma notícia que me deixa esperançoso. O Ministério Público Eleitoral já deu o primeiro passo para punir esse Governador que foi eleito roubando, quando deu um parecer pela cassação do seu registro. O crime indicado é uma conduta vedada, prevista em lei. O Governador usou uma emissora de rádio do Governo para, reiteradamente, fazer propaganda política para ele. Mas, no que tange à parte da compra de votos, da coação...

Dinheiro, então, é uma coisa absurda. A imprensa nacional divulgou amplamente que, no primeiro turno da eleição no Brasil, foram apreendidos R\$4 milhões. Ora, aquilo que a Polícia Federal consegue apreender é uma parte pequena do que de fato circula durante os atos de corrupção numa eleição. Mesmo assim, foram apreendidos no Brasil todo R\$4 milhões. E, só no meu Estado, que é o menor Estado em termos de contingente eleitoral, é o menor colégio eleitoral - portanto, tem menos eleitores -, foram apreendidos R\$2,5 milhões. Ora, como se pode, então, admitir, se isso fosse mais ou menos razoável, um Estado que tem o menor contingente eleitoral ter apreendido o maior volume de dinheiro? Isso aí já é um indicativo, uma coisa muito evidente do nível de corrupção que campeou nessas eleições.

Para se ter uma ideia, no primeiro turno, fazendo todos esses absurdos, o atual Governador perdeu o primeiro turno. E aí, no tempo que foi do primeiro turno ao segundo, as coisas se tornaram escancaradas.

E aqui quero dizer: a Polícia Federal fez muitas ações, mas o que ficou evidente é que o contingente de policiais para cobrir mesmo um Estado pequeno como o meu, em termos de eleitor, mas que é vasto em termos de extensão...

Então, é corrupção nas comunidades indígenas, o cara vai lá comprar o voto do indígena, é corrupção nos bairros, é corrupção em todos os lugares, nas vicinais. Em tudo, tudo, tudo. Um absurdo. De maneira escandalosa.

Eu fiz várias denúncias, Senador Paim, sobre esses escândalos, como fiz também sobre os atos de corrupção praticados por esse Governador, que substituiu o Governador eleito em 2006 pelo seu falecimento, e que, na verdade, desde lá, implantou uma ação sistemática de corrupção em várias áreas da administração, especialmente na saúde, o que se torna um crime muito mais sério ainda. Corrupção é condenável em qualquer atividade, mas, na saúde, é o mesmo que matar a pessoa. Esse dinheiro que é roubado da saúde deve vir com gosto de sangue, porque representa a morte

de pessoas que depois não são atendidas, como é o caso lá em Roraima: não tem remédio, não tem material de consumo, como gaze, esparadrapo, etc., para atender os pacientes. Os remédios são jogados fora, mas falta remédio para o paciente. São comprados, de novo, medicamentos superfaturados para se obter dinheiro, como foi necessário para essa campanha. Esse dinheiro é um dinheiro maldito, porque qualquer dinheiro roubado é. Mas dinheiro que se rouba da área da saúde priva o paciente de um atendimento melhor e até pode levá-lo à morte – como recentemente lá faleceu um jovem que foi atropelado e não teve o atendimento necessário, porque não havia equipamento nem material de consumo no hospital. Eu li aqui a nota de repúdio da família contra essa questão.

Então, quero aproveitar este dia para fazer este registro, pedindo à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, do meu Estado e de todo o Brasil também, que redobrem as ações de inteligência e de combate à corrupção, porque, senão, vamos ter que nos conformar de repetir a frase de Ruy Barbosa, que eu quero ler aqui para deixar registrado também. Ele disse num pronunciamento dele, de 1914:

A falta de justiça, Srs. Senadores, é o grande mal da nossa terra, o mal dos males, a origem de todas as infelicidades, a fonte de todo nosso descrédito, é a miséria suprema desta pobre nação.

A sua grande vergonha diante do estrangeiro é aquilo que nos afasta os homens, os auxílios, os capitais.

A injustiça, senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade, promove a relaxação, insufla a cortesia, a baixeza, sob todas as suas formas.

E aí ele diz:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

Então, até por ser médico, sou uma pessoa que não perde a esperança diante de um quadro de um paciente que esteja grave. Não perco a esperança de

salvar uma vida, jamais. Assim também não perco a esperança, Senador Paim, de que o nosso País vem caminhando, embora muito lentamente, de 1914 para cá, para ser um País realmente respeitável, em que as pessoas tenham vergonha da desonestidade, em que as pessoas tenham vergonha de lidar com corruptos e em que as pessoas tenham vergonha na cara e não se deixem vender sob qualquer aspecto. Mas me ative aqui à corrupção eleitoral praticada no País todo, mas, com muita tristeza, quero dizer, também me referi à corrupção no Estado que me viu nascer, Estado que eu amo e a cuja causa me dedico desde, digamos, os bancos escolares.

Então, peço a V. Ex^a que autorize a transcrição da mensagem do Dia Internacional da Corrupção, que eu li; a mensagem de hoje do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre essa data; e também o decreto legislativo do Congresso Nacional que aprovou o texto

da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, datada de 18 de maio de 2005.

Portanto, é muito importante que nós tenhamos a persistência de combater esses males, esse grande mal que é a corrupção, senão não acabaremos com ela nesta geração e não teremos condições de acabar com ela na próxima. Então, se o trabalho está atrasado, vamos incrementá-lo, vamos praticar um trabalho de convencimento na nossa casa, no meio dos nossos amigos, no seio das instituições a que pertencemos, mas vamos fazer um trabalho diuturno. É um trabalho duro, mas necessário e muito benéfico e importante para a nossa Nação.

Muito obrigado, Senador Paim.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

Hoje é o dia internacional contra a corrupção

O Dia Internacional contra a Corrupção, comemorado hoje, 9 de dezembro, é uma referência à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que ocorreu na cidade mexicana de Mérida.

Em 9 de dezembro de 2003, mais de 110 países assinaram a Convenção, que entrou em vigor, internacionalmente, no dia 14 de dezembro de 2005.

No Brasil, O Congresso Nacional aprovou o texto em maio de 2005 e no dia 31 de janeiro de 2006 a Convenção foi promulgada, passando a vigorar no país com força de lei.

A Convenção da ONU contra a Corrupção é o mais completo e abrangente instrumento internacional juridicamente vinculante (que obriga cumprimento). Prevê a cooperação para recuperar somas de dinheiro desviadas dos países (rastrear, bloquear e devolver bens) e prevê a criminalização do suborno, lavagem de dinheiro e outros atos criminosos, ligados à corrupção.

Dia Internacional contra a Corrupção - 9 de dezembro de 2010

Mensagem do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon

A corrupção é uma ameaça ao desenvolvimento, à democracia e à estabilidade. Distorce os mercados, trava o crescimento econômico e desencoraja o investimento estrangeiro. Corrói os serviços públicos e a confiança nos funcionários. Contribui para a degradação do ambiente e põe em perigo a saúde pública, ao permitir a descarga ilegal de resíduos perigosos e a produção e distribuição de medicamentos falsificados.

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção tem ajudado o setor público a avançar na adoção de medidas para dissuadir estes crimes. Os Estados-Parte na Convenção – atualmente, 148 – criaram no ano passado um mecanismo de avaliação entre os pares, a fim de determinar as lacunas existentes nas legislações e nas práticas nacionais contra a corrupção. Trata-se de um importante avanço, na medida em que pode ajudar os governos a pôr fim ao suborno e ao desvio de fundos públicos.

O sector privado desempenha igualmente um papel decisivo. A corrupção funciona como um custo oculto que faz subir os preços e baixar a qualidade, sem que os produtores ou consumidores retirem daí qualquer benefício. A luta contra a corrupção é uma política vantajosa, inclusivamente sob o ponto de vista econômico, dado que são cada vez mais os investidores que tomam decisões tendo em conta não só critérios ambientais, sociais e de governança, mas também princípios éticos.

Convoco os líderes empresariais de todo o mundo para que denunciem a corrupção e confirmem que suas palavras sejam acompanhadas de medidas rigorosas. Devem adotar medidas contra a corrupção no quadro da Convenção das Nações Unidas e criar os sistemas de controle necessários para reforçar a integridade e a transparência. Exorto igualmente as empresas a colaborar mais estreitamente com as Nações Unidas neste âmbito. Em particular, devem considerar a possibilidade de aderir ao Pacto Global das Nações Unidas, a maior iniciativa mundial a favor da sustentabilidade empresarial, que oferece aos participantes as ferramentas para lutar contra todas as formas de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno.

O que pedimos aos setores público e privado deve também ser uma prática nas Nações Unidas. Uma cultura institucional baseada na ética é um dos melhores antídotos contra a corrupção. O Escritório de Ética das Nações Unidas incentiva a responsabilidade, a integridade e a transparência. Foi criado um conjunto de regras para proteger os funcionários contra qualquer tipo de represália, no caso de denunciarem faltas graves ou de participarem em auditorias e investigações que possam revelar comportamentos contrários à ética.

As Nações Unidas também se esforçam em combater a corrupção na realização das suas atividades, incluindo contratação, aplicando o princípio da responsabilidade individual, colaborando com as autoridades encarregadas de garantir o cumprimento da lei e investigando todos os possíveis casos de corrupção que possam surgir. Nos dias 8 e 9 de dezembro, o Escritório dos Serviços de Supervisão Interna reunirá, na Sede da ONU em Nova York, organizações de todo o mundo, por ocasião de uma conferência destinada a reforçar o papel da investigação interna na luta contra a corrupção.

Neste Dia Internacional Contra a Corrupção, todos devemos assumir a nossa parte de responsabilidade, de modo a promovermos práticas éticas, a preservarmos a confiança e a velarmos para que não haja desvio dos preciosos recursos de que precisamos para realizar o nosso trabalho comum em prol do desenvolvimento e da paz.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 348, DE 2005(*)

Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas em outubro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003, em Mérida, no México, na Conferência de Alto Nível, realizada sob os auspícios do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes e do Governo do México.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem a referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no DSF de 30-3-2005.

Este enunciado é de autoria de Ruy Barbosa em 1914:

“A falta de justiça, Srs. Senadores, é o grande mal da nossa terra, o mal dos males, a origem de todas as nossas infelicidades, a fonte de todo nosso descrédito, é a miséria suprema desta pobre nação.

A sua grande vergonha diante do estrangeiro é aquilo que nos afasta os homens, os auxílios, os capitais.

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresce em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade, promove a relaxação, insulta a cortesia, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra a ter vergonha de ser honesto.

Essa foi a obra da República nos últimos anos. No outro regime (na Monarquia), o homem que tinha certa nódoa em sua vida era um homem perdido para todo o sempre, as carreiras políticas lhe estavam fechadas. Havia uma sentinela vigilante, de cuja severidade todos se temiam e que, acesa no alto (o Imperador, graças principalmente a deter o Poder Moderador), guardava a redondeza, como um farol que não se apaga, em proveito da honra, da justiça e da moralidade”.

Obras Completas de Rui Barbosa; Senado Federal, Rio de Janeiro, DF. V. 41, t. 3, 1914, p. 86.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que, mais uma vez, traz o tema da saúde, que é, sem sombra de dúvida, a maior preocupação hoje no País, além da educação e da segurança.

Eu queria cumprimentar os policiais civis do Rio Grande do Sul por terem, enfim, conseguido uma bandeira de um trabalho que fizemos juntos: a aposentadoria especial da Polícia Civil, prevista na Lei Complementar Federal nº 51, que passa a ser aplicada também no Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns pela decisão. Parabéns à Polícia Civil.

Ao mesmo tempo, insisto na importância de o Congresso deliberar em cima da PEC nº 300, que vai atender também os policiais militares.

Mas, Senador Mozarildo, a assessoria lembra que V. Exª será atendido na forma regimental.

Quero também ainda, para concluir, dizer que encaminhamos à Mesa um requerimento, junto com o Senador Heráclito Fortes, para assegurar a aposentadoria especial às pessoas com deficiência. Esperamos que esta Casa vote também, com urgência, esse tema. Tenho dito que a melhor forma de homenagear as pessoas com deficiência é parar de protelar e aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência que o Senado já aprovou. O Deputado Celso Russomano fez um belo trabalho na Câmara e, se lá fosse aprovado, viria para o Senado, e nós daríamos aqui a última palavra, com

as devidas mudanças que a Câmara assim entender. O que não pode é ficar sem votar.

Por fim, quero cumprimentar a Casa porque, ontem, a CCJ aprovou o projeto de nossa autoria que resolve um tema que hoje o Plenário inclusive debateu, que é a situação dos aposentados e pensionistas do Aeros. Agora, vai para a Comissão Assuntos Econômicos e, em seguida, vai para a Câmara dos Deputados.

Quando apresentei esse projeto, foi com a visão de criar um conforto legal para que o Judiciário e o Executivo, junto com o Legislativo, construíssem uma saída que permitisse aos companheiros aposentados e pensionistas do Aeros receberem o que têm de direito, ou seja, o princípio da integralidade em relação à sua aposentadoria.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a vai se inscrever? (Pausa.)

Está inscrito.

Então, com satisfação, passo a palavra a V. Ex^a.

Fiz aqui um fechamento de alguns projetos de minha autoria, porque percebi que V. Ex^a estava vindo, para garantir o direito a V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, nobres Colegas de ambos os sexos, estamos aqui, novamente, na tribuna do Senado Federal, primeiro para fazer um registro da honrosa visita a esta Casa do Deputado Júnior Favacho, do PMDB; do Deputado Federal recém-eleito Luiz Carlos, do PSDB; e do Deputado Carlos Valdez, que estão honrando com as suas figuras aqui, representando o Estado do Amapá, esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, ontem o PMDB teve a prazerosa oportunidade de fazer uma justa homenagem ao Presidente Lula.

O Presidente Lula e a Dilma, nossa Presidente eleita, estiveram lá na residência do Senador eleito, o Deputado Eunício de Oliveira, ladeado de inúmeras Lideranças do PMDB.

Esse jantar foi um jantar também de trabalho, além da homenagem aos oito anos de trabalho do Presidente Lula pelo País.

O Amapá estava lá, representado pelo Presidente do Congresso, Senador José Sarney, que tem assento nesta Casa, com a representatividade honrosa do Estado do Amapá. Estávamos lá porque o Presidente Lula deu oportunidades grandiosas para o Amapá, e temos que ser gratos por isso.

Não só as suas políticas econômicas e sociais implantadas em todo o País, mas o Amapá teve uma oportunidade ímpar e, por três vezes, o Presidente Lula esteve no nosso Estado. O Presidente Lula nos deu a oportunidade de uma ponte, que será inaugurada agora, entre janeiro e fevereiro, lá no Extremo Norte, no querido Município de Oiapoque; é uma ponte binacional.

Estivemos lá com Fernando Henrique e o Chirac. E o Presidente Lula, por duas vezes, com o Presidente Sarkozy. Foi uma gestação difícil, dura, um processo pelo qual este Parlamento teve que aprovar um grande entendimento internacional; e o Parlamento francês, da mesma forma. E viemos trilhando.

Hoje este grande projeto está materializado, Sr. Presidente. O Brasil tem fronteiras com o Continente Europeu através da Guiana Francesa. E sabemos da importância desta ponte. Esta ponte nos trará, nos próximos 15 anos, uma média de dez milhões de turistas europeus, adentrando nosso território pelo Oiapoque. Estaremos vendo esse grande fenômeno ocorrer no Brasil.

Os turistas europeus geralmente vão direto por Manaus, que é a referência da Amazônia. Mas lá no Amapá, Sr. Presidente, além dos rios, igarapés, cachoeiras, além do grande potencial de flora e fauna, temos a pororoca, fenômeno do grande encontro, quando a garganta do rio Amazonas, que nos banha, despeja uma enorme quantidade de água. A única capital banhada pelo rio Amazonas é capital do nosso querido Estado do Amapá, a nossa cidade de Macapá.

É importante poder ter essa visão. O Presidente Lula e o Presidente Sarney nos deram essa oportunidade, materializada. A BR-156 também já se aproxima, faltando apenas dois anos para podermos integrar todo Estado do Amapá, lá de Vitória do Jari ao Oiapoque. O Presidente Lula também recebeu, naquele jantar, no abraço que lhe demos, o abraço do PMDB, de muitos aliados, estava lá a nossa gratidão.

A transferência das terras da União foi também decisiva para o desenvolvimento do nosso Estado. O empresariado com acesso ao título terá acesso às linhas de financiamento.

Não tenho dúvida de que o grande Porto de Santana haverá de receber toda a produção de grãos. Além de produzir, será pelo grande Porto de Santana que nós iremos mandar nossa produção pelo Oceano Atlântico para o resto do mundo. Virá também do Mato Grosso, do Centro-Oeste, pela transferência das terras, pela ponte binacional, pela disposição sempre pronta do Presidente Lula para com os interesses do Estado do Amapá.

Nós estivemos lá abraçando o Presidente Lula, e esse abraço foi um abraço de gratidão. Agora, o Amapá espera a posse da Presidenta Dilma, que contará com o apoio da maioria das nossas Lideranças com assento neste Congresso. Isso nos dá o conforto de dizer ao Presidente que a sua sabedoria política, que a sua capacidade política de aglutinação, que a sua capacidade de manter o Congresso, de manter uma base de apoio, de superar crises e dificuldades deu ao País uma grande perspectiva.

Hoje o País assume a liderança na América Latina, já temos assentos assegurados na ONU. O Brasil já não é uma Bolívia de antigamente. O Brasil marcha para esse grande desenvolvimento. E essa nova etapa, nessa nova década, nesses próximos dez anos, estaremos pela primeira vez na história política do Brasil sob a liderança da nossa querida Presidente Dilma.

Eu estava lá e vi já a barba pintada, o seu jeito criativo, extrovertido, o seu jeito popular, um homem de grande visão, um homem que acreditou e que, por três vezes consecutivas, marchou na busca de ocupar a Presidência da República. Ousado, aguerrido, preparado, e foi. O homem público deve se curvar aos ensinamentos na busca e se cercar de bons assessores. E o Presidente Lula mudou crescendo; mudou avançando. Hoje podemos dizer que o Presidente Lula é um grande estadista.

E o PMDB deu aquele abraço fraterno, o abraço de respeito. E o meu abraço foi junto não só como membro do Partido, mas como um homem agradecido, um Parlamentar agradecido, porque nenhum pleito do Estado do Amapá foi negado pelo Presidente Lula. Nós demos sustentação política.

Lamentavelmente, ainda temos muitas deficiências técnicas. Os nossos Prefeitos não têm um bom suporte técnico. E o próprio Governo do Estado também, sem um suporte técnico e sem a visão, nos dá a condição da perda de muitos recursos. Mas desta tribuna, Sr. Presidente, já anunciei milhares de reais – dinheiro na conta. E nós trabalhamos diuturnamente.

Que jantar abençoado! Que jantar em homenagem justa do PMDB ao Presidente Lula!

Então, Presidente Lula, nesta tarde, eu quero dizer a Vossa Excelência do nosso agradecimento e da nossa eterna admiração pelo que Vossa Excelência fez pelo Estado do Amapá. Muito ainda há a fazer. Eu tenho certeza de que os grandes projetos do Estado do Amapá estão prontos. Nós somos gigantes não só pela própria natureza. Nós somos gigantes pela força do nosso povo, da miscigenação da nossa gente. Somos aguerridos. O amapaense é um povo ímpar. E, lá na foz do grande rio Amazonas, estamos nós traba-

lhando na expectativa de que possamos implementar grandes políticas públicas.

O Deputado Estadual Júnior Favacho – com uma votação expressiva, surpreendente, para não dizer que foi o mais votado – vem não somente para observar, mas, ladeando seu amigo e companheiro – estiveram marchando juntos numa dobradinha –, o Deputado Federal eleito Luiz Carlos, que vai integrar a Bancada Federal e que vai lutar muito pelo Estado do Amapá. Deputado Cabo Valdez, com a mão no queixo, relógio de ouro, Mido, juntamente com seu filho, hoje nos prestigia aqui, nesta Casa.

E nós estivemos hoje na Comissão Mista de Orçamento, viu, Presidente? Lá nós estamos aprovando o Orçamento. O Amapá emplacou mais de R\$20 milhões em emendas de bancada só nas duas Comissões em que estávamos trabalhando hoje, à tarde.

E quero dizer a esse povo do meu Estado que a Casa se entristece também. Este parece o período da despedida, do “até mais”, do “ainda só está começando”, do ir e vir, do subir e descer, do reconhecimento e das despedidas. Grandes homens têm ocupado esta tribuna, e eu os acompanho, observando-os. Quantas lições aprendidas, e nós, aqui, observando os gigantes da política nacional que não tiveram o êxito da recondução ou que estão saindo para ocupar outras missões. Despedidas do Presidente Lula. Quais são as outras etapas e tarefas?

Eu tenho dito – e disse – aos amigos: não há vitórias definitivas, nem derrotas para sempre; há batalhas, etapas a serem vencidas; há homens que ganham, perdendo, há outros que perdem, ganhando. Saber fazer o jogo e jogar bem é a capacidade divina de entender que nem tudo é como queremos; tudo é o resultado do que somos e do que representamos.

Não somos só o que vestimos, Excelência, e não somos só pelo que comemos. Somos pelo que aprendemos. Somos pelo que ouvimos e pelo que olhamos. E a emoção vem em todos os sentidos.

Ei, Mão Santa! Gigante, vigilante do plenário, companheiro de todas as horas, que irá para o Mercosul, para representar a voz do Brasil; lá no Parlasul, aliás – não é no Mercosul.

Sr. Presidente, tive o prazer de ser Relator de uma área especial que tratava das questões das Forças Armadas – do Exército Brasileiro, da Aeronáutica e da Marinha. Eu estava relatando os recursos. E, nesta tarde, quero dizer que a Nação tem o dever de resgatar..., de investir nas nossas Forças Armadas. É hora de investir em segurança também.

Desenvolvendo suas tarefas com grande dificuldade o Exército brasileiro, os recursos a ele disponibilizados nos últimos anos têm sido insuficientes para

atender às necessidades mínimas não só em relação aos investimentos, ao reaparelhamento, à modernização, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, mas também à simples manutenção operacional da instituição.

E essa limitação de recursos está comprometendo o desenvolvimento de programas e ações essenciais para as Forças Armadas, bem como a manutenção e a reposição dos materiais de emprego militar, gerando, com isso, um quadro de verdadeiro sucateamento.

Precisamos envolver a sociedade nessa discussão, comprometer ainda mais as autoridades com a estratégia nacional de defesa e preparar um Exército dissuasor, que esteja à altura da posição que ocupa nosso País no cenário internacional.

A limitação de recursos orçamentários, consignados no Projeto de Lei Orçamentária para o próximo exercício, poderá acarretar uma redução na incorporação de recrutas programados para 2011. O Exército Brasileiro incorporava cerca de 100 mil conscritos todos os anos, em todo o Brasil. No entanto, com os sucessivos cortes no Orçamento, o efetivo baixou para 70 mil. Esse já é o efetivo considerado mínimo para o cumprimento da missão constitucional.

O recrutamento para o serviço militar é democrático, universal e socialmente justo e equitativo. Além disso, ajuda a moldar o caráter do cidadão e desenvolve o espírito da prevalência do coletivo sobre o individual, do cumprimento da missão, do serviço público, do dever para com a comunidade e do patriotismo. É a complementação da formação da cidadania no aspecto espiritual, moral, físico, intelectual, profissional e cívico.

O cumprimento da meta de incorporação de 70 mil recrutas exige suplementação das dotações destinadas às programações planejadas. Tal fato já foi previsto no meu relatório setorial de defesa. A inserção pleiteada permitirá ao Exército mobilizar todos os postos de vigilância, bem como proporcionar melhores condições, para que a força terrestre contribua com o desenvolvimento socioeconômico do País – maior capacidade de participação em ações subsidiárias e apoio a calamidades. Permite, ainda, a contribuição para a formação de cidadãos, aprimorando valores e mão de obra – profissionalização em setores de interesse do mercado –, favorecendo a redução do desemprego no País. Por outro lado, a não incorporação do efetivo supracitado reduzirá o poder dissuasório do Brasil, trará prejuízo ao patrulhamento das fronteiras, reduzirá a tropa em condições de ser empregada em operações de garantia da lei e da ordem e defesa externa, bem como diminuirá a força de trabalho para as missões subsidiárias.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um programa concebido pelo Exército Brasileiro, a partir da Estratégia Nacional de Defesa, e consiste na integração de sensores instalados ao longo da fronteira terrestre aos centros de tomada de decisão e às tropas de pronto emprego. Essa integração reduzirá o tempo de resposta entre a detecção de um ilícito transfronteiriço e a ação legal do Estado. O Sisfron integrar-se-á aos sistemas congêneres das demais forças e da Polícia Federal e será contemplado com tecnologias de defesa cibernética.

Inserido no Sisfron, o Projeto Braço Forte atende às demandas dos sistemas operacionais mais críticos e de emprego real imediato na segurança dos grandes eventos desportivos com sede no País, a partir de 2011. Esse projeto irá equipar, até 2015, as 26 brigadas do Exército com material e tecnologias no “estado da arte”.

Ressalta-se que existe uma emenda de comissão, aprovada recentemente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, que contempla recursos para a implantação desse projeto.

A alocação de parcela desses recursos para o Comando do Exército permitirá dar consequências aos objetivos e orientações contidos na Política de Defesa Nacional, bem como na Estratégia Nacional de Defesa, equipando, inicialmente, brigadas localizadas nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Recife e Salvador –, permitindo ao Estado brasileiro prover a necessária segurança física e das comunicações durante o evento.

Além dos investimentos, as despesas de custeio são vitais para o Exército, que tem no ser humano o seu recurso mais precioso.

É esse custeio que vai garantir a alimentação, o combustível, o fardamento, a munição, a manutenção (água, luz, telefone, material de expediente e de limpeza), de todas as 650 organizações militares espalhadas por todo o país. O custeio é parte imprescindível para que o Exército esteja em condições de ser empregado quando demandado.

O Exército associa à preparação da tropa a realização de ações que proporcionam benefícios para considerável parcela da população brasileira.

Como exemplos dessas ações, destacamos: o Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, com a participação do Ministério da Educação, em que estudantes de nível superior prestam assistência a comunidades carentes nos Estados da Amazônia; as campanhas de vacinação e imunização: apoio aos órgãos do Governo Federal (Funasa), do Estadual

e do Municipal, nas diversas campanhas nacionais de vacinação, de 1996 a 2004, em todo o Brasil. O Exército realiza o transporte de agentes da Funasa e emprega seus médicos e dentistas na vacinação de comunidades, merecendo destaque as comunidades indígenas; as ações de apoio ao combate à dengue com participação junto às Secretarias Estaduais de saúde no combate ao mosquito transmissor da dengue, quer alojando e transportando agentes da Funasa, quer participando diretamente do combate ao mosquito, de 1998 a 2003, em Municípios dos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil; a Operação Pipa, que decorre de um convênio assinado entre os Ministérios Extraordinário da Segurança Alimentar, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa; o apoio a desabrigados de enchentes, quando o Exército realiza o transporte de civis e seus pertences, ajuda na distribuição de cestas de alimentos e de donativos, com a finalidade de apoiar as ações da defesa civil local, no socorro às vítimas das chuvas nas diversas regiões do país; as ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, execução de obras como a construção de aeroportos, recuperação e construção de rodovias, ferrovias, vias urbanas e pontes em diversas regiões do País, aproveitando a estrutura dos batalhões de engenharia de construção, em convênios estabelecidos com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (DNIT), com governos estaduais e municipais e outros órgãos governamentais; as ações de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente a que o Exército presta apoio logístico ao Ibama nas ações previstas ao plano de ação para a prevenção e o controle do desmatamento da Amazônia Legal, sendo que o apoio consta de transporte terrestre, aéreo e fluvial, acampamento, segurança, alimentação, pernoite, higiene, primeiros socorros e comunicações, tendo as atividades iniciaram em outubro de 2004.

Cabe destacar, também, que a presença brasileira no Haiti (Minustah) é a maior participação de tropas no exterior desde a Segunda Guerra Mundial.

Já concludo, Sr. Presidente, porque a cada hora chega mais um Senador ávido para expressar os seus ideais.

A atuação do nosso soldado tem sido alvo de elogios por todos aqueles que têm a oportunidade de conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo contingente brasileiro, sendo uma referência para as tropas empregadas em missões de paz em todo o mundo.

A participação no Haiti contribuiu, ainda, para elevar o nível de operacionalidade da força terrestre e permitiu que tenhamos um contingente de militares com grande experiência em operações que exigem

elevado padrão de desempenho. Essa operação prepara também nossos militares para serem empregados, inclusive, no território nacional. Estamos vendo isso acontecer agora, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

Concluindo meu pronunciamento, Sr. Presidente, destaco que o Exército Brasileiro é uma instituição profundamente comprometida com o nosso País. A sociedade conta com o seu braço forte para defender nossas riquezas e nossa soberania e, com a sua mão amiga, para enfrentar nossos desafios e vencer obstáculos na construção de um Brasil mais desenvolvido.

E para isso, Sr. Presidente, peço a atenção da Senadora Serys, que, nesses gratos anos de convívio no Senado Federal, tem demonstrado a todos nós seu espírito público e compromisso com o Brasil, para que envide todos os esforços no sentido de que a força terrestre receba os recursos orçamentários compatíveis com suas necessidades.

Sr. Presidente, quero levar minhas congratulações ao grande estadista, ao Ministro da Defesa Nelson Jobim, que com a sua sabedoria e seu conhecimento empresta ao Ministério da Defesa o equilíbrio necessário entre este Parlamento, entre o Poder Judiciário, entre todas as nossas forças de segurança, para que possamos implementar a imediata recuperação, o grande resgate das Forças Armadas, que estão sucateadas. Setenta mil recrutas, Excelência, um programa de alto nível.

O homem chega às fileiras para receber o adestramento e o conhecimento e sai transformado, não só deixando as suas impressões na instituição do Exército, mas também levando seu conhecimento, levando no seu peito valores e garantias de que será um bom cidadão. Por isso, peço à nossa relatora que garanta os recursos já alocados e devidamente aprovados pela nossa Comissão.

Era o que tinha a dizer. Que Deus nos abençoe e que possamos fazer esse resgate para todas as nossas forças de defesa! É uma garantia do direito, do Estado e da funcionalidade. Quem atenta contra as suas forças, Excelência, está fadado à insegurança e ao desmoronamento. Forte é o país que tem a sua força totalmente equipada e preparada não só com tecnologia, mas também com investimento em homens, em valores e em informação.

Viva o Exército brasileiro!

Via a Aeronáutica e a Marinha!

Que o País avance para seguir já na liderança da América Latina e ocupar o lugar que lhe é devido no espaço seguro da ONU e do mundo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Depois do discurso emocionante do Senador Gilvam Borges, passamos a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda e aproveitamos, Senador, para prorrogarmos a sessão por mais uma hora.

Está com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero solicitar à Mesa, meu caro Presidente Paim, que garanta, por todos os meios, a participação de uma representação brasileira no Fórum Social Mundial de 2011.

É muito significativa a realização dos fóruns. Nós fomos, digamos assim, o País que mais acolheu o Fórum Social Mundial, especialmente a sua querida cidade de Porto Alegre, que recebeu o mundo inteiro seguidas vezes para debater as situações críticas em que a economia e as questões sociais são tratadas pelos principais dirigentes mundiais.

É a área social, é o movimento social se interagindo, se unindo, e o Parlamento brasileiro, o Senado da República, não pode ficar ausente de um debate tão largo como o realizado no Fórum Social Mundial, especialmente porque....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Inácio Arruda, seu requerimento está na mesa. Já deixarei aqui a recomendação para que ele seja o primeiro item da pauta de terça-feira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a. Eu tinha convicção de que V. Ex^a atenderia imediatamente esse pleito, porque trata-se de um fórum internacional mundial realizado na África e o Brasil tem uma relação umbilical com a África. Uma parte dessa dívida, muito pequena, a parte que estamos pagando, estamos fazendo agora com o Presidente Lula, que instalou, na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, a Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira, que já realizou, agora, no Enem, praticamente a escolha dos primeiros trezentos estudantes brasileiros que vão interagir com trezentos estudantes africanos. É um passo que oferecemos para pagar essa dívida histórica do nosso povo com a África.

Mas, quero, Sr. Presidente, fazer ao Ministro da Educação um apelo que também diz respeito à África. Somente a cidade de Fortaleza, hoje, acolhe mais de 1.500 africanos. Todos vieram para estudar no Brasil. São estudantes universitários que estão na Universidade Federal do Ceará, que estão na Universidade Estadual do Ceará e que estão em inúmeras escolas privadas de ensino superior.

Tenho assistido e recebido os estudantes africanos e tenho discutido com eles – que têm uma associação lá no nosso Estado –, especialmente com os

estudantes de Guiné-Bissau que estão no Estado do Ceará, como interlocutores da comunidade africana no nosso Estado. Eles fizeram um pleito diante dessa dívida histórica da nossa Nação.

Esses estudantes, a maioria de famílias africanas pobres, numa tentativa, digamos, forte de buscar uma melhoria para seu país, buscaram o Brasil para estudar. Mas não é fácil. Se para os brasileiros pobres é difícil conseguir vagas nas escolas públicas de ensino superior, imagine para o estudante africano pobre conseguir vagas nas escolas públicas de ensino superior no Brasil.

Nós criamos, para os estudantes brasileiros, um programa que saiu das mãos dos Ministros que ocuparam a Pasta da Educação, Tarso Genro e Fernando Haddad, e da cabeça sempre ligada no sentimento do povo, por um instinto de classe, do Presidente Lula, que percebe essas necessidades do nosso povo. Aí está a particularidade do Presidente Lula: ele tem, além da sua formação sindical, uma origem, um sentimento, que resultou também na criação do ProUni, um programa que acolheu os pobres para que pudessem concluir o curso de ensino superior. É um programa excepcional. Basta ver as imagens da formatura, Senador Paulo Paim, de seiscentos médicos e médicas filhos de pobres, concluindo um curso que só a classe média, média alta e rica pode fazer. Seiscentos filhos de pobres concluíram o curso de Medicina via ProUni!

Então, peço ao Ministro Fernando Haddad e ao Governo brasileiro que examinem as condições enquanto a Unilab não acolhe, como as demais universidades brasileiras, milhares de estudantes, pois temos milhares de estudantes nas nossas universidades. Enquanto ela não alcança essa condição, que possamos encontrar uma maneira, uma espécie de aditivo ao programa que recepcionou os pobres nas escolas superiores do nosso País, o ProUni, que encontremos um caminho para acolher aqueles estudantes da África que estão no Brasil e que também são oriundos de escolas públicas de seus países.

Acho que esse é o caminho para darmos uma solução mediana a um problema crucial. Falo da situação em Fortaleza, mas o mesmo ocorre em Recife, em São Luís, em Salvador, no Rio de Janeiro, em Porto alegre, em São Paulo.

Então, todas essas cidades que estão mais na nossa costa e as maiores recebem estudantes africanos nessas condições, enfrentando imensas dificuldades no Brasil. Nosso País, hoje, tem melhores condições que tinha de recebê-los no passado.

Por isso, faço este apelo para que a gente possa, através do nosso Ministério da Educação, encontrar o caminho para os estudantes africanos que estão

desejosos de uma formação superior no Brasil e têm encontrado muitas dificuldades.

Ao final, Sr. Presidente, quero dar minha palavra em relação à semana das pessoas portadoras de deficiência e com necessidades especiais.

Esta é a sexta semana que o Senado realiza. E digo para todos nós, Senadores e Senadoras, que é um feito de pessoas do Senado, de alguns Senadores e Senadoras preocupados e funcionários e funcionárias dedicados a uma causa que abraçam, a causa das pessoas que têm algum tipo de deficiência, algum tipo de dificuldade, que nós enxergamos, porque, muitas vezes, essas pessoas se enxergam como normais, apenas portando uma síndrome, uma deficiência adquirida ou congênita que as acompanha em determinados momentos da vida ou desde que nasceram, precisando de uma atenção especial da sociedade e do Estado brasileiro.

Esta é a sexta semana. Tenho dialogado com os funcionários. Nesta semana foi realizado, aqui no Senado, um desfile de moda, no Salão Negro, com modelos portadores de deficiência. Serviu para chamar a atenção dos estilistas, das empresas. Lembro que uma sobrinha minha fez sua tese na Escola de Estilismo e Moda, dos Maristas, no Ceará, sobre moda para pessoas portadoras de deficiência. Infelizmente, ela não pode defendê-la, porque veio a falecer no dia da defesa da tese, vítima de um acidente, ainda muito jovem, garota, aos 21 anos de idade. Mas sua tese está lá, vai ser publicada, de toda sorte. E aqui nós realizamos uma semana de moda dos deficientes.

Por que estou fazendo essas referências? Porque alguns funcionários me disseram que esta talvez seja a última. Digo que não será, porque essa programação está inserida para sempre como uma semana no calendário das atividades do Senado Federal. De algum modo, seja com voluntários, seja mediante uma das comissões temáticas do Senado Federal, nós vamos realizar a Semana dos Portadores de Deficiência e daqueles que precisam de uma atenção especial de todos nós e do Estado brasileiro.

É importante que o Senado faça, porque ele chama a atenção para as responsabilidades do Estado. O principal agente de inclusão e de quebra de preconceitos é o Estado. É ele que tem a obrigação primeira de atentar para um largo projeto de inclusão e de quebra de preconceitos.

É assim que eu vejo. Por isso o Senado tem essa grande responsabilidade. Acho que devemos conduzir, manter essa atividade como um grande fórum para chamar a atenção da sociedade, para convocar os Senadores e os Deputados, os legisladores, as organizações não-governamentais e, especialmente,

o Governo central para sua responsabilidade. Muitos podem contribuir, muitos vão-nos ajudar a realizar essa grande atividade do Senado.

O que quero, Sr. Presidente, é estender os votos de reconhecimento, de parabéns aos nossos funcionários, funcionários da Casa, do Senado, sejam os funcionários de carreira, sejam os comissionados que são levados a abraçar esta causa no Senado da República.

Eram esses dois registros, Sr. Presidente, todos de conteúdo social que considero fortíssimos. Um, sobre essa quebra de preconceitos.

Cito, mais uma vez, uma jovem lá do Ceará que já escreveu alguns livros. Ela cita, num dos textos... Entreguei ao Presidente Lula seu livro, e Lula na hora disse: "Pois traga um também para o Romário, outro para o Marcelo Déda e outro para o Lindberg, um Deputado Federal, um Senador eleito e um Governador de Estado, porque todos também têm filhos também portadores de deficiência."

Esse livro é muito interessante, porque ali Mariana diz o seguinte: "Eu sou uma pessoa normal que tem uma síndrome, que é a Síndrome de Down. Mas eu sou normal! Eu posso fazer quase tudo. Para algumas coisas eu preciso da ajuda de outras pessoas, principalmente ajuda para quebrar os preconceitos".

Então, considero que é nossa responsabilidade, responsabilidade de quem tem uma tribuna, de quem tem o poder e de quem tem uma representação do Estado brasileiro.

Eram essas as questões, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registradas neste dia de hoje no Senado da República, para que a gente mantenha vivo o nosso espírito de solidariedade – entre nós, brasileiros e entre nós e aqueles que, na África, dedicaram tanto do seu suor e do seu sangue para construir a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pela ordem, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Senador Inácio Arruda será atendido na forma regimental.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, atentai bem! Depois da tempestade, vem a bonança. Isso está no Livro de Deus.

Todo o Brasil sabe que o Senado da República sofreu grandes turbulências e passou por grandes dificuldades neste biênio 2009-2010, de cuja Mesa Diretora faço parte.

Senador Paulo Paim, vem-me em mente aquele grande líder militar e político francês, um estadista cuja força de estadista talvez tenha sido maior do que a de militar: Napoleão Bonaparte, que teve suas conquistas militares e civis, haja vista que o Código Civil feito por ele é ainda modelo para o Direito Internacional.

Napoleão Bonaparte, Paulo Paim, disse o seguinte. Todo mundo sabe a vida tormentosa. Ele veio “pós” nascimento da República e “pós” grito de liberdade, igualdade e fraternidade. Caíram os reis, tombaram cabeças na guilhotina na França, e assim foi se construindo a democracia.

Mas, Paulo Paim, ele, que teve seu período áureo e tornou, sem dúvida nenhuma, a França majestosa e orgulhosa, ele sucumbiu. Mas, mesmo assim, pelos seus feitos, ele voltou e governou mais 100 dias – os 100 dias de Napoleão.

E o aprisionaram na Ilha na Santa de Helena, e ele, nas suas reflexões, disse o seguinte, Paim, muito oportuno: o francês é tímido, é até preguiçoso. Diz a história que, até para tomar banho, ele não tem esses hábitos como nós, banhos diários, duas vezes, três vezes. Mas, Paulo Paim, ele disse que o francês, com um grande comandante, vale por cem e por mil.

Olha, nós tivemos dificuldades em 2009, o Senado da República, e em 2010. Foi assim como o Mar Vermelho, tumultuoso, mas nós tivemos o grande comandante, o Presidente desta Casa, José Sarney. V. Ex^a sabe disso, pois teve o privilégio de compor chapa com Zé Sarney no início do nosso mandato parlamentar que está terminando, em 2003 e 2004, V. Ex^a.

Mas atravessamos muitas dificuldades, e é gratificante.

Em nome da Mesa Diretora, com muito orgulho, oferecemos um trabalho ao País, ao Congresso: a revista *2009/2010 Biênio da Transparência e da Cidadania*, do Senado Federal, publicada agora pelo nosso Fernando Mesquita, de muita competência.

Então, aqui são relatadas as dificuldades que a Mesa Diretora, liderada pelo Presidente José Sarney, enfrentou. Todos nós sabemos a crise que atravessamos aqui com as tais, vamos dizer, nomeações que diziam serem secretas, com a corrupção que houve, e foram enfrentadas com galhardia pela Mesa Diretora presidida pelo Presidente Sarney.

E bastaria que o Brasil todo conhecesse a síntese desta transparência e da cidadania nestes dois anos. Então, já no fim deste biênio, vamos entregar o Senado fortalecido, moralizado, engrandecido, que garante que a democracia brasileira seja uma das melhores do mundo.

Aliás, na história, isso nós temos que dizer, há obstinação de todos, haja vista que, na nossa Repú-

blica, nós tivemos hiatos de exceção, uma ditadura civil, uma ditadura militar. Mas é porque é difícil a democracia. Na própria França, muitas complicações, a guilhotina funcionou, Napoleão interveio, e tal.

Então, nós vamos avançando, e graças a este Senado da República, que tem, sem dúvida nenhuma, Rui Barbosa como símbolo maior, que saiu daqui perseguido pelo segundo Presidente da República, militar, Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, exilou-se na Inglaterra, em Londres, e, sem dúvida nenhuma, assimilou a grandeza da vida democrática, monárquica, bicameral da Inglaterra e a trouxe ao País. Por isso nós somos um País de república democrática bicameral, também com a experiência do “filhote” da Inglaterra, que são os Estados Unidos, um país presidencialista, democrático, bicameral. E aqui nós avançamos, este Senado da República, que constrói e aprimora a democracia.

A revista, toda bem elaborada, sintetiza o que foram as conquistas do Senado Federal no biênio 2009-2010, que teve como Mesa Diretora: o Presidente José Sarney; o 1º Vice-Presidente Marconi Perillo; a 2º Vice-Presidente Serys Slhessarenko; nas diversas Secretarias: os Senadores Heráclito Fortes, João Vicente, Mão Santa e Patrícia Saboya; os Suplentes de Secretário César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata; o Diretor-Geral, Haroldo Feitosa Tajra; e a Secretaria-Geral da Mesa representada pela inteligência da Claudia Lyra.

Então, nós queremos ler esta síntese, que está bem aqui, no início da revista. É justamente uma das primeiras páginas – “Produção Legislativa” – que traz o artigo que eu sintetizarei (pág. 7): houve a crise do Senado, que nós atravessamos; houve a Copa do Mundo; houve eleições, mas o Senado não parou, Paulo Paim. Além da crise do Senado, houve a crise econômica mundial, e o Senado deu subsídios para orientar o Executivo a atravessar a crise econômica.

Dois anos que apontavam para o comprometimento do trabalho legislativo: 2009, o auge de uma crise política; 2010, a Copa do Mundo e as eleições gerais. Um balanço detalhado das atividades mostra, contudo, que o Senado aprovou matérias importantes para o país no último biênio.

No ano de 2009, quando o mundo atravessava uma grave crise financeira, foram aprovadas, por exemplo, novas regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas judiciais da União, estados, municípios e Distrito Federal; a Política Nacional sobre Mudança do Clima; a regulamentação das atividades de mototaxista, motoboy e motovigia;

o projeto da CPI da Pedofilia, que aumenta o leque de condutas consideradas exploração sexual de crianças e adolescentes; e o projeto que inclui o sequestro relâmpago entre os crimes previstos no Código Penal. Nesse mesmo ano, o Senado também criou a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade.

Já em 2010, destacam-se, entre as propostas aprovadas, a isenção de impostos para materiais escolares, novas regras para a conta de energia, a regulamentação do crédito cooperativo e propostas de novos códigos eleitoral e de processo penal e civil.

Os números do período mostram a dimensão do trabalho realizado. De fevereiro de 2009 a outubro de 2010, a Casa aprovou 3.179 matérias, entre projetos de lei, resoluções, emendas constitucionais, decretos legislativos, medidas provisórias, mensagens, requerimentos e outras.

Em 2009, foram aprovadas 2.160 matérias, entre elas, 21 MPs das 25 editadas. Em 2010, o número de matérias aprovadas chegou a 1.019. Foram 15 MPs analisadas, sendo que 14 foram convertidas em lei e uma perdeu a sua eficácia.

Então, a revista do Senado dá manchete às principais atuações. E, evidentemente, o Paulo Paim tem, sem dúvida alguma, uma participação notável e extraordinária. Aqui nós temos várias fotografias e manchetes da luta de V. Ex^a. Sem dúvida alguma, foi com muita satisfação e orgulho que participei destes dois anos de dificuldades sofridas e enfrentadas, mas oferecemos ao País um cenário renovado, um cenário que seja a força do povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

A Presidência recebeu o **Ofício nº 421, de 2010-CMO**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Waldemir Moka, comunicando o pedido de afastamento do Senador Gim Argello da Relatoria-Geral do Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”, conforme cópia anexa.

Comunica, ainda, a designação da Senadora Ideli Salvatti, como Relatora-Geral do projeto supracitado, conforme cópia do Ofício da Presidência nº 420, de 2010-CMO, em anexo.

Então, nós lemos aqui o pedido de afastamento do Senador Gim Argello da Relatoria-Geral do Projeto de Lei nº 59, de 2010, do Congresso Nacional.

O expediente lido vai à publicação.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios e o documento:

Of. Pres. Nº 421/2010/CMO

Brasília, 9 de dezembro de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: encaminha cópias de carta renúncia do Relator-Geral do Orçamento e Ofício de designação da Senadora Ideli Salvatti

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossa Excelência com o desígnio de comunicar a essa Presidência, o pedido de afastamento do Senador Gim Argello (PTB/DF) da Relatoria-Geral do Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA para 2011), fato sucedido em 7 de dezembro do ano em curso.

Informo, ainda, a designação da Senadora Ideli Salvatti (PT/SC), em substituição ao Parlamentar afastado. Seguem anexas as cópias dos documentos que deram origem às ocorrências objeto da manifestação desta Presidência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Waldemir Moka**, Presidente.

Brasília (DF), 7 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Senhores Membros da Comissão Mista de Orçamento.

Venho a esta Comissão para cumprir meu dever de transparência, lealdade e desprendimento. Em respeito ao Congresso Nacional, aos ilustres parlamentares desta Casa, que me honraram com a escolha para representá-los como relator geral do Orçamento Geral da União ao meu Partido, o PTB, que me confiou esta difícil missão e, especialmente, ao povo do Distrito Federal, decidi, no dia de hoje, após conversas com meus familiares, afastar-me definitivamente da relatoria e da própria Comissão Mista de Orçamento.

Há uma tentativa recorrente de associar esta Comissão a supostas irregularidades na aplicação de verbas públicas. Como parlamentar atento aos meus deveres e obrigações, considero que meu afastamento é uma iniciativa que deve contribuir para não contami-

nar os bons trabalhos que aqui vêm sendo realizados em prol da sociedade.

Da mesma forma evitamos que manobras políticas instalem uma crise artificial no limiar do novo governo. Desta forma espero também contribuir para votação serena responsável da peça orçamentária.

Desde o primeiro momento, adotei todas as providências ao meu alcance no sentido de esclarecer e apurar a verdade. Solicitei formalmente ao Ministério Público Federal, à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União que façam um pente fino nestas emendas a fim de esclarecer, ponto por ponto, todas as dúvidas suscitadas nos últimos dias. Levo comigo a serenidade e a tranqüilidade. Tenho plena consciência de ter elaborado um trabalho isento, legando ao Congresso e à sociedade a certeza de que o primeiro orçamento da Presidenta Dilma Roussef é um documento realista que espelha com clareza os anseios da sociedade.

Agradeço mais uma vez o apoio e confiança do governo federal, desta Comissão, dos líderes partidários, dos meus companheiros de partido e passo, a partir de agora, a ser fiscal diário das investigações das denúncias que, injustamente, envolveram meu nome.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**.

OF. PRES. Nº 420/2010/CMO

Brasília, 7 de dezembro de 2010

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Ideli Salvatti
Senado Federal

Assunto: designação para o cargo de Relatora-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2011.

Senhora Senadora,

Em atendimento ao disposto no art. 16 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de comunicar sua designação para

exercer o cargo de Relatora-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2011 (PLOA para 2011), conforme indicação encaminhada a esta Comissão pelo Senador Aloizio Mercadante, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, por meio do Ofício nº 79/2010 – GLD-BAG, de 7 de dezembro de 2010, em substituição ao Senador Gim Argello.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Waldemir Moka**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, **Ofício nº 278, de 2010**, que passo a ler:

É o seguinte o ofício:

Ofício GSIMAR nº 278-2010

Brasília, 8 de dezembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar sem efeito o Requeiro nº 955/2010-SF, que visava minha participação, no período de 13 a 14 de dezembro deste, da XXVII Sessão Plenário do Parlamento do MERCOSUL, na Cidade de Montevideu, Uruguai, tendo em vista missão política parlamentar superveniente a cumprir em meu Estado.

Receba Vossa Excelência, nesta oportunidade, minhas renovadas manifestações de elevado apreço.
– Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES

Nº 1.651 A 1.652, DE 2010

Sobre as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.*

PARECER Nº 1.651, DE 2010 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador AUGUSTO BOTELHO

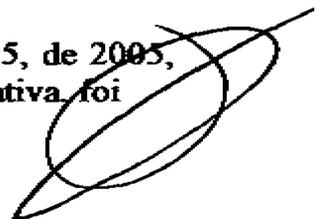
I – RELATÓRIO

A Emenda da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 55, de 2005, consiste na supressão do art. 2º da citada proposição, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Na Câmara, o projeto tramitou sob o nº 3.284, de 2008.

Em sua formulação inicial, o PLS nº 55, de 2005 dispõe, em seu art. 1º, sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ocorrer, anualmente, no dia 30 de novembro. O art. 2º da proposição determina que cabe ao Poder Executivo a adoção das providências para as comemorações. Por fim, o art. 3º determina que a norma resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Inicialmente, a proposição original foi distribuída a esta Comissão de Educação e Cultura e Esporte (CE) e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A CE pronunciou-se pela prejudicialidade da matéria, em razão de o art. 2º estabelecer obrigações para o Poder Executivo, em violação ao art. 61, §1º, II, e, e ao art. 84, VI, a, ambos da Constituição Federal. A CRE, a quem cabia pronunciar-se terminativamente, foi favorável à aprovação do projeto.

Assim sendo, em 16 de abril de 2008, o PLS nº 55, de 2005, foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Naquela Casa legislativa, foi



distribuído à Comissão de Educação, e Cultura e à de Constituição, Justiça e Cidadania. Nesta última, recebeu emenda para suprimir o art. 2º.

Tendo retornado ao Senado Federal, nesta ocasião, compete à CE apreciar a emenda da Câmara dos Deputados.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que disponham sobre datas comemorativas, categoria em que se inclui o PLS nº 55, de 2005 e, em consequência, a emenda da Câmara dos Deputados que sobre ele incidiu.

Entendemos que a supressão do art. 2º da proposição em nada prejudica o conteúdo desta, cujo teor fundamental está inscrito no art. 1º, qual seja, o de instituir a celebração da amizade entre Brasil e Argentina.

III – VOTO

Tendo em vista as considerações feitas neste relatório, somos pela APROVAÇÃO da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2010.



, Presidente



, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer favorável, de autoria do Senador Augusto Botelho, à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2010.



SENADORA FÁTIMA CLEIDE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO ECD Nº 055/05, NA REUNIÃO DE 25/10/2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Cláudia* *SEN. FÁTIMA CLÁUDIA*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- (VAGO)
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
RELATOR <i>[assinatura]</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>
FÁTIMA CLÁUDIA	4- JOSÉ NERY <i>[assinatura]</i>
PAULO PAIM <i>[assinatura]</i>	5- GIM ARGELLO <i>[assinatura]</i>
INÁCIO ARRUDA	6- JOÃO RIBEIRO
ROBERTO CAVALCANTI <i>[assinatura]</i>	7- MARINA SILVA
(VAGO)	

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
(VAGO)	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- (VAGO)

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLONBO	1- JORGE YANAI
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>[assinatura]</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>[assinatura]</i>	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[assinatura]</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>[assinatura]</i>	1- JEFFERSON PRAIA
---------------------------------------	--------------------

PARECER Nº 1.652, DE 2010
(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

RELATORA: Senador PEDRO SIMON

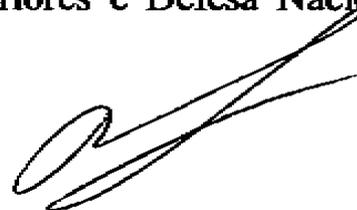
I – RELATÓRIO

A Emenda da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 55, de 2005, consiste na supressão do art. 2º da citada proposição, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Na Câmara, o projeto tramitou sob o nº 3.284, de 2008.

Em sua formulação inicial, o PLS nº 55, de 2005 dispõe, em seu art. 1º, sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ocorrer, anualmente, no dia 30 de novembro. O art. 2º da proposição determina que cabe ao Poder Executivo a adoção das providências para as comemorações. Por fim, o art. 3º determina que a norma resultante entrará em vigor na data de sua publicação. Na Câmara ela recebeu a supracitada emenda que retira o artigo 2º do projeto.

A proposição sob exame – a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005 – foi distribuída a Comissão de Educação e Cultura e Esporte (CE), onde foi designado relator o ilustre Senador Augusto Botelho, que apresentou parecer pela aprovação da matéria, em razão do artigo 2º estabelecer obrigações para o Poder Executivo, em violação ao art. 61, §1º, II, e, e ao art. 84, VI, a, ambos da Constituição Federal..

Posteriormente, a matéria foi encaminhada, em caráter terminativo, a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRE apreciar matérias que tratem de atos e relações internacionais. Nesse sentido incluem-se as proposições que disponham sobre datas comemorativas que sejam correlatas ao tema, categoria em que se inclui o PLS nº 55, de 2005 e, em consequência, a Emenda da Câmara dos Deputados que sobre ele incidiu.

Entendemos que decidiu corretamente a Câmara dos Deputados ao suprimir o art. 2º da proposição. O referido artigo é eivado de inconstitucionalidade, pois invade competência típica de outro Poder da Federação. Com a supressão, o projeto não resta prejudicado, eis que o seu teor fundamental está inscrito no art. 1º, qual seja, o de instituir a celebração da amizade entre Brasil e Argentina.

III – VOTO

Tendo em vista as considerações feitas neste relatório, somos pela **APROVAÇÃO** da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

Sala da Comissão,




, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: ECD Nº 55, DE 2005.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/12/2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR Pedro Simon <i>AD HOC</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
PAULO PAIM (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO
PMDB, PP	
PEDRO SIMON (PMDB) <i>RELATOR</i>	1 - ALMEIDA LIMA (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2 - INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	3 - HÉLIO COSTA (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	4 - VALDIR RAUPP (PMDB)
REGIS FICHTNER (PMDB)	5 - GILVAM BORGES (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - VAGO
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ALFREDO COTA (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

...

II - disponham sobre:

...

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VI - dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

PARECER Nº 1.653, DE 2010

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009, de autoria do Senador Gerson Camata, que regula o exercício da profissão de barista e dá outras providências.

RELATOR: Senador RENATO CASAGRANDE

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009, de autoria da nobre Senador Gerson Camata. A medida regulamenta o exercício da profissão de barista, definindo as atividades desses profissionais, elencando aspectos da arte no preparo artesanal de cafés, fixando as exigências para o exercício profissional, estabelecendo o campo de realizações dessa atividade e exigindo, para o exercício desta profissão, o registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Ao justificar sua iniciativa, o autor define os profissionais da área, as qualificações exigidas e faz um histórico da evolução dessa atividade, que surgiu na Itália, há cerca de 25 anos, e propagou-se mundo afora. Salaria que tais profissionais são conhecedores de todo o processo de produção de café e especializados na preparação de cafés de alta qualidade.

Destaca, também, que esses profissionais têm, hoje, “uma atuação importante na divulgação, junto ao consumidor final, dos cafés de qualidade”. Além disso, registra que “nossos profissionais já têm

reconhecimento mundo afora, com premiações em concursos nacionais e internacionais, além de terem conseguido o respeito dos consumidores e apreciadores do bom café”.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria que se pretende disciplinar – regulamentação da profissão de barista – pertence ao campo do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. A matéria está, também, relacionada entre os temas atribuídos a esta CAS, na forma do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Tampouco identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria, estando, portanto, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. A regulamentação profissional da atividade de barista terá impactos positivos na difusão dos conhecimentos relativos ao preparo artesanal de cafés de alta qualidade. O café, embora já tenha tido o seu ciclo histórico, hoje pode reassumir a sua importância se forem aproveitadas todas as suas possibilidades e potencialidades. Para isso, o conhecimento dos baristas e o domínio que eles têm das técnicas de degustação, torrefação, moagem e modos de preparo do café, podem contribuir muito para a difusão do hábito de consumo do café preparado artesanalmente, com arte.

Trata-se de uma evolução inevitável e a legislação deve colaborar para o reconhecimento do valor profissional dos baristas para que, no futuro, o acesso ao café de alta qualidade seja difundido, com impactos positivos no turismo e na qualidade de vida daqueles que o degustam, quase com reverência ritual, muitas vezes, em diversas ocasiões do dia.

Em última instância, a atividade do barista terá também impactos positivos na própria produção de café, na medida em que os cafeicultores procurarão melhorar a qualidade de seu produto, seguindo as orientações dos baristas e as demandas dos consumidores pela bebida de alta qualidade. Evoluindo nessa direção será possível colocar no mercado internacional variedades sempre mais competitivas e vender, de certa forma, nossa arte na preparação de café.

Gostaríamos, entretanto, de deixar claro, no texto da proposta, que a regulamentação dessa atividade especializada, nivelada à arte, não imponha restrições ao trabalho de garçons e atendentes em restaurantes, bares, lanchonetes e similares que servem, conforme a tradição e os costumes, o cafezinho como complemento para os demais serviços e produtos ofertados. Por essa razão, estamos apresentando uma emenda.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 206, 2009:

“Art. 1º.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica aos empregados em restaurantes, bares, lanchonetes e similares não especializados na oferta de bebidas preparadas à base de café de alta qualidade e que servem café como complemento de outros serviços ou produtos alimentícios.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2010

Senadora ROSALBA CIARLINI
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 8/12/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI *Rosalba*

RELATORIA: Senador Renato Casagrande

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

(vago)

1- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) *Atalaia*AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO) *Augusto Botelho*

2- CÉSAR BORGES (PR)

PAULO PAIM (PT)

3- EDUARDO SUPLICY (PT) *Eduardo Suplicy*

MARCELO CRIVELLA (PRB)

4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)

FÁTIMA CLEIDE (PT) *Fátima Cleide*

5- IDELI SALVATTI (PT)

ROBERTO CAVALCANTI (PRB) *Roberto Cavalcanti*

6- (vago)

RENATO CASAGRANDE (PSB) *RELATOR* *Renato Casagrande*7- JOSÉ NERY (PSOL) *Jose Nery*

MAIORIA (PMDB e PP)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)

1- VALTER PEREIRA (PMDB)

GILVAM BORGES (PMDB)

2- ROMERO JUCÁ (PMDB)

REGIS FICHTNER (PMDB)

3- VALDIR RAUPP (PMDB)

(vago)

4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)

MÃO SANTA (PSC)

5- GERSON CAMATA (PMDB) *Autol*

BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)

DELMIR SANTANA (DEM)

1- HERÁCLITO FORTES (DEM)

ROSALBA CIARLINI (DEM) *PRESIDENTE*

2- JAYME CAMPOS (DEM)

EFRAIM MORAIS (DEM)

3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

RAIMUNDO COLOMBO (DEM)

4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)

FLÁVIO ARNS (PSDB) *Flávio Arns*

5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)

EDUARDO AZEREDO (PSDB) *Eduardo Azeredo*

6- MARISA SERRANO (PSDB)

PAPALÉO PAES (PSDB) *Papaléo Paes*

7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)

PTB

MOZARILDO CAVALCANTI *Mozarildo Cavalcanti*

1- GIM ARGELLO

PDT

JOÃO DURVAL

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009

COLOCÁREIS				SUBSTITUÍREIS					
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1-ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			
AUGUSTO BÓTELHO (SPARTIDO)	X				2- CÉSAR BORGES (PR)	X			
PAULO PAIM (PT)					3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)					4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	X				6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB) <i>Rolleston</i>	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)	X			
PMDB, PP					PMDB, PP				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1- VALTER PEREIRA (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCA (PMDB)				
RÉGIS FICHTNER (PMDB)					3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)					5- GERSON CAMATA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERACLITO FORTES (DEM)	X			
ROSALBA CIARLINI (DEM)	<i>Presidente</i>				2- JAYME CAMPOS (DEM)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLAVIO ARNS (PSDB)	X				5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- MARISA SERRANO (PSDB)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- GIM ARGELLO				
PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 08/12/2010.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RIST)

Rosalba Ciarlina
 Senadora ROSALBA CIARLINI - DEM
 PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO *Emenda nº J-CAS Projeto de Lei do Senador nº 206, de 2009*

DITADORES			SUPLENTE					
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
				1- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
X				2- CÉSAR BORGES (PR)	X			
				3- EDUARDO SUPPLY (PT)				
X				4- INACIO ARRUDA (PCdoB)				
X				5- IDELI SALVATI (PT)				
X				6- (vago)				
				7- JOSÉ NERY (PSOL)	X			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PMDB, PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
				1- VALTER PEREIRA (PMDB)				
				2- ROMERO JUCA (PMDB)				
				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
				4- CARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
				5- GERSON CAMATA (PMDB)				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
				1- HERÁCLITO FORTES (DEM)	X			
				2- JAYME CAMPOS (DEM)				
				3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
				4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
X				5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
X				6- MARISA SERRANO (PSDB)				
X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
X				1- GIM ARGELLO				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: = ABSTENÇÃO: = AUTOR: = PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 12 / 2010.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 121, § 8º - RISF)

Rosalba Ciarlina
Senadora ROSALBA CIARLINI - DEM
PRESIDENTE

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2009

Regula o exercício da profissão de barista e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de barista, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica aos empregados em restaurantes, bares, lanchonetes e similares não especializados na oferta de bebidas preparadas à base de café de alta qualidade e que servem café como complemento de outros serviços ou produtos alimentícios.

Art. 2º Considera-se barista, para efeito desta Lei, o profissional responsável pela impressão da arte no preparo artesanal de cafés de alta qualidade.

§ 1º Entende-se como arte no preparo artesanal de cafés de alta qualidade:

I – o amplo conhecimento sobre a história e cultura do café, com visão sistêmica da cadeia agroindustrial que ele representa;

II – o domínio das técnicas de degustação, torrefação, moagem e modos de preparo do café.

§ 2º Entende-se como preparo artesanal de cafés de alta qualidade:

I – a extração do café na forma de “espresso”, percolação, filtragem, prensagem ou pressão;

II – a preparação de bebidas à base de café contendo leite vaporizado, envolvendo o domínio da técnica de “latte arte”, que é a arte de desenhar sobre ou com a espuma do leite vaporizado;

III – a produção de bebidas à base de café na forma de drinques, contendo ou não bebidas alcoólicas, frutas ou qualquer outro tipo de ingrediente legalmente regulamentado e aceito no Brasil por meio de sua legislação sanitária.

Art. 3º O exercício da profissão de barista compete exclusivamente:

I – aos portadores de comprovante de habilitação em cursos oficiais ou reconhecidos, ministrados por instituições públicas ou privadas;

II – aos portadores de comprovante de habilitação em cursos regulares ministrados por escola estrangeira, devidamente revalidado no Brasil;

III – àqueles que comprovem estar exercendo efetivamente a profissão, à data da publicação desta lei, há pelo menos dois anos.

Art. 4º A atividade profissional do barista efetiva-se no seguinte campo de realizações:

I – organização da carta de cafês;

II – seleção de ingredientes e fornecedores necessários para o serviço do café;

III – orientação da estocagem das matérias-primas, de acordo com os critérios propostos pelas normas do Ministério da Saúde;

IV – preparo dos cafês, de acordo com o que dispõe o art. 2º;

V – execução do serviço do café aos consumidores;

VI – promoção do consumo no ponto de venda especializado, formando a opinião de consumidores, por meio da difusão da cultura cafeeira;

VII – colaboração com a comercialização de produtos no ponto de venda;

VIII – organização e limpeza do espaço de trabalho.

Art. 5º O exercício da profissão de barista depende de registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2010


Senadora ROSALBA CIARLINA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO IV****Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****DO PODER LEGISLATIVO****Seção II****DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Of. nº 147/10 _ Pres/CAS

Brasília, 8 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, com a Emenda nº 1-CAS, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009, que “Regula o exercício da profissão de barista e dá outras providências”, de autoria do Senador Gerson Camata.

Atenciosamente,


Senadora ROSALBA CARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 1.654, DE 2010

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.

RELATOR: Senador PAPALÉO PAES

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 43, de 2006, do Senador Valdir Raupp. Este projeto acrescenta, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o art. 373-B, que dispõe sobre a estabilidade provisória da gestante.

Apresentada em 8 de março de 2006, à matéria não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação das proposições referentes ao Direito do Trabalho, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Além disso, ao Congresso Nacional compete a apreciação de proposição atinente às relações de trabalho, nos termos dos arts. 22, I, e 48,

caput, da Constituição Federal. Não há, portanto, problemas quanto à competência desta Casa e desta Comissão para a apreciação do projeto.

Há, no entanto, em sua atual redação, insuperável óbice de natureza constitucional a impedir a aprovação do projeto.

A proposição, como dissemos, acrescenta o art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho. Esse dispositivo dispõe sobre a proibição de dispensa sem justa causa da empregada gestante, do momento da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

O parágrafo único do dispositivo proposto estabelece que, quando a confirmação ou início da gravidez ocorrer em período de aviso prévio, mesmo indenizado, será devida a reintegração, com a devolução dos valores rescisórios pagos.

Sustenta o autor que busca solucionar situação que foi definida pela jurisprudência, dispensando, dessa forma, o recurso à Justiça do Trabalho e a conseqüente delonga associada ao processamento, até o julgamento definitivo, das reclamações trabalhistas.

Não obstante o inegável mérito da proposição, temos que sua aprovação, tal como foi apresentada, é impossível.

Os dispositivos constitucionais citados na própria justificação, os artigos 7º, I, do texto da carta e 10, II, *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são expressos ao dispor que as hipóteses de proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa – entre as quais a proteção ao trabalho da gestante – deverão ser regulamentadas por meio de lei complementar.

Ora, o PLS nº 43, de 2006, é um projeto de lei ordinária que, por seu turno, modifica outra lei ordinária, a CLT. Evidente, portanto, sua impropriedade em face do texto constitucional.

Quanto, propriamente, ao mérito da questão, a proposição se destina a sanar uma lacuna legislativa que, efetivamente, merece a atenção do legislador.

A redação do texto constitucional, com efeito, é sucinta e não determina mais que a duração integral da estabilidade da gestante. Naturalmente, não poderia ser de outra forma, eis que a Constituição não se presta a regulamentar minuciosamente suas determinações, mas se limita a fixar, em linhas gerais, o que será esmiuçado na legislação complementar ou ordinária.

Ora, a necessária generalidade do texto constitucional deixa margem a questões interpretativas quanto aos limites temporais e à forma de aplicação da estabilidade da gestante. Essas questões foram, ao longo dos mais de vinte anos desde a promulgação da Constituição, sanadas jurisprudencialmente.

Tem razão, contudo, o autor, ao apontar que a inexistência de uma regulamentação legal detalhada gera um custo social, em razão da inevitável demora na prestação jurisdicional para o reconhecimento do direito.

Ainda que, no mérito, a proposição seja justa, sua aprovação, na forma original, é impossível pelas razões que apontamos.

Assim, a fim de preservar o seu conteúdo, optamos por sanar os vícios formais apontados, apresentando substitutivo pelo qual, mantendo integralmente seu conteúdo, corrigimos sua forma e requeremos sua reatuação.

III – VOTO

Do exposto, votamos pelo envio da matéria à Mesa do Senado Federal para que se proceda a sua reatuação como projeto de lei complementar e por sua aprovação na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 - CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2006 - COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a

gravidez no período de aviso prévio, e sobre a restituição dos valores pagos pela rescisão do contrato de trabalho.

Art. 1º É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Art. 2º Quando a confirmação ou o início da gravidez ocorrer durante o período de aviso prévio, indenizado ou não, a empregada será reintegrada, a partir da notificação do fato ao empregador, e os valores eventualmente recebidos a título de indenização serão descontados em parcelas mensais não superiores a trinta por cento do salário líquido percebido.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2010.

Senadora ROSALBA CIARLI
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relator

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Projeto de lei do Senado nº 43, de 2000 (Substitutivo)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/12/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	
RELATORIA: Senador Papaléo Paes	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(vago)	1- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio</i>
AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLYCY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL) <i>Aguedo</i>
MAIORIA (PMDB e PP)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- VALTER PEREIRA (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
REGIS FICHTNER (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir</i>
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- GERSON CAMATA (PMDB) <i>Gerson</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>presidente</i>	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB) <i>Flávio</i>	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB) <i>relator Papaléo Paes</i>	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTE	1- GIM ARGELLO
PDT	
JOÃO DURVAL <i>João Durval</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO II****Dos Direitos e Garantias Fundamentais****CAPÍTULO II****DOS DIREITOS SOCIAIS**

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 147, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 147/10-PRES/CAS

Brasília, 8 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, com a Emenda nº 1-CAS, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009, que “Regula o exercício da profissão de barista e dá outras providências”, de autoria do Senador Gerson Camata.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**,
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 147, de 2010**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de

recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.654, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a Comissão de Assuntos Sociais concluiu tratar-se de matéria sujeita a lei complementar.

Por essa razão, a Presidência determina a reautuação da matéria como projeto de lei complementar e a republicação dos avulsos. Em consequência, o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, agora complementar, deixa de ter caráter terminativo na comissão.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

É o seguinte o projeto:

**(*) PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2006
(Complementar)**

Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 373-B:

“Art. 373-B. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Parágrafo único. Quando a confirmação ou o início da gravidez ocorrer durante o período de aviso prévio, indenizado ou não, a empregada será reintegrada, a partir da notificação do fato ao empregador, e os valores eventualmente recebidos a título de indenização serão descontados em parcelas mensais não superiores a trinta por cento do salário líquido percebido.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Republicado em virtude da reautuação como projeto de Lei, complementar, nos termos do Parecer nº 1.654, de 2010- CAS.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, na alínea *b*, inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vedou a dispensa arbitrária ou sem justa causa das empregadas gestantes, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Trata-se de uma norma que, mais do que proteger as gestantes, pretende assegurar um período de tranqüilidade para a trabalhadora, com reflexos na saúde do nascituro e na harmonia da convivência familiar, necessária para o pleno desenvolvimento do feto.

Algumas questões, entretanto, não ficam claramente definidas à luz do texto constitucional. É o caso, por exemplo, da gestante que vê confirmada sua gravidez quando já foi dispensada injustificadamente e está cumprindo o prazo de aviso prévio ou recebeu indenização pelo período correspondente a esse prazo. A jurisprudência não é tranqüila e os tribunais precisam decidir, diante de casos concretos, se a trabalhadora tem direito ou não a essa garantia de emprego, com reintegração ou indenização.

Nossa proposição pretende sanar eventuais dúvidas sobre o tema. Nesse sentido, estamos propondo a inclusão de norma no texto celetista que traga expressa previsão no sentido de que a empregada gestante, que tiver confirmada a sua gestação no período de aviso prévio em cumprimento ou no período projetado em função da indenização recebida, seja reintegrada à sua relação de emprego. Nessa hipótese, ela possivelmente terá recebido parcelas indenizatórias que, em nosso entendimento, podem ser devolvidas parceladamente, mediante deduções no salários, não superior a trinta por cento dos valores recebidos.

Com isso pretendemos evitar prolongadas discussões judiciais, com soluções tardias, em prejuízo dos efeitos positivos objetivados pela legislação vigente. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares, durante a tramitação da matéria. Façamos justiça para com as empregadas gestantes que podem não usufruir de um direito fundamental por uma questão apenas de dias.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006.

Senador VALDIR RAUPP

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I - fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, "caput" e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

§ 1º - Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

§ 2º - Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

§ 3º - Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

DECRETO-LEI N. 5.452 - DE 1 DE MAIO DE 1963

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

decreta:

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008** (nº 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que *dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados,

a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001-Complementar (nº 352/2002-Complementar, naquela Casa), do Senador Lúcio Alcântara, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências*.

É a seguinte a Emenda:

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2001-COMPLEMENTAR

(Nº 352/2002-COMPLEMENTAR, NAQUELA CASA)

que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.

EMENDA

Inclua-se no art. 1º do projeto a seguinte alteração ao art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996:

"Art. 33.

I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2020;

II -

d) a partir de 1º de janeiro de 2020 nas demais hipóteses;

IV -

c) a partir de 1º de janeiro de 2020 nas demais hipóteses. (NR)

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)

Art. 33. Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

~~I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2000; (Redação dada pela LCP nº 92, de 23.12.1997)~~

~~I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2003; (Redação dada pela LCP nº 99, de 20.12.1999)~~

~~I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2007; (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002)~~

I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2011; (Redação dada pela Lcp nº 122, de 2006)

II - a energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento dará direito de crédito a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor;

II - somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento: (Redação dada pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

b) quando consumida no processo de industrialização; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

~~d) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)~~

~~d) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses; (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002)~~

d) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses; (Redação dada pela Lcp nº 122, de 2006)

III - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor.

IV - somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento: (Inciso incluído pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza; (Alinea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e(Alinea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)

~~e) a partir do 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses. (Alinea incluída pela LCP nº 102, de 11.7.2000)~~

~~e) a partir do 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses. (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002)~~

c) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses. (Redação dada pela Lcp nº 122, de 2006)

PROJETO DE LEI ORIGINAL APROVADO PELO SENADO E ENVIADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 3º A incidência do imposto sobre energia elétrica alcança todas as etapas, desde a produção ou importação até a sua destinação final, tais como a transmissão, a distribuição, a conexão, a conversão e a comercialização.” (NR)

“Art. 9º

§ 1º

II – às empresas de geração, importação, transmissão, distribuição, ou comercialização de energia elétrica, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a sua destinação final, sendo seu cálculo efetuado sobre o valor total cobrado do adquirente, nele computados todos os encargos, tais como os de geração, importação, conexão, conversão, transmissão e distribuição, assegurado seu recolhimento ao Estado de localização do destinatário final.

.....” (NR)
 “Art. 13.

VIII – na hipótese do inciso XII do art. 12, o valor:

- a) da operação de que decorrer a entrada de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo;
- b) total cobrado do adquirente, nele computados todos os encargos, tais como os de geração, importação, conexão, conversão, transmissão e distribuição, em relação à entrada de energia elétrica;

.....
 § 1º

.....
 II -

c) todos os encargos cobrados do adquirente, no fornecimento da energia elétrica, tais como os de geração, importação, conexão, conversão, transmissão, distribuição e comercialização, mesmo que devidos a terceiros.

.....” (NR)
 Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 06 de dezembro de 2002



Senador Ramez Tebet
 Presidente do Senado Federal

Senado Federal, 06 de dezembro de 2002.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001-Complementar, que acaba de ser lida, será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – “*Nos termos regimentais, indico a Senadora Serys Slhessarenko, como membro suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em substituição à Senadora Ideli Salvatti, na vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.*

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex^a protestos de estima e consideração.

Senador Aloizio Mercadante

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Exm^o Sr. José Sarney.”

Faça-se a substituição solicitada.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Ofício nº 79-A/2010-GLDBAG

Brasília, 9 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Sarys Slhessarenko como membro suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em substituição à Senadora Ideli Salvatti na vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 140, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

OF. nº 140/2010-PRES/CAS

Brasília, 8 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2010, que “Fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Odontologia”, de autoria do Senador Flávio Arns.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos

termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao Ofício nº 140, de 2010, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 141 e 145, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivos, respectivamente, aos Projetos de Lei do Senado nºs 312, de 2005; e 580, de 2007.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 141/2010-PRES/CAS

Brasília, 8 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Comunico, a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, dos exames para diagnósticos de anormalidades no metabolismo de recém-nascido”, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OF. Nº 145/2010-PRES/CAS

Brasília, 8 de dezembro de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único a Emenda nº 1-CRA-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007, que “Acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre manutenção da condição de segurado especial, independentemente do exercício eventual de outras atividades e dá outras providências”, de autoria do Senador Neuto de Conto.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos

termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**,
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com referência aos Ofícios nºs 141 e 145, de 2010, a Presidência comunica ao Plenário que às matérias poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 966, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento da escritora Enny Guimarães de Paula, aos 90 anos, no sábado, 27 de novembro, em Belo Horizonte.

Justificação

Enny Guimarães de Paula, ou simplesmente Dona Enny, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 26-2-1920, filha de Carlota Moreira Guimarães e João Lima Guimarães.

Fez-se professora, pela Escola Normal Oficial de Curvelo, para onde se mudou aos sete anos. Cursos Secretariado e Auxiliar de Contabilidade. Casou-se com Evaristo Soares de Paula, criador de gado Gir, marca Eva, que com sua grande perspicácia e determinação, viria a ser um padrão de qualidade e uma referência de criadores do gado indiano no País, até hoje reverenciada. Evaristo de Paula foi Secretário de Agricultura de Minas Gerais durante o governo de Israel Pinheiro e reconhecido líder ruralista.

Dona Enny trabalhou na Prefeitura de Curvelo como secretária e, interinamente, como contadora, na gestão de Viriato Mascarenhas Gonzaga.

Católica e humanista exerceu o apostolado nas instituições religiosas da cidade. Foi uma das fundadoras e presidente, durante onze anos, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância Desamparada de Curvelo. Também, uma das fundadoras e presidente, por onze anos, do Centro da Amizade da 3ª Idade de Curvelo – CATIC.

Agraciada foi com vários títulos, entre eles: “Cidadã Hororária de Curvelo” e “Mulher de Expressão”, Presidente de Honra da CATIC e da Associação Mineira dos Criadores de Gir – AMCGIR, também recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Legislativo Municipal – Grau Mérito Especial – em 2003.

Foi uma das “Notáveis do Ano” do Centro Norte de Minas, como “Escritora”, Curvelo/MG, em 2007. Mereceu homenagem especial por sua atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico e cultural do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina/MG, em 2008.

E foi uma das fundadoras da Academia Familiar de Letras João Guimarães Rosa – AFAL, da qual foi presidente, desde sua fundação, formada por 16 primos do escritor, além de Vilma, filha dele.

Acadêmica Benemérita da Academia Feminina Mineira de Letras – AFEMIL, sócia da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – SOBAMES, e acadêmica da Academia Curvelana de Letras, desde 2007, em 2002, ganhou homenagem especial no Encontro de Arte e Cultura ao pé da “Pirâmide do Sertão”, em Morro da Garça/MG.

Recebeu o primeiro lugar no “Concurso Minas do Ouro”, categoria prosa, do XXIII Congresso Nacional da Sobrames, realizado em Ouro Preto/MG, em junho de 2010.

Escritora, é autora de Desabafo de Uma Alma (Curvelo: Edição da autora, 1990); Minhas Primeiras Receitas (Curvelo: Edição da autora, 1994); A Rua Direita (peça de teatro encenada em Curvelo, em 2001); Evaristo (Brasília: Editora Gráfica Brasil, 2007) e Ave, João (Brasília: Editora Gráfica Brasil, 2010).

Era mãe do ilustre deputado federal mineiro, Virgílio Guimarães.

Prima de João Guimarães Rosa, ela era uma das poucas especialistas em literatura roseana e também no que se refere à biografia do grande escritor mineiro.

Foi bastante ligada aos assuntos da educação e da cultura do município de Cordisburgo, terra de Guimarães Rosa, e de toda a região central de Minas Gerais.

Os amigos descreviam Dona Enny como “mãe, esposa, acadêmica, escritora dinâmica, que não demonstra a idade que tem”. Tanto, que sua última obra “Ave, João” foi lançada no último agosto, quando a escritora já havia alcançado os 90 anos.

Em “Ave João” ela relata que menino, João criava suas histórias e as publicava em jornaizinhos feitos à mão, em papel de embrulho da loja do pai. “Toda a composição era dele: os textos e as ilustrações, a seção humorística, o editorial, as notícias, contos, crítica. Ele era o redator-único e o diretor-responsável”, conta a prima. Certa vez, o garoto fez a caricatura de Chiquinho, tio de sua avó materna. “Tio Chiquinho achou graça e tornaram-se ainda mais amigos”, revela Enny. Aos 10, já morando em Belo Horizonte, o menino se apaixonou pelos clássicos. Com os 2 mil réis da semana, comprava salgadinhos e soda limonada, passava os domingos na biblioteca pública.

Tempos depois, homem feito, Guimarães Rosa costumava mandar seus novos livros aos tios, com dedicatórias carinhosas. Tia Carlota, mãe de Enny, recebeu o seu Corpo de baile. Deu uma espiada em “Miguilim”, estranhou as novidades linguísticas, “E a senhora, tia, leu ao menos um pouquinho? Gostou?”, perguntou ele. “Ainda não tive tempo, mas do pouco que li, não entendi nada. Você escreveu em latim”, ela respondeu.

Não por acaso, João Guimarães Rosa é o nome dado ao trecho da rodovia BR-135, que vai de Curvelo a Pirapora, em projeto de minha autoria, exatamente a região consagrada pelo autor em Grande Sertão Veredas, e sempre defendida e enaltecida por Dona Enny.

Em 29 de novembro de 2010, foi empossada, *in memoriam*, como Acadêmica da Academia Feminina Mineira de Letras – AFEMIL, em cerimônia que lhe prestou homenagem póstuma.

Dona Enny era viúva de Evaristo Soares de Paula e do casal vieram oito filhos Leny, Evaristo Antônio, Lenita (falecida), Rogério, Virgílio, Lenice, Evandro, Maria Regina, 24 netos e 14 bisnetos.

Sala das Sessões, de dezembro de 2010. – **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, remetido ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 967, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista trazer a esta Casa informações oficiais sobre os registros do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro do Trabalho e Emprego, o seguinte questionamento:

As ações descritas no Aviso nº 36 de 2010 (aviso nº 98/2010 na origem) foram implementadas apenas pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou houve terceirização através de Organizações Não-Governamentais?

Caso tenha ocorrido a terceirização, solicito a nomeação de todas as entidades envolvidas nas ações do PNPE.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2010. – Senador **Papaléo Paes.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

(*)REQUERIMENTO Nº 968, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008, que “Altera o art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o trabalho noturno, em conformidade ao disposto no inciso IX do art. 7º da Constituição Federal”, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Sala das Sessões, – Senador **Roberto Cavalcanti.**

(*) Republicado para correção da data de publicação.

(*)REQUERIMENTO Nº 969, DE 2010-PLEN

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 279, combinado com inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 112/2009, que modifica a redação do art. 487 e do art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, seja também analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Sala das Sessões, – Senador **Gilberto Goellner.**

(*) Republicado para correção da data de publicação.

(*) REQUERIMENTO Nº 970, DE 2010

Requeiro, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea “c”, item 12 que o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2010, que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista e dá outras providências”, seja submetido também à apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Zambiasi**

(*) Republicado para correção da data de publicação.

REQUERIMENTO Nº 971, DE 2010

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2003, que “Dispõe sobre o cômputo, para fins de pagamento de indenização por dispensa sem justa causa, dos complementos de atualização monetária, das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mencionados

na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, bem assim os decorrentes de decisão judicial”, seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Roberto Cavalcanti**.

(*) Republicado para correção da data de publicação.

REQUERIMENTO Nº 972, DE 2010

Requer a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLC nº 28 de 2010.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, que “Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências”, além da Comissão constante do despacho inicial da distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, – Senador **Osmar Dias**.

REQUERIMENTO Nº 973, DE 2010

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, que “altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências”, seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB.

REQUERIMENTO Nº 974, DE 2010

Requeiro nos termos do item 12, da alínea c, do art. 255 do RISF, que o projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2010, que altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências, seja remetido à Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, além da constante de seu despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Valter Pereira**.

REQUERIMENTO Nº 975, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, que altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe so-

bre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências, seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), para que esta se pronuncie sobre a matéria.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2010. – Senador **Flávio Arns**.

REQUERIMENTO Nº 976, DE 2010

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado n.º 315 de 2008, que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados, e que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 316 de 2008, que altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, e com o Projeto de Lei n.º 420 de 2005, que proíbe o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional, sejam apreciados também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, por tratarem de tema do âmbito da comissão.

Justificação

Considerando a abrangência das proposições em tela, é mister ressaltar a relação de causa e efeito sobre a atividade da indústria de hospitalidade.

Isto porque os projetos ora em comento visam instituir o banimento total ou a restrição ao uso de produtos fumígenos em ambientes coletivos, quando bem sabido que a indústria hoteleira vê-se obrigada à adaptação imediata de sua estrutura de atendimento, visando consonância com a legislação vigente.

Cumprido destacar a importância econômica e estrutural de tal medida para o turismo, bem como para os hotéis, restaurantes, bares, etc.

Assim sendo, e, tendo em vista estudos que comprovam a redução de faturamento e de clientes do setor, entendo que é de fundamental importância avaliar o conteúdo das proposições em questão e o impacto para o turismo e a indústria hoteleira.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

AVISO Nº 91, DE 2010

Aviso nº 2.024-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 10 de novembro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.472, de 21-7-2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.794/2009-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 10-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.**AVISO Nº 92, DE 2010**

Aviso nº 2.026-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 10 de novembro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 2.035, de 24-9-2009, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 022.739/2009-3, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 10-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.**AVISO Nº 93, DE 2010**

Aviso nº 2.047 – Seses-TCU-Plenário

Brasília – DF, 10 de novembro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.509, 15-7-2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.792/2009-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 10-

11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.**AVISO Nº 94, DE 2010**

Aviso nº 2.049 – Seses-TCU-Plenário

Brasília, 10 de novembro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.493, de 21-9-2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.776/2009-1, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 10-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.**AVISO Nº 95, DE 2010**

Aviso nº 2.107-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 17 de novembro de 2010

A Sua Excelência, o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 2.791, de 1º-12-2009, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 028.328/2009-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 17-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Avisos nºs 91 a 95, de 2010**, apensados aos processados das respectivas Resoluções nºs 11, 27, 15, 20 e 38, de 2009, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 96, de 2010** (nº 2.159/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.160/2010-TCU, bem como do respectivo Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 43/2009 (TC 029.586/2009-4).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 96, DE 2010

Aviso nº 2.159 – Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 24 de novembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 3.092/SF, de 18-12-2009, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 029.586/2009-4, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 24-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 2.069, de 2010**, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.730/2010, proferido nos autos do TC 007.671/2010-5, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 182, de 2010, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 312, DE 2010**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o princípio da insignificância e como exclusão de tipicidade a conduta incapaz de ofender bem jurídico tutelado pela lei penal.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigor acrescido dos seguintes artigos 22-A e 23-A:

“Exclusão de Tipicidade

Art. 22-A Salvo os casos de reincidência, ameaça ou coação, não há crime quando o agente pratica fato cuja lesividade é insignificante.” (NR)

“Atipicidade em Razão da Insignificância da Conduta

Art. 23-A É atípica a conduta incapaz de ofender bem jurídico tutelado pela lei penal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Para uma ação humana ser um crime, é necessária a presença de todos os seus elementos constitutivos, o que implica a incidência a uma descrição delituosa contida na lei penal, a tipicidade. Entretanto, para ocorrer efetiva tipicidade, a conduta humana deve, também, ser materialmente ofensiva ou perigosa ao bem jurídico tutelado, ou ética e socialmente reprovável. Portanto, não basta a subsunção do comportamento a uma norma incriminadora. Ações toleradas pela coletividade ou causadoras de danos desprezíveis ao bem protegido não se abrangem pelo tipo legal do crime.

Assim, o aplicador da lei ao analisar o caso concreto, observará se a ação acarretou, ou não, qualquer dano, seja social, seja juridicamente, e com isso, não julgará o fato, tendo em vista sua “insignificância”, sendo, portanto, o presente fato hipotético, um crime de bagatela, como denominou a doutrina e a jurisprudência.

É importante frisar que crime de bagatela não é sinônimo do princípio da insignificância, mas a junção deste com o princípio da irrelevância do fato. Destarte, ocorre o crime de bagatela quando por consequência da ação irrelevante de determinada pessoa (princípio da irrelevância do fato), não há qualquer lesão à sociedade, ao ordenamento jurídico ou à própria vítima (princípio da insignificância).

Ocorre que existe uma corrente doutrinária e jurisprudencial, notadamente de promotores e juizes monocráticos, que não reconhece a insignificância como excludente da tipicidade penal. É uma corrente conservadora, que resiste em acatar os novos rumos do Direito Penal moderno. Seu argumento baseia-se na lei penal não fazer referência à quantidade de lesão necessária para configurar-se um delito. Não seria possível auferir o que é, realmente, insignificante, medindo o valor do bem para dar-lhe proteção jurídica. Logo, o princípio iria esvaziar o Direito Penal. É uma concepção clássica, ultrapassada, na medida em que considera apenas a tipicidade formal de uma conduta para qualificá-la de delituosa, além de não enxergar além da prescrição da norma penal.

Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) tende a inocentar quem pratica furtos de bens de valor ínfimo. Para fundamentar a decisão, os Mi-

nistros do STF se baseiam, justamente, no doutrinário princípio da insignificância, que diz que o Estado deve se preocupar com crimes que têm potencial de efetivamente causar lesão à sociedade.

Recente reportagem da revista Retratos do Brasil, “quanto vale a liberdade?” (de Ricardo Viel, retrato do Brasil nº 40, novembro de 2010), nos informa o seguinte: “levantamento realizado pelo STF a pedido de Retrato do Brasil revela que os ministros do STF julgaram em 2009 um total de 147 *habeas corpus* em que o princípio da insignificância foi argumentado. (...) No ano passado, 45 pessoas foram postas em liberdade pelos ministros com base no princípio da insignificância. No entanto, as instâncias inferiores ao Tribunal (o STJ em menor medida) resistem, em sua maioria, a aplicar a mesma jurisprudência. Para o juiz e professor de direito Marcelo Semer, a negativa dos magistrados e desembargadores em seguir o posicionamento do STF está relacionada ao modo como a lei é ensinada no Brasil”.

Portanto, são os Tribunais superiores brasileiros que adotam tal princípio e findam por inocentar os indivíduos enquadrados nos crimes de bagatela. Vejamos alguns exemplos do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(a) Quando concedeu *habeas corpus* a um indivíduo acusado de cometer dano qualificado, pela destruição de uma lâmpada em prédio público. Considerou-se o ínfimo valor de R\$ 0,30 representado pelo objeto lesionado (STJ, HC 10971 / MS, 6ª turma, j. 07/12/1999).

(b) Uma acusação de furto qualificado, de um botijão de gás, com sua apreensão e devolução imediata, foi considerada improcedente. Houve a absolvição do indivíduo, baseada na ausência de prejuízo causado, considerando o delito como crime de bagatela (STJ, RHC 9359 / SP, 5ª turma, j. 16/12/1999).

(c) Um caso, amplamente divulgado pela mídia, de decisão do STJ a favor da exclusão de tipicidade com base na insignificância, foi de um furto de quatro minhocas, denunciado por uma promotora pública, em Minas Gerais. A decisão baseou-se na conduta dos acusados não ter poder lesivo suficiente para atingir o bem tutelado pela Lei de crimes contra a fauna, sendo a imposição de uma penalidade mais gravosa do que o dano provocado pelo ato delituoso (RIBEIRO, Rodrigo Mendes Pinto. *Princípio da Insignificância: Porque refletir é preciso*, <http://www.infojus.com.br/area6/rodrigomendes2.htm>, 08 de maio de 2000.).

Desta feita, a presença desse debate nos Tribunais superiores contribui para a demora processual e a sobrecarga de recursos.

Aliás, a grande questão – e é aqui que reside o mérito social deste projeto – é que como muitas vezes é apenas nos Tribunais Superiores que a liberdade é concedida, os indivíduos acusados cumpriram, antes da condenação final, uma pena que muitas vezes sequer lhes cabia.

O Direito deve estar, no entanto, aberto a inovações que aperfeiçoem a sua aplicação. Conseqüentemente, busca este Projeto inserir dois dispositivos no Código Penal, a saber, arts. 22-A e 23-A, de modo a introduzir o princípio da insignificância e para que seja considerada atípica a conduta incapaz de ofender bem jurídico tutelado pela lei penal.

Nesse passo, é sabido que os crimes de bagatela são cometidos por pessoas pobres, justamente as que furtam comida, material de limpeza, produtos de higiene pessoal etc. Ou seja, a realidade brasileira aponta novamente para a sina de que somente pobres vão para a cadeia, pois com a desconsideração do princípio da insignificância na seara penal e diante da rapidez com que alguns delitos graves são convertidos em penas alternativas, ou ainda, como alguns recursos chegam rapidamente aos Tribunais Superiores, a opinião pública fica com a nítida visão de que existe dois pesos e duas medidas.

Acreditamos que, com a aprovação deste Projeto, contribuiremos para o aperfeiçoamento do sistema penal brasileiro, motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal Anterioridade da Lei

Art. 1º – Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(...)

Erro sobre elementos do tipo (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 20 – O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Descriminantes putativas (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º – É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não

há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Erro determinado por terceiro (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º – Responde pelo crime o terceiro que determina o erro. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Erro sobre a pessoa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 3º – O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Erro sobre a ilicitude do fato (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 21 – O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Coação irresistível e obediência hierárquica (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 22 – Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Exclusão de ilicitude (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 23 – Não há crime quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I – em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II – em legítima defesa; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Excesso punível (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único. O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Estado de necessidade

Art. 24 – Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º – Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º – Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Legítima defesa

Art. 25 – Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido vai à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 34, DE 2010

Altera o art. 182 da Constituição Federal, para prever o estabelecimento de piso salarial nacional para os servidores públicos da área de limpeza urbana.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 182 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 182.

.....
§ 5º Lei federal fixará piso salarial nacional para os servidores públicos dos serviços de limpeza urbana que exercem as funções de varredores, coletores e agentes de limpeza urbana.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Congresso Nacional promulgou as Emendas Constitucionais nº 53, de 2006, e nº 63, de 2010, que determinaram o estabelecimento de pisos salariais nacionais, respectivamente, para os profissionais da educação escolar pública e para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias.

Na mesma direção, esta Casa aprovou, em 2 de dezembro de 2009, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 41, de 2008, que *institui o piso salarial para os servidores policiais*. A proposição se encontra em estágio avançado de discussão e deliberação na Câmara dos Deputados.

Essas deliberações do Poder Legislativo têm algo em comum, todas elas buscam fazer justiça com importantes setores do serviço público, garantindo aos servidores uma remuneração mínima, não sujeita a distorções e a diferenças muitas vezes inexplicáveis entre regiões do país.

Esse é o mesmo sentido dessa proposição que busca complementar o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2009, de autoria do primeiro signatário desta PEC, que *fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido*, que vai se aplicar aos profissionais da área de limpeza urbana que exercem as suas atividades mediante vínculo indireto com o serviço público.

Trata-se de uma antiga reivindicação desses profissionais.

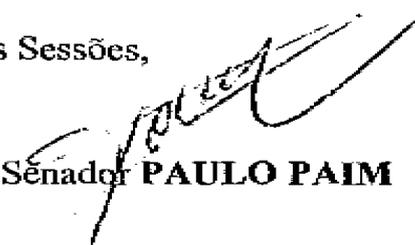
Apesar de o trabalho de um gari não ser devidamente reconhecido, ele é de fundamental importância para todos nós. O serviço dos garis – que é justamente fazer o que muitos não querem – constitui instrumento imprescindível para a preservação do meio ambiente. E é desse modo que eles conseguem o próprio sustento, e se conscientizam cada vez mais da relevância de sua função.

Com efeito, podemos afirmar que esses profissionais, além de manterem a cidade limpa, fazem do próprio trabalho uma atividade indispensável ao meio ambiente, ao garantirem a limpeza urbana com tarefas como a coleta de lixo, a capinagem e a varrição.

Assim, nada mais justo do que garantir a eles um piso profissional nacional.

Esperamos contar com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,



Senador PAULO PAIM

Altera o art. 182 da Constituição Federal, para prever o estabelecimento de piso salarial nacional para os servidores públicos da área de limpeza urbana.

ASSINATURA

SENADOR

MOZARILDO

MAGNO MATA

TIÃO VIANA

PAPALEO PAES

GERALDO MESQUITA JÚNIOR

RAMUNDO COLUSSO

ADELMIR SANTANA

JEFFERSON PERIA

CÍCERO LUCENA

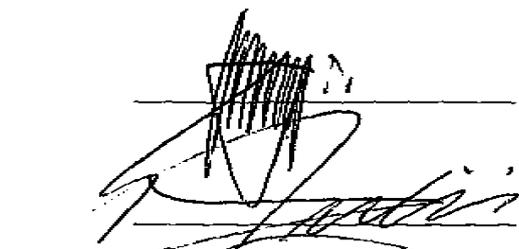
EDMARSO SIQUEIRA

FLÁVIO AMORIM

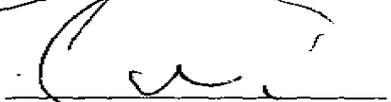
Altera o art. 182 da Constituição Federal, para prever o estabelecimento de piso salarial nacional para os servidores públicos da área de limpeza urbana.

ASSINATURA

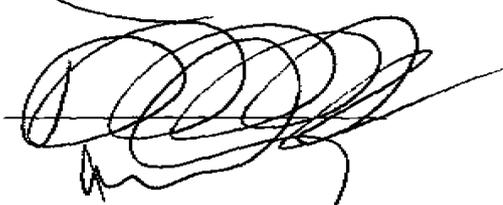
SENADOR



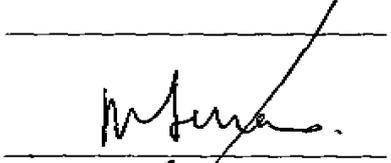
VALDIR RAUPP



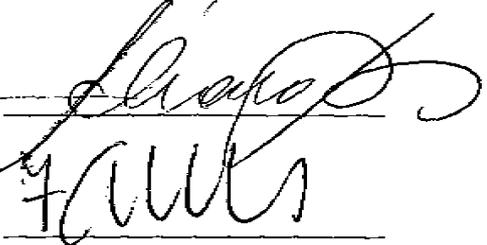
FERNANDO



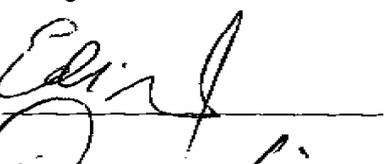
CARLOS ARAÚJO



AUGUSTO BOTELHO



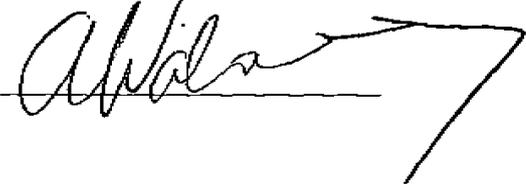
HERCÍLIO FORTES



MARINA SENA



ALVARO DIAS



MÃO SANTA



E. LORAN



OSMAR DIAS

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

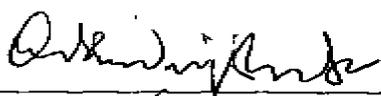
Altera o art. 182 da Constituição Federal, para prever o estabelecimento de piso salarial nacional para os servidores públicos da área de limpeza urbana.

ASSINATURA

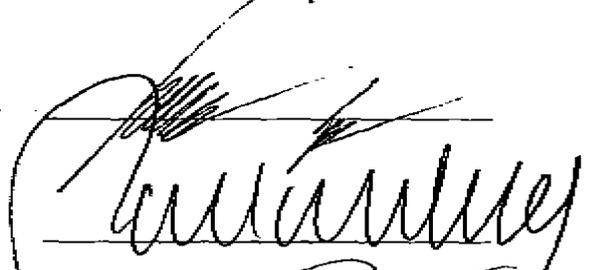
SENADOR



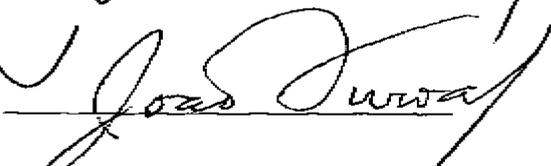
Pedro Simon



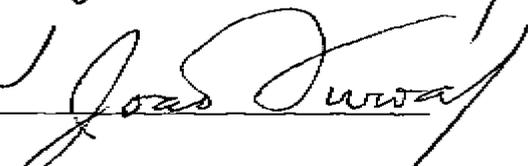
Arthur Virgílio



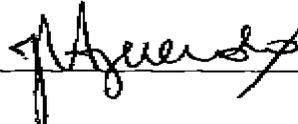
GILVÂNIA BORGES



João Vasconcelos



João Durval



JOSE NERY

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional; em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 63, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

PEC 41 Aprovada na CCJ do Senado**PEC 41/2008 -INSTITUI O PISO SALARIAL PARA OS SERVIDORES****POLICIAIS
PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO****Nº 41, DE 2008****Institui o piso salarial para os Servidores Policiais**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 144, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação do § 9º e acrescido dos §§ 10º e 11º

144...

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados nos incisos IV e V deste artigo será fixada na forma do § 4º do artigo 39, observado piso salarial definido em lei federal.

§ 10º A implementação do piso a que se refere o § 9º, observará o seguinte:

a) complementação da União, nas hipóteses de comprovada indisponibilidade de recursos orçamentários dos Estados ou Municípios;
b) abrangência nacional;

c) atualização anual;

§ 11º A lei que regulamentar o piso salarial para os servidores policiais disciplinará a composição e o funcionamento do fundo contábil instituído para esse fim, inclusive no tocante ao prazo de sua duração, a ser formado com base em percentual das receitas tributárias federais observando-se o artigo 21, XIV.

Art. 2º A implementação do previsto nesta Emenda Constitucional será gradual e terá início em até 2 anos, contados da promulgação do texto.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2009

Fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O piso salarial profissional do gari é fixado em, no mínimo, R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Parágrafo único. O piso salarial fixado por esta Lei será reajustado anualmente pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado, no mesmo período, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 2º Presume-se sempre em grau máximo o adicional de insalubridade devido ao gari.

Art. 3º A violação ao disposto nesta Lei implica multa de cinquenta por cento sobre o valor devido, que será revertido ao trabalhador prejudicado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresentamos é uma antiga reivindicação dos garis.

Apesar de o trabalho de um gari não ser devidamente reconhecido, ele é de fundamental importância para todos nós. O serviço dos garis – que é justamente fazer o que muitos não querem – constitui instrumento imprescindível para a preservação do meio ambiente. E é desse modo que eles conseguem o próprio sustento, e se conscientizam cada vez mais dessa importância.

Com efeito, podemos afirmar que esses profissionais, além de manterem a cidade limpa, fazem do próprio trabalho uma atividade indispensável ao meio ambiente, como a coleta de lixo, capinagem e varrição.

A fixação em R\$ 1.000,00 como o piso nacional desta profissão, implica dizer que o mínimo admissível para essa função seria o pagamento de valor correspondente a dois salários mínimos, segundo previsão orçamentária.

Esperamos contar com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Senador Mão Santa, por falha no documento que recebi, não constava da homenagem que recebi na Assembleia Legislativa do Amazonas quem requereu a homenagem. Quem solicitou a homenagem a este Senador foi o nobre Deputado Eron Bezerra, ao qual aqui faço já os meus agradecimentos.

Agradeço também ao Deputado Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Exm^o Sr. Deputado Belarmino Lins de Albuquerque.

Agradeço ao Presidente da Assembleia e ao Deputado Eron, que me concedeu a homenagem pela luta contra todo tipo de preconceito.

Ao mesmo tempo, agradeço já a todo o povo do Amazonas, especialmente, neste momento, a todos os Deputados que aprovaram essa homenagem por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
9-12-2010
quinta-feira**

11:00 Reunião da Mesa Diretora

Sala de Audiências

12:30 Senhor Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para o Ato de certificação da Assinatura Digital do Presidente José Sarney

Sala de Audiências

16:00 Ordem do Dia

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Minoria-DEM - Alfredo Cotait* (S)
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo prorrogado: 11/11/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
 - *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
 - ** . Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
 - ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
 - ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.
 - *****. Prorrogado até 22.12.2010 através do Requerimento nº 872, de 2010, lido em 10.11.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
 6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
 7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

PTB

VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
 5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
 4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
 5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁰⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,96,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,104)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,107,114,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(55,61,128)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,109)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,99)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,120)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,94,98)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,112,115)
Romero Jucá (PMDB) ^(58,78,127)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,119)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(52,106,110,113,123,125)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45,111,116,124,126)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
111. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
120. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).
127. Em 03.12.2010, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 169/2010), em substituição ao Senador Renan Calheiros.
128. Em 03.12.2010, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 169/2010), em substituição ao Senador Romero Jucá.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,109,116)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,101,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46,108,112,114,123,125)	4. José Agripino (DEM) (4,40,111,115,124,126)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,16)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
Regis Fichtner ^(8,18,19)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. n° 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB n° 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
16. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
19. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 131/10-PRES/CAS).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁸⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(7,17,19)	2. VAGO ^(2,12,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,23)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,6)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(9,14,15)	1. Regis Fichtner ^(3,21,24)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹¹⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹⁰⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
- Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
- Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
- Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
- O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
- Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 131/10-PRES/CAS).

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,111,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Edison Lobão (PMDB) (54,68,128)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Romero Jucá (PMDB) (9,18,55,63,101,105,127)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (52,110,117,118,123,125)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49,112,114,124,126)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM), em vaga cedida temporariamente ao PSDB.
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 069/2010).
127. Em 03.12.2010, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2010), em substituição ao Senador Edison Lobão.
128. Em 03.12.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2010), em substituição ao Senador Romero Jucá.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,93,94)	1. VAGO (1,36,108)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,95,100)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (38,76,78,80,95,116,120,132,133)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,109,127,130)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,119)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50,115,118,121,135,138)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,129)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Morais (DEM) (52)
José Agripino (DEM) (13,49,117,122,123,124,136,137)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
VAGO (51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
130. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
131. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
135. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
136. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
137. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida, temporariamente, ao PMDB (Of. nº 070/2010-GLDEM).
138. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (7,16,23,25)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) (16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,20)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (10)	2. VAGO (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
PDT	
Cristovam Buarque (7,12)	1. VAGO (12)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
 7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,15)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,16)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17,18)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 17. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 18. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** . Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

- Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- ** . Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,78)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25,77,81,82,84)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62,79,83)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
78. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
82. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
83. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
84. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(38,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
Paulo Paim (PT) ^(47,95,99)	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Hélio Costa (PMDB) ^(2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) ^(4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. VAGO ^(23,27,56,101,102,104,105,109)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Alfredo Cotait (DEM) ^(53,78,79,80,107,108)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. N° 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
108. Em 03.11.2010, o Senador Alfredo Cotait é designado membro suplente do Democratas na Comissão (Of. n° 66/2010-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ^(2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,46,55,56,68,71)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (41)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (33,65,66,73,74)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,70)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (20)	5. Cícero Lucena (PSDB) (17)
Marconi Perillo (PSDB) (22)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,21,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (18,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (19)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
71. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).
73. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
74. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,71)
VAGO ^(18,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,20)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(17,25,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(23,60,61,62,65)
César Borges (PR) ^(22,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(40,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(34,43,86,90)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(36,38)
Gerson Camata (PMDB) ^(39,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,41)
Valter Pereira (PMDB) ^(37,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) ^(42,48,82,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(29,77,78,88,89)	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,32)
Raimundo Colombo (DEM) ^(30,80,84,93,94)	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁶⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³¹⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,27,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) ^(24,81)
VAGO ^(16,53,55,64,66,83,92)	5. Mário Couto (PSDB) ^(15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(12,56)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹³⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹³⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁴⁾
PTB ⁽⁵⁾	
VAGO ^(9,33,91)	1. Sérgio Zambiasi ^(33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
92. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
93. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
94. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 068/10-GLDEM).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
- Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
- Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
- O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (64,78)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (19,45)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,63,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,75,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,69,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24,74,77,81,82)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
64. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
75. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
81. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
82. Em 16/11/2010, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 069/10-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(2,17)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO ⁽³⁾		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO ⁽¹⁴⁾		2. Ideli Salvatti (PT-SC) ^(16,19)	
VAGO ⁽¹⁾		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO ⁽¹⁵⁾		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾	
VAGO		4. VAGO ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
VAGO ⁽¹⁰⁾		1. VAGO ⁽¹¹⁾	
VAGO ⁽¹²⁾		2. VAGO ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		3. VAGO ⁽⁸⁾	
VAGO ⁽⁹⁾		4. VAGO ⁽⁹⁾	
VAGO ⁽⁹⁾		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO (/) ⁽²⁰⁾			

Atualização: 03/11/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephem Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução nº 14, de 2010)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PT
Eduardo Suplicy (SP) ⁽¹⁾
PTB
Gim Argello (DF)
PDT
PR
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC)

Atualização: 01/12/2010

Notas:

1. Designado conforme Ofício nº 063/2010-GLDPT, datado de 30.11.2010, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, lido na Sessão do Senado Federal de 01.12.2010.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)
 (Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente:
 Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ALFREDO COTAIT (DEM/SP) ¹⁸	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS (PDT/PR) ⁴
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY (PSOL/PA) ⁸

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/RJ) ⁵
GERALDO THADEU (PPS/MG) ⁹	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB/SP) ³
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 18.11.2010)

1 Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

4 Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

5 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

6 O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

7 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

8 Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

9 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

10 Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

11 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

12 Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

13 O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

14 Indicado, conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Anibal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

15 Indicado, conforme Of. nº 067/10/LIDPV, datado de 17/03/2010, do Deputado Edson Duarte, Líder do PV, em substituição ao Deputado Dr. Nechar, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, de 02.03.10, lidos na Sessão do SF de 22.03.2010.

16 O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

17 O Senador Neuto de Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional, do Estado de Santa Catarina, a partir de 05.08.2010.

18 Indicado como titular em substituição ao Senador Romeu Tuma, falecido em 26.10.2010, conforme Of. nº 073/10-GLDEM, do Senador Antonio Carlos Júnior, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas, datado de 18.11.2010, lido na Sessão do SF de 18.11.2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

**Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul**

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹
Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 218 páginas

OS: 2010/15919